

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

Albany Ferreira Lima

**CONTORNANDO INCERTEZAS: a ambição política dos deputados federais  
brasileiros entre 2007 e 2018**

Belo Horizonte  
2024

Albany Ferreira Lima

**CONTORNANDO INCERTEZAS: a ambição política dos deputados federais  
brasileiros entre 2007 e 2018**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Magna Maria Inácio

Belo Horizonte  
2024

320	Lima, Albany Ferreira.
L732c	Contornando incertezas [manuscrito] : a ambição política dos deputados federais brasileiros entre 2007 e 2018 / Albany Ferreira Lima. - 2024.
2024	139 f. : il. Orientadora: Magna Maria Inácio.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1.Ciência política – Teses. 2.Deputados federais - Teses. 3.Eleições – Teses. I. Inácio, Magna, 1968- . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

## ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

## ATA 07ª/2024 DA DEFESA DA TESE DO ALUNO ALBANY FERREIRA LIMA

Realizou-se, no dia 26 de julho de 2024, às 14:00 horas, por Videoconferência, a defesa da tese, intitulada "CONTORNANDO INCERTEZAS: a ambição política dos deputados federais brasileiros entre 2007 e 2018", elaborada e apresentada por ALBANY FERREIRA LIMA - número de registro 2019664520, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Magna Maria Inácio - Orientadora (DCP/UFMG), Prof. José Alexandre da Silva Júnior (UFAL), Prof. Denisson da Silva Santos (FGV-ECMI), Profa. Luciana da Conceição Farias Santana (UFAL), Prof. João Carlos Amoroso Botelho (DCP/UFMG). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 26 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Denisson da Silva Santos, Usuário Externo**, em 26/07/2024, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana da Conceição Farias Santana, Usuária Externa**, em 30/07/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Amoroso Botelho, Professor do Magistério Superior**, em 30/07/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Alexandre da Silva Júnior, Usuário Externo**, em 31/07/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magna Maria Inacio, Professora do Magistério Superior**, em 06/08/2024, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3395874** e o código CRC **8C48B5A1**.

*A Adriana, minha companheira, por todo  
apoio, incentivo e compreensão.*

*Aos meus pais, Americo e Iolanda, e meu  
irmão, Albery, por todos os ensinamentos.*

*Aos meus sobrinhos, Letícia, Pedro e  
Sarah, por me trazerem alegria.*

## AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas e instituições foram fundamentais no caminho que trilhei para chegar até aqui. Esta trajetória teve seu início facilitado pelos cursos pré-vestibulares comunitários que tive o privilégio de participar: PAESPE - UFAL e MedEnsina - Uncisal. Com a base adquirida, concluí minha graduação na UFAL e meu mestrado na UFPB. No doutorado, a conclusão do curso não seria possível sem o financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo qual eu agradeço.

Agradeço também aos amigos Denisson Silva e Suzana Alvez, que me trataram como um irmão. Deram-me todo o apoio para que eu pleiteasse uma vaga, e me acolheram de forma excepcional em Belo Horizonte quando fui iniciar os estudos. Dividimos alegrias e angústias, e me sinto muito feliz em tê-los como amigos.

Aos amigos e professores Ranulfo Paranhos e José Alexandre, que foram a minha inspiração para seguir carreira acadêmica. Obrigado por toda a acolhida, gentileza e apoio que recebi. Agradeço também ao amigo Leonardo Rodrigues, que mesmo distante, sempre esteve presente, compartilhando os desafios da vida acadêmica desde a graduação na UFAL.

Tenho muito a agradecer a minha orientadora nesta tese, a professora Magna Inácio. Mesmo em um período de distanciamento social, que tanto me fragilizou, ela foi compreensiva e me deu o apoio necessário para seguir. Sem essa compreensão, certamente eu não chegaria até a finalização deste trabalho. Além disso, sua orientação foi imprescindível para que o texto pudesse evoluir. Em outras circunstâncias, com uma maior proximidade na universidade, certamente eu teria um adquirido ainda mais conhecimento.

Durante o doutorado tive oportunidades de apresentar etapas iniciais do meu trabalho em encontros do grupo de pesquisa Presidência Institucional na América Latina (PRILA - UFMG), coordenado pela professora Magna, onde pude contar com comentários esclarecedores de Rosiene Guerra e Aglaé Isadora e demais colegas, aos quais sou grato pelas contribuições.

Na UFMG, tive a satisfação de ter participado da turma de doutorado que iniciou em 2019. Nas maiores adversidades, a turma sempre se manteve unida e se apoiando mutuamente. Embora estivéssemos distantes, nossas conversas on-line me davam a sensação de que eu não estava só. Por isso, os agradeço.

Agradeço também aos professores Carlos Ranulfo, José Alexandre e Flávio Cireno, que compuseram as bancas de projeto e qualificação. Suas avaliações me ajudaram a definir um desenho mais compacto e executável no período que eu tinha disponível. Da mesma forma, agradeço aos membros da banca de defesa da tese - os professores José Alexandre, Denisson Silva, Luciana Santana e João Botelho -, pelas contribuições que certamente enriqueceram este trabalho.

Por fim, agradeço a Adriana Santos, minha esposa, que me deu todo o apoio necessário desde a graduação, estando sempre ao meu lado em todos os momentos. Acreditando em mim até quando eu estava sem esperança. A você, toda a minha gratidão.

## RESUMO

Quais fatores influenciam a escolha do cargo eletivo disputado pelos deputados federais brasileiros? A teoria da ambição política classifica a escolha de cargo eletivo por políticos que estão exercendo um mandato, através de uma estrutura de oportunidades de carreira. O objetivo desta tese é analisar a relação entre um conjunto de variáveis preditoras, propostas pela literatura, e a ambição política dos deputados federais brasileiros. Para isso, as variáveis foram agrupadas em três dimensões analíticas: *Experiência Política*, *Desempenho Eleitoral*, e o *Conexão com a Base*. Além disso, controla-se aspectos pessoais dos deputados. Esta pesquisa inova ao analisar a ambição por cargos hierarquicamente inferiores, que comumente é preterida em outras pesquisas, além de considerar simultaneamente as demais opções de carreira: a busca por cargos hierarquicamente superiores e a reeleição, denominadas ambição regressiva, progressiva e estática, respectivamente. O referencial empírico abrange três legislaturas consecutivas da Câmara dos Deputados (53<sup>a</sup> à 55<sup>a</sup>), totalizando 1.287 casos. Metodologicamente, a técnica de análise para estimar os resultados foi a regressão logística multinomial, adequada para modelos com múltiplas categorias na variável dependente. Os resultados dos testes de hipótese indicam uma relação significativa entre as variáveis senioridade, ocupação de cargo no Executivo, percentual de votos e concentração de votos com a ambição progressiva. Além disso, encontrou-se associações significativas entre as variáveis cargo no Executivo, concentração de votos e concentração de emendas com a ambição regressiva. Ou seja, identificou-se que nem todas as variáveis estão relacionadas a todos os tipos de ambição política. Embora a tese observe legislaturas mais recentes do que a literatura observou, alguns padrões se mantêm, mesmo após ocorrerem alterações na legislação eleitoral e no constante aumento do acesso a recursos de execução obrigatória por parte dos parlamentares, o que pode aumentar o poder atrativo deste cargo ao longo do tempo.

Palavras-chave: ambição política; deputados federais; eleições.

## ABSTRACT

What factors influence the choice of electoral office contested by Brazilian federal deputies? The theory of political ambition classifies the choice of elective office by politicians who currently hold the position through a structure of career opportunities. The aim of this dissertation is to analyze the association between a set of predictor variables, as proposed by the literature, and the political ambition of Brazilian federal deputies. For this purpose, the variables were grouped into three analytical dimensions: *political experience*, *electoral performance*, and *constituency connection*. In addition, personal aspects of the deputies were kept under control. This research innovates by examining ambition for hierarchically lower positions, which is commonly neglected in other studies, while considering other career options: the search for hierarchically higher positions and re-election, called regressive, progressive and static ambition, respectively. The empirical framework encompasses three consecutive terms in the Chamber of Deputies (53rd to 55th), comprising a total of 1,287 cases. Methodologically, the technique used to estimate the results was multinomial logistic regression, which is suitable for models with several categories in the dependent variable. The results of the hypothesis test indicate a significant association between the variables of seniority, executive position, percentage of votes and concentration of votes with progressive ambition. In addition, significant associations were found between the variables executive position, concentration of votes and concentration of budget amendments with regressive ambition. In other words, it was identified that not all variables are related to all types of political ambition. Although the dissertation examines more recent legislatures than those previously studied in the literature, some patterns remain, even after changes in electoral legislation and the constant increase in access to mandatory execution resources by parliamentarians, which may increase the attractiveness of this position over time.

Keywords: political ambition; federal deputies; elections.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição percentual da pretensão dos parlamentares de se candidatarem na próxima eleição - Câmara dos Deputados do Brasil, anos 2010; 2014; 2019.....	36
Gráfico 2 - Distribuição absoluta dos cargos para os quais os parlamentares pretendiam se candidatar na próxima eleição - Câmara dos Deputados do Brasil, anos 2010; 2014; 2019 .....	37
Gráfico 3 - Distribuição percentual da ambição manifestada pelos parlamentares com base nos cargos escolhidos por ano - Câmara dos Deputados do Brasil, anos 2010; 2014; 2019.....	39
Figura 1 - Estrutura de oportunidades de cargos eletivos do ponto de vista do deputado federal e os respectivos tipos de ambição política resultante. ....	42
Figura 2 - Modelo analítico: dimensões e variáveis.....	51
Quadro 1 - Relação de Variáveis .....	57
Figura 3 - Distribuição do percentual de ambição estática por estado no mapa do Brasil - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018.....	66
Figura 4 - Distribuição do percentual de ambição progressiva por estado no mapa do Brasil - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	67
Figura 5 - Distribuição do percentual de regressiva estática por estado no mapa do Brasil - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	68
Gráfico 4 - Distribuição da ambição política dos deputados federais por Legislatura - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	68
Gráfico 5 - Cargos disputados pelos deputados federais - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	69
Gráfico 6 - Boxplot: distribuição da senioridade dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018.....	76
Gráfico 7 - Boxplot: distribuição do percentual de votos dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	79
Gráfico 8 - Boxplot: distribuição da concentração de votos dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	80
Gráfico 9 - Boxplot: distribuição da concentração de emendas dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	81

Gráfico 10 - Boxplot: distribuição da idade dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	83
Gráfico 11 - Ambição prevista por senioridade .....	101
Gráfico 12 - Ambição prevista por cargo no Executivo .....	103
Gráfico 13 - Ambição prevista por percentual de votos .....	104
Gráfico 14 - Ambição prevista por concentração de votos .....	105
Gráfico 15 - Ambição prevista por concentração de emendas .....	106
Gráfico 16 - Análise de multicolinearidade - VIF.....	121
Gráfico 17 - Análise de multicolinearidade - VIF.....	132

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Análise descritiva das variáveis numéricas no modelo .....	70
Tabela 2 - Análise descritiva das variáveis categóricas no modelo - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	72
Tabela 3 - Distribuição da ocupação de cargo no Executivo por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	77
Tabela 4 - Distribuição da ocupação de cargos de prestígio por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	78
Tabela 5 - Distribuição da formação acadêmica por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	82
Tabela 6 - Distribuição da ocupação por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	83
Tabela 7 - Distribuição do gênero por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	84
Tabela 8 - Distribuição da migração partidária por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018 .....	85
Tabela 9 - Resultados da estimação de regressões logísticas multinominais em <i>odds ratio</i> e percentuais de mudança .....	90
Tabela 10 - Taxa de acerto médio das previsões dos modelos de regressão logística multinominal.....	92
Tabela 11 - Comparação dos resultados das regressões logística multinominal utilizando o universo dos dados e a amostra baseada em escolha .....	93
Tabela 12 - Análise de correlação entre as variáveis do modelo - VIF .....	122
Tabela 13 - Teste de Hausman-McFadden .....	123
Tabela 14 - Anova: Testes de razão de verossimilhança .....	123
Tabela 15 - Pseudo-R <sup>2</sup> .....	123
Tabela 16 - Resultados da estimação de regressões logísticas multinominais em valor estimado e erro padrão .....	124
Tabela 17 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 1 .....	125
Tabela 18 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 2 .....	125
Tabela 19 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 3 .....	125
Tabela 20 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 4 .....	125

Tabela 21 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 5 .....	126
Tabela 22 - Testes de AIC e BIC.....	126
Tabela 23 - Razão de chances do Modelo 1 .....	126
Tabela 24 - Razão de chances do Modelo 2 .....	127
Tabela 25 - Razão de chances do Modelo 3 .....	127
Tabela 26 - Razão de chances do Modelo 4 .....	128
Tabela 27 - Razão de chances do Modelo 5 - Stepwise.....	128
Tabela 28 - Previsibilidade dos Modelos .....	129
Tabela 29 - Acurácia dos modelos de regressão logística multinomial.....	130
Tabela 30 - Regressões Logística Multinomial: teste de controles .....	131
Tabela 31 - Análise de correlação entre as variáveis do modelo - VIF .....	132
Tabela 32 - Teste de Hausman-McFadden .....	133
Tabela 33 - Anova: Testes de razão de verossimilhança .....	133
Tabela 34 - Pseudo-R <sup>2</sup> .....	133
Tabela 35 - Regressões Logística Multinomial - amostra de tamanhos iguais .....	134
Tabela 36 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A1 .....	135
Tabela 37 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A2.....	135
Tabela 38 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A3.....	135
Tabela 39 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A4.....	135
Tabela 40 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A5.....	136
Tabela 41 - Testes de AIC e BIC.....	136
Tabela 42 - Razão de chances do Modelo A1 .....	136
Tabela 43 - Razão de chances do Modelo A2.....	137
Tabela 44 - Razão de chances do Modelo A3.....	137
Tabela 45 - Razão de chances do Modelo A4.....	138
Tabela 46 - Razão de chances do Modelo A5 - Stepwise .....	138
Tabela 47 - Previsibilidade dos Modelos .....	139
Tabela 48 - Acurácia dos modelos .....	139

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIC	Critério de informação de Akaike
BIC	Critério de Informação Bayesiano
CD	Câmara dos Deputados.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
Eseb	Estudo Eleitoral Brasileiro
LOA	Lei Orçamentaria Anual
OR	<i>Odds Ratio</i> (Razão de chances)
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PELA	Projeto Elites Parlamentares na América Latina.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1 O ESTUDO DAS CARREIRAS POLÍTICAS.....</b>	<b>19</b>
1.1 Fundamentos da teoria da ambição política .....	19
1.1.1 Estrutura de oportunidades políticas.....	22
1.2 O contexto do estudo de carreiras políticas no Brasil .....	24
1.2.1 Características do sistema político brasileiro .....	25
1.2.2 Características do sistema partidário brasileiro.....	30
1.3 A ambição dos deputados federais brasileiros.....	35
1.4 Modelo analítico para investigar a ambição dos deputados federais brasileiros	40
1.4.1 Experiência Política .....	44
1.4.2 Desempenho Eleitoral .....	47
1.4.3 Conexão com a Base .....	49
1.5 Estratégia de análise empírica.....	50
1.5.1 Questão de Pesquisa .....	50
1.5.2 Variável dependente.....	51
1.5.3 Dimensões analíticas e variáveis independentes.....	52
1.5.4 Variáveis de controle .....	55
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>57</b>
2.1 Desenho de pesquisa .....	57
2.1.1 Mensuração das variáveis .....	57
2.1.2 Dados.....	59
2.1.3 Coleta de Dados.....	61
2.2 Técnicas de análise.....	61
2.3 Limitações da Pesquisa.....	63
<b>3 ANÁLISE DESCRITIVA.....</b>	<b>65</b>
3.1 Dinâmica de carreira política dos deputados brasileiros .....	65
3.2 Estatísticas descritivas das variáveis independentes.....	70
3.2.1 Ambição política: impulsionado por quais fatores? .....	76
3.2.2 Distribuição dos casos de ambição política nas variáveis de controle .....	82
<b>4 ANÁLISE DE FATORES RELACIONADOS A ESCOLHA DE CARGO PELOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS .....</b>	<b>86</b>
4.1 Método para estimar os resultados.....	86
4.2 Resultados da análise de regressão.....	88
4.2.1 Considerações acerca da diferença entre o universo dos dados e os resultados estimados para a amostra.....	92
4.3 Resultados dos testes de hipóteses .....	94
4.3.1 Hipóteses .....	94
4.3.2 Resultados das variáveis controladas.....	99
4.3.3 Considerações acerca dos efeitos dos modelos sobre ambição política.....	100

<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>114</b>
<b>APÊNDICE A - PRESSUPOSTOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DAS REGRESSÕES LOGÍSTICA MULTINOMIAL UTILIZANDO TODOS OS CASOS</b>	<b>121</b>
Multicolinearidade .....	121
Independência de Alternativas Irrelevantes.....	122
Medidas de Ajuste do Modelo .....	123
Razão de chances dos modelos. ....	126
Tabela de classificação .....	129
<b>APÊNDICE B - REGRESSÕES COM CONTROLES PARA MAGNITUDE, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E LEGISLATURA</b> .....	<b>131</b>
<b>APÊNDICE C - MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL COM UMA AMOSTRA DE TAMANHOS IGUAIS: PRESSUPOSTOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> .....	<b>132</b>
Multicolinearidade da amostra .....	132
Independência de alternativas irrelevantes da amostra.....	133
Medidas de Ajuste do Modelo da amostra .....	133
Regressões com base na amostra.....	134
Razão de chances dos modelos da amostra.....	136
Tabela de classificação da amostra .....	139

## INTRODUÇÃO

A teoria da ambição política parte do pressuposto de que os políticos se comportam de modo que maximize as chances de obter os cargos que almejam. Dessa forma, a ambição por cargos os impulsiona. A análise de suas carreiras pode fornecer evidências importantes que expliquem suas ambições, auxiliando a compreender o que está por trás dessas escolhas (SCHLESINGER, 1966). Assim, a literatura sobre carreiras políticas busca compreender como a ambição política dos candidatos titulares de cargos eletivos direcionam as escolhas, de acordo com a estrutura de oportunidades de carreiras disponível, ponderando os custos, os riscos e os eventuais benefícios de obter o cargo almejado (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972; ROHDE, 2012).

A literatura nacional usualmente classifica a ambição política como *estática*, quando a candidatura tem o objetivo de manter o mandato (reeleição); *progressiva*, quando o deputado busca um cargo hierarquicamente superior, que, em geral, conta com maior acesso a poder e recursos; ou *regressiva*, quando a candidatura busca um cargo hierarquicamente inferior, e que, conseqüentemente, conta com acesso a menos recursos (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; LIMA, *et al.*, 2018). Estas categorias de ambição foram utilizadas para classificar as escolhas de cargos eletivos pelos deputados federais no Brasil, objeto desta tese.

Para além dos custos e riscos da candidatura, como a derrota nas eleições, diversos fatores são associados à escolha de cargo eletivo. Entre eles, a competição política, que pode diminuir as chances de sucesso eleitoral devido à entrada de desafiantes na disputa e à concorrência entre incumbentes nos mesmos distritos eleitorais. Entretanto, alguns fatores podem moderar ou acentuar o efeito dessa competição. Deputados que têm acesso a postos nos centros de comando da Câmara dos Deputados sofreriam menos com essa competição do que os demais (SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012).

Fatores como estes podem constranger ou incentivar o parlamentar quando decide qual cargo pretende disputar e quais estratégias irá adotar, ainda durante o mandato. A finalidade da tese é compreender esses fatores, verificando quais elementos estão associadas à escolha de carreira pelos deputados. Para isso, o



trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: Quais fatores influenciam a escolha do cargo eletivo disputado pelos deputados federais brasileiros?

Tomando como unidade de análise as candidaturas efetuadas pelos deputados federais brasileiros, durante e ao final de seus mandatos, esta pesquisa tem como principal objetivo examinar quais elementos estão relacionados com a ambição política deste segmento. A literatura argumenta que os deputados com um melhor desempenho eleitoral e parlamentar têm maior probabilidade de buscar uma progressão de carreira, e aqueles que tiverem um baixo desempenho optariam por cargos hierarquicamente inferiores, a fim de assegurar a sobrevivência política, contornando as incertezas do resultado das eleições.

Estudar a escolha de cargo dos políticos é importante nas democracias eleitorais, pois é fundamental compreender a formação e a mudança da elite política, com foco nas estratégias adotadas por seus membros. Além disso, investigar a maneira como os políticos desenvolvem suas carreiras eletivas, em especial os parlamentares, é essencial para compreender a profissionalização (carreiras de longo prazo) do legislativo, e o desenvolvimento da institucionalização (aperfeiçoamento das regras internas) na Câmara dos Deputados, pois um corpo profissionalizado costuma apresentar maior *expertise*, com maior estabilidade e eficiência no desempenho das funções legislativas.

A estratégia metodológica para testar as hipóteses do trabalho consiste na estimação de um modelo de regressão logística multinomial, em que a variável dependente apresenta uma categorização da ambição dos deputados federais de acordo com os cargos escolhidos por eles ao se candidatar. O recorte temporal foi delimitado aos parlamentares que concorreram a cargos eletivos em três legislaturas consecutivas (53<sup>a</sup> à 55<sup>a</sup>) da Câmara dos Deputados. Os dados foram coletados principalmente nos repositórios de dados dos sites da Câmara dos Deputados, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no portal do orçamento do Senado Federal. Além disso, também foram analisados dados do *survey* Projeto Elites Latino-Americanas da Universidade de Salamanca (PELA-USAL).

Em suma, os resultados dos testes de hipótese destacam a importância das variáveis senioridade, ocupação de cargo no Executivo, percentual de votos e concentração de votos para explicar a previsibilidade de ocorrer ambição progressiva.

Para a ambição regressiva destaca-se a importância das variáveis cargo no executivo, concentração de votos e concentração de emendas.

A tese contribui ao testar associações estatísticas entre os fatores relevantes, propostos pela literatura, oferecendo evidências sobre tais associações em relação a diferentes tipos de ambição dos parlamentares. O modelo proposto pode servir como base para pesquisas futuras, que devem observar se houve alterações na legislação eleitoral que possam impactar a busca por cargos eletivos.

A legislação eleitoral brasileira é dinâmica, portanto, as regras do jogo e têm sido atualizadas constantemente ao longo dos anos, impondo a necessidade de observar as alterações que dizem respeito ao período investigado para ajustar as proposições da literatura e, por fim, testar correlações e inferências acerca do processo eleitoral.

Isto posto, a estrutura do trabalho se encontra organizado da seguinte maneira: o Capítulo 1 apresenta o modelo analítico da tese, discutindo o estudo das carreiras políticas, a elaboração da teoria da ambição política e a aplicação da teoria no caso brasileiro. Para isso, descreve-se a estrutura de oportunidades de cargos eletivos no Brasil, do ponto de vista dos deputados federais. Discute o contexto acerca dos sistemas político e partidário brasileiro, para situar a análise de acordo com as regras vigentes no período analisado. Além disso, apresenta os resultados de um estudo de survey, descrevendo os cargos que os deputados gostariam de ocupar, e como isso seria refletido em termos de ambição política. Por fim, apresenta a estratégia de análise empírica do trabalho, descrevendo as variáveis investigadas em suas respectivas dimensões analíticas.

O Capítulo 2 discorre sobre a metodologia da tese, descrevendo o desenho de pesquisa, apresentando a amostra coletada, bem como apresentando as fontes dos dados. Além disso, descreve as formas de mensuração das variáveis investigadas. Por fim, apresenta-se a técnica de análise, detalhando as características do modelo de regressão logística multinomial e conclui discutindo as limitações da pesquisa.

O Capítulo 3 engloba a análise descritiva dos dados, discutindo a dinâmica de carreira dos deputados federais nas três legislaturas investigadas, e apresentando a distribuição das variáveis da amostra e suas proporções com relação ao tipo de ambição e no decorrer das legislaturas. No decorrer do capítulo, inclui-se também a apresentação breve de alguns casos exemplares para os diferentes tipos de ambição,

bem como algumas entrevistas realizadas próximas ao período eleitoral em questão, extraídas de jornais locais.

O Capítulo 4 discute as características básicas para auxiliar na compreensão dos resultados. Apresenta os resultados dos testes de hipótese para os modelos estimados, e discute o impacto dos resultados para cada hipótese do modelo principal e a relação destes resultados com as proposições da literatura. Por fim, a Conclusão resume e discute os principais achados.

## 1 O ESTUDO DAS CARREIRAS POLÍTICAS

Ambition lies at the heart of politics. Politics thrive on the hope of preferment and the drive for office (SCHLESINGER, 1966, p. 1).

### 1.1 Fundamentos da teoria da ambição política

Schlesinger (1966) apresenta sua teoria da ambição política afirmando que é preciso aceitar os pressupostos de que os políticos respondem principalmente aos objetivos de seus cargos, o que requer análises das ambições políticas em detrimento das ambições pessoais. Ele faz esta distinção para diferenciar os objetivos de sua análise dos modelos explicativos de seus contemporâneos (Marxistas e Freudianos) e suas tentativas de explicar o comportamento dos políticos a partir de fatores sociais e psicológicos.

Nesta linha, a ambição dos políticos por cargos eletivos os impulsiona e a análise de suas carreiras nos permite capturar as suas ambições. Segundo Schlesinger (1966), a teoria da ambição política surge a partir da teoria partidária (de Schattschneider (1942), Schumpeter (1950) e Anthony Downs (1957)), e pressupõe que os partidos têm a ambição de governar, seguindo as regras do jogo. A diferença é que a teoria partidária diz respeito a ambição enquanto equipe e a teoria da ambição política trata da ambição individual.

O pressuposto central da teoria da ambição política de Schlesinger é que os políticos se comportam em respostas aos objetivos de seus cargos, ou seja, eles buscam tomar decisões apropriadas que maximizem as chances de obter o cargo que almejam. Desta maneira, os políticos precisam ter cuidado ao formular suas estratégias de avanço, observando o eleitorado que pretende conquistar no futuro (SCHLESINGER, 1966).

Black (1972) acrescenta que o estudo da ambição é relativo à motivação dos políticos e isso requer dados sobre os indivíduos. Segundo ele, os políticos tomam sua decisão de carreira com base nos custos, nos benefícios e nas probabilidades da escolha ser bem-sucedida. Por isso, deve-se observar as circunstâncias que circundam o político no momento desta decisão.

Para além dos objetivos eleitorais, o comportamento dos políticos que exercem cargos eletivos pode ter relação com outros objetivos, como cargos em empresas, grupos de interesse e outras instituições. O cargo poderia ser apenas uma parte desta ambição. Contudo, a busca por um cargo eletivo é um fator observável e pode trazer informações que ajudem a compreender a política (SCHLESINGER, 1966). Assim, investigar grupos de políticos pode resultar em inferências que não sejam verdadeiras em todos os casos, mas, assim como Schlesinger, espera-se que sejam verdadeiras em casos suficientes para permitir generalizações sobre o impacto das ambições pessoais sobre o sistema político.

Isto posto, espera-se que o político se comporte de maneira racional ao selecionar os cargos que pretende disputar. Portanto, eles não seriam movidos por uma ambição excessiva e tenderiam a desenvolver esta ambição gradativamente, de acordo com as mudanças nas circunstâncias que os rodeiam (BLACK, 1972).

Schlesinger (1966) apresenta sua tipologia com três direções distintas de carreira que um político pode seguir. A **ambição discreta**, que é relativa aos políticos que tomam decisões comedidas, passando um período no cargo e não disputando cargos eletivos ao fim do mandato; **ambição estática**, que é relativa ao político que busca uma carreira de longo prazo no mesmo cargo que ocupa; e por fim, a **ambição progressiva**, que caracteriza o político que aspira cargos mais importantes do que aquele que ocupa. Esta ambição provavelmente é a dominante enquanto objetivo de carreira dos políticos, contudo, ela pode ser racionalmente suprimida quando houver riscos ou quando o político não está propenso a correr estes riscos (SCHLESINGER, 1966; ROHDE, 2012).

A categorização das direções de escolha de cargo feita pelos políticos é realizada a partir de uma análise retrospectiva do comportamento manifesto dos políticos ao se candidatar para algum cargo eletivo (ROHDE, 2012). Em suma, a ambição política não está preocupada com o recrutamento de políticos, mas sim com a forma como se avança nas carreiras políticas.

Com estas opções em mente, o político examinaria as alternativas disponíveis, avalia a probabilidade de sucesso e o quão valioso o cargo escolhido é para ele. A partir disso, ele escolhe racionalmente a alternativa que tem maiores chances de obter o resultado esperado (BLACK, 1972). Contudo, isso não significa que não haverá

resultados subótimos nestas escolhas, como o fracasso eleitoral, mesmo que os políticos busquem agir racionalmente.

Black (1972) apresenta as condições do cálculo eleitoral que o político racional pode fazer para estimar as suas chances de sucesso. Em primeiro lugar, os benefícios de ocupar o cargo pretendido, multiplicado pela probabilidade de obter este cargo devem ser maiores que os custos para obtenção deste mesmo cargo. Em segundo lugar, a utilidade de ocupar este cargo deve ser mais valiosa de que as demais formas que o indivíduo pode aplicar seus recursos em alternativas disponíveis. Ou seja, quanto maiores forem os riscos, menores são as chances de o político concorrer (ROHDE, 2012).

A literatura descreve que os membros do congresso atribuem valor às posições de liderança que esperam manter, bem como às posições que esperam obter no futuro, como o cobiçado cargo de presidente de comissão. Dessa forma, a elite que está mais bem posicionada para exercer influência legislativa futura teria menos probabilidade de abandonar o cargo que ocupa (HALL; VAN HOUWELING, 1995).

Mais recentemente, outros trabalhos acerca do caso estadunidense buscaram novas maneiras de mensurar a ambição dos membros do Congresso. Diermeier, Keane e Merlo (2005) apresentam um modelo de ambição dinâmica, que busca calcular o custo e os benefícios de manter uma carreira no congresso com base em informações acerca dos empregos ocupados pelos parlamentares após a saída do congresso e seus respectivos salários. Os autores observaram que a experiência congressual aumenta significativamente os salários no setor privado, após os parlamentares saírem do Congresso. Além disso, para além dos salários recebidos, a busca pela reeleição dependeria também da probabilidade do deputado ser nomeado para uma comissão, ou de puder concorrer a cargos mais altos no futuro, como o Senado.

Keane e Merlo (2010), utilizando o referencial empírico de Diermeier, Keane e Merlo (2005), constataram que uma redução de 20% no salário dos congressistas induziria os políticos com maiores chances de vencer eleições (nomeado por eles de políticos “qualificados”) a abandonar o congresso. Salvo engano, não existem bancos de dados disponíveis que cataloguem informações que permitam aferir a ambição dos deputados brasileiros com base em informações similares as utilizadas nestes trabalhos.

Uma outra característica das pesquisas recentes sobre a ambição política, é a análise da relação entre o gênero e a raça<sup>1</sup> com a ambição política dos parlamentares (FULTON, *et al.* 2006; GRUMBACH; SAHN, 2020; SANBONMATSU, 2020; WYLIE, 2020; SORENSEN; CHEN, 2022 e LAZARUS; STEIGERWALT; CLARK, 2023). No caso estadunidense, Lazarus, Steigerwalt e Clark (2023) observaram que as mulheres calouras que são eleitas costumam ser mais velhas do que os homens<sup>2</sup>. Além disso, elas teriam uma maior probabilidade de perder a disputa pela reeleição e de se retirarem da política em comparação com os homens, resultando em carreiras mais significativamente mais curtas para as mulheres na Câmara.

Observando o caso brasileiro, Wylie (2020) explica que as quotas de gênero, que não eram bem-vindas pelas elites partidárias, sofreram uma resistência entre as mulheres, dado o receio de servirem de fachada para os partidos que buscam apenas preencher as quotas de gênero e não investiriam, de fato, nas suas campanhas. Mesmo no caso estadunidense, a desigualdade no acesso às receitas de campanha é uma barreira para a representação das minorias, especialmente das mulheres negras (SORENSEN; CHEN, 2022).

### 1.1.1 Estrutura de oportunidades políticas

Schlesinger (1966) apresenta o conceito de estruturas de oportunidades políticas, que diz respeito as oportunidades de cargos eletivos. Assim, essa estrutura não inclui todas as oportunidades de carreira que o político dispõe, pois ela diferencia as oportunidades políticas eletivas (observáveis empiricamente), e as oportunidades sociais (que são incontáveis, e podem estar em qualquer organização).

A estrutura de oportunidades varia a depender do cargo que o político ocupa no momento analisado. Dessa forma, a estrutura de oportunidades de carreira de um vereador é diferente da estrutura de oportunidades de um senador. Além disso, a estrutura de oportunidades pode ser restringida pelas características do sistema político ou dos partidos políticos, por exemplo. No caso estadunidense, um país

---

<sup>1</sup> Infelizmente os dados de campanha do TSE não dispõe da variável raça, ou etnia, em seu banco de dados para todas as legislaturas, impossibilitando a análise da distribuição e da relação desta variável nesta tese.

<sup>2</sup> Com base nos dados analisados por esta tese, as mulheres brasileiras têm idade média de 50,68 anos, e os homens de 51,49 anos. A mulher mais nova da amostra tem 26 anos, enquanto o homem mais novo tem 22.

bipartidário, cada político tem que calcular suas chances dentro desta estrutura que é limitada pelo seu partido.

Kiewiet e Zeng (1993) salientam que mesmo após as definições da teoria da ambição política, muitos estudos trataram as decisões de escolha de cargo apenas como uma opção binária. Ou seja, se aposenta ou não, busca cargos mais elevados ou não. Ou seja, deixava-se de lado as demais opções de carreira que caracterizam a ambição regressiva. Com base nisso, eles propuseram um modelo analítico que parte do pressuposto da maximização da utilidade esperada, observando as escolhas de cargo no final do mandato.

Dessa forma, para a cada escolha de cada cargo se insere as variáveis relativas à escolha específica. Para quem concorre à reeleição, por exemplo, entra no cálculo a utilidade de concorrer à reeleição, a probabilidade de ser eleito, e o valor de uma cadeira na Câmara em relação à aposentadoria. E o mesmo ocorre para quem pretende conquistar cargos mais elevados (KIEWIET; ZENG, 1993). Entretanto, não se sabe o valor da utilidade esperada para cada escolha. De todas as variáveis que podem atuar nesta probabilidade, apenas algumas podem ser observadas e mensuradas. Dessa forma, a previsão é feita apenas em termos probabilísticos e está sujeita a erros de estimação (KIEWIET; ZENG, 1993).

A utilidade de servir na Câmara pode, inclusive, não ser idêntica para todos os membros, pois o acesso aos cargos com maior influência dentro da casa não é distribuído uniformemente (KIEWIET; ZENG, 1993). Ou seja, um deputado que tem maior probabilidade de acessar os cargos de destaque certamente tem maior probabilidade de buscar a manutenção do cargo.

Para além dos casos de ambição discreta, definidos por Schlesinger, Kiewiet e Zeng (1993), incluem nesta definição os deputados que deixaram a câmara para assumir posições hierarquicamente inferiores, relativas à estrutura organizacional do Estado, como prefeituras de cidades pequenas, e cargos no legislativo estadual, por exemplo. Contudo, eles chamam esta opção de aposentadoria<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Florentino (2008, p. 45) resume da seguinte maneira: “os políticos que recuam na disputa eleitoral, seja permanentemente, seja com pequenas estratégias de continuação, pertencem a grupos que 1) já esgotaram de alguma forma sua participação e influência no jogo político (exposição em escândalos, idade avançada, participação em grupos sociais em decadência) ou que 2) ainda não conseguiram penetrar no campo político com a mesma desenvoltura de seus pares (mulheres, estreantes de primeiro mandato ou suplentes e parlamentares de bancadas muito pequenas)”.



De fato, este tipo de classificação não se aplica a todos os países. Em países com Estado Federativo, por exemplo, uma hierarquia que classifica a ambição por cargos eletivos pode delinear a escolha de cargo na direção de cargos hierarquicamente superiores ou inferiores, em relação aos benefícios e o acesso a poder decisório ofertado pelo cargo pretendido. Entretanto, em países com sistemas unitários, como as Repúblicas Unitárias por exemplo, essa classificação não faria sentido, pois as unidades administrativas subnacionais, quando existem, não possuem poderes compatíveis ao governo central, como há numa república federativa, por exemplo.

Em sistemas políticos em que essa classificação pode ser implementada, Stolz (2003) defende que algumas estruturas de oportunidades específicas, aliadas a condições territoriais, podem transformar os cargos eletivos regionais em uma carreira por si só, tornando este um foco para determinadas ambições de carreira, produzindo uma classe política regional distinta da nacional.

## 1.2 O contexto do estudo de carreiras políticas no Brasil

O estudo das carreiras políticas busca compreender como as instituições moldam o comportamento dos políticos (MARENCO, 2013). A literatura sobre esse tema afirma que manter um núcleo de legisladores experientes e especializados é benéfico para promover a supervisão da burocracia, atuando como contrapeso ao poder executivo e realizando um trabalho parlamentar com maior qualidade (PEREIRA; RENNÓ, 2013).

As candidaturas para cargos eletivos no Brasil só podem ser registradas por cidadãos filiados a partidos políticos. No caso dos cargos legislativos, os partidos podem atuar através da valorização e (ou) da punição dos comportamentos, de acordo com a fidelidade do parlamentar (MARENCO, 2013). Entretanto, a fragmentação partidária levaria a uma preponderância do voto preferencial, mais derivado do vínculo pessoal entre eleitor e políticos e menos associado aos partidos políticos (REBELLO, 2015). Esses fatores são apontados como indícios de que os deputados escolhem os cargos que irão disputar de uma maneira mais autônoma em relação a seus partidos (MELO, 2000; DESPOSATO, 2006; KERNECKER, 2016).

A literatura destaca um conjunto de incentivos institucionais, relativos às regras eleitorais e de organização dos partidos, que favorece a infidelidade, a migração e a indisciplina partidária, fragilizando ainda mais os partidos (AMES, 2003, MARENCO, 2013). Nessa linha, argumenta-se que a baixa profissionalização<sup>4</sup> dos deputados aliada à infidelidade partidária tem sido prejudicial para o sucesso eleitoral dos incumbentes (MARENCO, 2013).

Segundo Perissinotto e Veiga (2014), a análise de um *survey* aplicado a candidatos a deputado federal em 2010 por quatro partidos (PT, PMDB, PSDB e DEM) indica que a existência de “políticos profissionais”<sup>5</sup> foi menor do que os “políticos ocasionais”. Ao mensurar o grau de profissionalização dos deputados federais a partir de uma amostra de deputados premiados pelo DIAP como “Cabeças do Congresso”, os resultados de Sainz *et. al.* (2021) indicam que aproximadamente um quarto dos deputados está alocada na metade mais profissionalizada da distribuição dos casos, os outros três terços estão incluídos na metade menos profissionalizada<sup>6</sup>. Ao que parece, esses achados apontam indícios de que o grau de profissionalização dos deputados brasileiros tende a ser baixo.

### 1.2.1 Características do sistema político brasileiro

O Brasil é uma república presidencialista e federativa, com representantes eleitos nos níveis nacional, estadual e municipal. Conta com sistemas eleitorais distintos para o Poder Executivo e o Senado de um lado, e os demais cargos do Legislativo do outro lado. Cabe ressaltar que o Poder Legislativo Federal brasileiro é bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que juntos formam o Congresso Nacional. Os cargos no Executivo e no Legislativo contam com mandatos de quatro anos, exceto para o Senado, onde o mandato é de oito anos.

---

<sup>4</sup> A profissionalização refere-se à crescente especialização e dedicação dos membros do Congresso às suas responsabilidades legislativas. Segundo Polsby (1968), a profissionalização faz parte do processo de institucionalização. Isto é, carreiras de longo prazo, na “Câmara dos Representantes”, levou a uma mudança gradual na composição e no comportamento dos membros levando a evolução da instituição ao longo do tempo.

<sup>5</sup> Os autores mensuram a profissionalização dos indivíduos levando em conta se sua remuneração é exclusivamente ou não dependente da atividade política, e se eles se dedicam continuamente e integralmente a esta atividade

<sup>6</sup> Conforme gráfico boxplot na página 15 do texto citado.

Nos cargos legislativos, com exceção do Senado, o sistema é de representação proporcional<sup>7</sup>, que utiliza um cálculo de distribuição das cadeiras legislativas entre os partidos, utilizando a fórmula de maiores médias (D'Hondt)<sup>8</sup>, que favorece os partidos mais votados em relação aos menos votados (NICOLAU; SCHMITT, 1995).

Em países com sistemas de lista fechada, os eleitores votam na legenda do partido, que compõe uma lista de candidatos (NICOLAU, 2015). Aqueles que estão no topo da lista são eleitos dentro do número de vagas conquistadas pelo partido. Esse sistema seria adotado, por exemplo, nos seguintes países: Espanha, Portugal, Argentina, Itália e África do Sul. Há também o sistema de lista flexível, empregado por Bélgica, Holanda, Dinamarca e Indonésia, no qual os eleitores são capazes de alterar a lista predefinida pelo partido. Neste sistema, “se um candidato disposto na parte de baixo da lista obtiver uma votação expressiva ele pode “ultrapassar” os nomes mais bem posicionados e se eleger” (NICOLAU, 2015, p. 104).

No caso brasileiro, as eleições para o Senado e Poder Executivo adotam o sistema majoritário, em que os mais votados vencem a disputa, excluindo-se dessa contagem os votos brancos e nulos<sup>9</sup>. Para os cargos eletivos no Executivo municipal, em cidades com mais de 200 mil habitantes, e de Governador e Presidente, existe a possibilidade de ocorrer um segundo turno entre os dois candidatos mais votados. O que pode ocorrer quando nenhum dos candidatos alcança mais de 50% dos votos válidos (total de votos subtraídos os votos em brancos e votos nulos) no primeiro turno.

Em sistemas de representação proporcional os eleitores têm a possibilidade de votar no partido, em alguns países, e de escolher diretamente o seu candidato individualmente (voto preferencial). Esta opção não está disponível, por exemplo, para outros países que adotam o sistema majoritário<sup>10</sup> ou em sistemas de lista fechada, em

---

<sup>7</sup> A representação proporcional é o sistema eleitoral mais utilizado para eleger os representantes nos legislativos nacionais. Em 2010, 58% dos países utilizaram o sistema proporcional, 28% empregaram sistemas majoritários e 14% alguma modelo de sistema misto (NICOLAU, 2015).

<sup>8</sup> Segundo Nicolau (1995), “a fórmula D'Hondt beneficia os maiores partidos por conta da proximidade dos divisores utilizados (1,2,3,4,5,6 ...), já que, ao contrário da fórmula Sainte-Lague (divisores 1,3,5,7,9 ...), fica mais fácil para um grande partido que obteve uma cadeira distribuída nas sobras receber a seguinte”.

<sup>9</sup> No momento da votação, para cada cargo com vaga em aberto, o eleitor pode optar por não votar em nenhum candidato optando pelo voto em branco, apertando o respectivo botão na urna eletrônica. E os votos nulos se referem aos votos efetuados digitando-se uma sequência de números que não representa nenhum candidato ou partido. Ambas as opções, quando efetuadas, anulam o voto do eleitor.

<sup>10</sup> Os estados unidos da américa seriam uma espécie de exceção à regra, pois os eleitores podem escolher seus candidatos nas primárias do partido.

que há uma ordem para os políticos que serão eleitos, determinada pelos seus respectivos partidos (NICOLAU; SCHMITT, 1995).

No Brasil, os eleitores escolhem seus representantes do Legislativo através de um sistema de representação proporcional de lista aberta (sem uma ordem determinada pelo partido), tendo a possibilidade de votar tanto em seu candidato específico (voto nominal), quanto no partido de sua escolha (voto de legenda). O somatório dos votos que os candidatos e a legenda de um determinado partido conquistaram resulta na votação total, que é utilizada para calcular a alocação de cadeiras (NICOLAU; SCHMITT, 1995, NICOLAU, 2006).

Em 2015, uma reforma eleitoral foi promovida pela Lei nº 13.165/2015 que tinha como objetivos reduzir os custos das campanhas eleitorais, impondo um teto de gastos, e incentivando a participação feminina. Além disso, esta norma implementou a chamada cláusula de barreira (também conhecida como cláusula de desempenho individual), que determina que serão eleitos os candidatos registrados pelos partidos ou coligações que tenham obtido a partir de 10% do quociente eleitoral, dentro dos limites do quociente partidário, na ordem da votação nominal recebida pelos candidatos.

Em 2017, novas alterações revogaram o teto de gastos de 2015 e mudaram os limites para o uso dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. O Artigo 16-D da Lei Nº 13.488/2017 impôs os seguintes critérios: 2% da verba seria dividida igualmente entre todos os partidos com registro no TSE; 35% seriam divididos entre os partidos com pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, proporcionalmente aos votos recebidos na última eleição, anterior a promulgação da lei; 48% dos recursos seriam repartidos entre os partidos na proporção do número de representantes titulares na CD; e, por fim, 15% seria dividido na proporção do número de representantes titulares no Senado Federal. Além disso, o Artigo 18 prevê que os limites de gasto de campanha seriam definidos em lei e divulgados pelo TSE. Em 2018 o limite foi estabelecido em dois milhões e quinhentos mil reais para as campanhas dos candidatos às eleições de Deputado Federal (Capítulo II, artigo 7 da mesma lei).

Ambas as reformas, de 2015 e de 2017, foram publicadas antes das eleições do meio e do final do mandato dos deputados que compunham a 55ª legislatura, que compõe a amostra da tese. A cláusula de desempenho teria como um dos objetivos de dificultar a entrada de candidatos com votações modestas, que seriam eleitos por

estarem na cota do partido. O resultado dessa alteração poderia levar os deputados que foram eleitos anteriormente com votações menos expressivas a buscarem alternativas para assegurar uma vitória nas urnas, resultando na busca por cargos hierarquicamente inferiores como o de deputado estadual que geralmente necessita de menos votos para garantir uma vaga<sup>11</sup>.

Outra alteração que pode ter impacto sobre a escolha de cargo são as alterações no financiamento de campanha. O total de recursos que é dividido entre os partidos proporcionalmente ao número de representantes titulares pode tornar as legendas maiores mais atrativas, o que levaria a um aumento na migração partidária por aqueles políticos interessados em receber mais recursos do partido, aumentando suas chances de sucesso eleitoral.

Mais recentemente, a Lei Nº 14.208, de 2021 instituiu as regras para a criação de federações de partidos políticos (alterando a lei dos partidos políticos, de 1995 e a lei das eleições de 1997). Para as eleições proporcionais, dois ou mais partidos podem se unir em federações, que tem validade nacional e duração mínima de quatro anos com prazo final indeterminado, o que pode funcionar como um teste para futuras fusões entre partidos. Nas eleições proporcionais os votos dos partidos que compõem a federação são somados e aplica-se os quocientes eleitoral e partidário, o que pode auxiliar partidos menores a superar a cláusula de barreira (TRE-SP, 2024).

Em seguida, a Lei Nº 14.211, de 2021, alterou o código eleitoral, de 1965, e a lei das eleições, de 1997, de forma a ajustar as regras em eleições proporcionais vedando coligações, instituir o critério das maiores médias e reduzir o número de candidatos que cada partido pode registrar. Estas alterações podem, por um lado, causar um impacto sobre as chances de sobrevivência dos partidos pequenos que não se incorporarem a federações ou não se fundirem com outro partido. Isso é, essa alteração tem como objetivo promover uma diminuição na fragmentação partidária ao longo do tempo, e por outro lado, ela pode beneficiar os incumbentes, pela diminuição do número de desafiantes<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> No período investigado foi observado uma diminuição na mediana do percentual de votos dos deputados com ambição regressiva da 54ª legislatura para a 55ª, caindo aproximadamente meio por cento. Dessa forma, metade dos casos de ambição regressiva representam aproximadamente 1% do percentual de votos na 55ª legislatura.

<sup>12</sup> O recorte da tese é anterior a esta mudança, mas os trabalhos que analisem legislaturas mais recentes devem observar possíveis impactos desta alteração.

Antes da mudança imposta por esta regra os partidos podiam indicar para a Câmara dos Deputados mais candidatos do que o número total de vagas no distrito (NICOLAU, 2006). Quando o número de vagas do distrito era menor do que 20, os partidos poderiam indicar até 1,5 vezes o número total de vagas quando o partido disputa sem uma coligação, e 2 vezes o número de vagas do distrito, quando o partido pertence a uma coligação. Quando o número de vagas era maior do que 20, poderiam ser indicados 2 vezes e 2,5 vezes o número de candidatos respectivamente (NICOLAU, 2006). Com as novas regras, instituídas em 2021 (pela Lei Nº 14.211 de 2021), cada partido poderá registrar um total de candidatos correspondente ao número total de vagas mais um, para o cargo que será disputado. A regra vale para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa (DF), as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Acredita-se que no Brasil os candidatos estruturam suas campanhas com uma certa autonomia em relação aos seus partidos (entre as características estão as formas de captação de votos, de obtenção de recursos financeiros, criação de materiais de campanha...) (NICOLAU; SCHMITT, 1995, NICOLAU, 2006; DESPOSATO, 2006). De acordo com Horochovski *et. al.* (2016), os partidos e candidatos formam redes complementares e interdependentes com os financiadores, permitindo ao partido obter recursos sem comprometer politicamente suas lideranças carismáticas. Essa individualização resultaria numa agregação de diversos deputados individuais sob uma legenda partidária, em uma espécie de confederação de candidatos. Para mitigar a competição intrapartidária, os partidos podem incluir candidatos puxadores de votos, ceder mais acesso aos recursos do partido e tempo de TV, por exemplo (NICOLAU; SCHMITT, 1995).

O resultado desta configuração teria gerado características negativas, acerca do sistema de representação brasileiro como “a hiperfragmentação partidária e as campanhas centradas em candidatos, com reduzida importância dos partidos nas disputas para o legislativo” (NICOLAU, 2015, p. 105). Além disso, segundo Melo (2022), a fragmentação transformou o Congresso em um aglomerado de pequenas e médias legendas.

A dispersão do poder “incha” o Colégio de Líderes, diminuindo sua capacidade de coordenação dos trabalhos legislativos. Cada líder, por sua vez, perde força relativamente aos membros de suas bancadas. Nas coalizões de governo aumenta o “poder de chantagem” de cada membro.

Cresce também o peso dos blocos partidários, elevando o grau de incerteza na definição da mesa diretora e das presidências das Comissões Permanentes. Em poucas palavras, os partidos, enquanto tais, começam a perder o controle sobre a Casa – como evidenciam as vitórias de Eduardo Cunha (PMDB) e Artur Lira (PP) para a presidência da Câmara (MELO, 2022, p. 85).

No mundo, não há casos de países que adotam o sistema de lista aberta há tanto tempo como o Brasil. No entanto, os demais países que adotam esse modelo têm um número de eleitores bem menor<sup>13</sup>. Além disso, o Brasil contava com grandes distritos eleitorais associado a possibilidade da realização de coligações eleitorais (que funcionam como uma lista única, em que os mais votados recebem as cadeiras) e da eleição simultânea para outros cargos que utilizam o sistema majoritário, o que pode confundir os eleitores (NICOLAU, 2006). A partir das mudanças da legislação eleitoral de 2021, as coligações passaram a ser permitidas apenas em eleições majoritárias e tem validade regional.

### 1.2.2 Características do sistema partidário brasileiro

De acordo com Melo (2022, p. 77) no Brasil, “desde o Império, a cada mudança de regime político as elites dirigentes, compulsoriamente ou não, distribuía-se em um novo arranjo partidário que pouco, ou nada, tinha em comum com o anterior.” Ainda, de acordo com o autor, em países como Uruguai, Chile, Argentina e Colômbia os partidos políticos resistiram à transição da política oligárquica para um contexto de incorporação política das massas. A redemocratização brasileira não, por exemplo, reestabeleceu os partidos que existiam antes da ditadura militar. Partidos estes que tiveram sua imagem manchada pelos 15 anos do bipartidarismo. Na redemocratização, a acomodação das elites políticas no Congresso culminou no surgimento de muitos partidos, e uma intensa migração partidária (MELO, 2022).

Em termos gerais, a literatura afirma que os partidos políticos são importantes na medida em que contribuem para a consolidação da democracia, agregam interesse sociais e diminuem os custos de informação pelos eleitores, bem como aumentam a responsabilização dos governos perante os eleitores, e controlam o acesso as

---

<sup>13</sup> Segundo Nicolau (2006), o Brasil contava, em seu levantamento, com 115 milhões de eleitores em 2002. Para termos de comparação, a Polônia, possuía 29,4 milhões em 2001, o Peru, 14,9 milhões em 2001, o Chile, 8,1 milhões em 2001 e a Finlândia, 4,1 milhões em 1999.

oportunidades de carreiras (COX, MCCUBBINS, 1993; ALDRICH, 1995; SNYDER, TING, 2001 *apud* DESPOSATO, 2006).

No entanto, algumas questões acerca do papel dos partidos políticos sobre a ambição dos deputados têm sido exploradas. Carey e Shugart (1995) discutem os valores atribuídos pelos políticos à reputação pessoal ou partidária, levando em conta as regras eleitorais. Segundo eles, a maneira como as fórmulas eleitorais distribuem os assentos legislativos pode influenciar os políticos individuais a cultivarem suas reputações pessoais em detrimento da reputação do partido, em busca de avançar em suas carreiras (CAREY; SHUGART, 1995).

Nos sistemas nos quais existe concorrência dentro do partido, a medida em que a magnitude cresce, aumenta também o valor da reputação pessoal. À proporção que isso pode tomar é determinada pelas regras eleitorais (CAREY; SHUGART, 1995). Os autores ainda evidenciam que em sistemas de lista aberta a reputação pessoal é mais importante que nos sistemas de lista fechada.

No caso brasileiro, os legisladores eram considerados mais personalistas do que os legisladores finlandeses, por exemplo, que também adotam o sistema de lista aberta. Isso porque os partidos brasileiros podiam indicar mais candidatos do que o número de vagas abertas no distrito, enquanto na Finlândia, o total de indicações é limitado pelo número de vagas (MAINWARING, 1991; CAREY; SHUGART, 1995; DESPOSATO, 2006; NICOLAU, 2006)<sup>14</sup>.

Nos países parlamentaristas, em que a permanência do chefe do executivo depende da confiança do parlamento, a coesão partidária tende a ser maior, diminuindo o valor da reputação pessoal. Por outro lado, nos países presidencialistas, a independência da permanência do presidente em relação ao legislativo pode incentivar a atenção dos políticos na sua reputação pessoal e, conseqüente, ampliar o interesse e as demandas por políticas de *pork-barrel*<sup>15</sup> (CAREY; SHUGART, 1995).

---

<sup>14</sup> Esta regra valeu até 2020, pois a Lei Nº 14.211 de 2021 definiu que os partidos poderão registrar candidaturas no total de até 100 por cento do número de vagas mais 1. Esta regra é válida para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa (DF), as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais. Ou seja, a nova regra corresponde a um período posterior aos dados analisados por esta tese. Dessa forma, os impactos dessa mudança poderão ser mensurados por trabalhos futuros.

<sup>15</sup> *Pork-barrel* é um termo que se refere à prática política de destinar recursos públicos para projetos específicos em determinadas regiões ou para determinados grupos, muitas vezes como forma de ganhar apoio político local. Esses projetos geralmente não são avaliados quanto à sua eficácia ou necessidade, e seriam implementados para atender a interesses políticos ou eleitorais.



Desposato (2006) afirma que a migração de partido pelos políticos geralmente é negligenciada e é associada a baixa importância dos partidos. Contudo, ele defende que os partidos são importantes, e por isso os políticos buscam novas legendas. Mais que isso, a migração partidária pode revelar as preferências implícitas dos políticos. Segundo o autor, os políticos migram de partido para maximizar a utilidade esperada de sua carreira, levando em conta os recursos que o novo partido escolhido pode disponibilizar e o custo da mudança.

Freitas (2012) defende que, além disso, a migração de políticos entre partidos não se deve apenas às necessidades individualistas dos parlamentares, pois os próprios partidos utilizariam as trocas como forma de aumentar seu poder nas arenas parlamentar e eleitoral. Segundo a autora, “em parlamentos o tamanho das bancadas é definidor da capacidade de ação dos partidos políticos, assim pode-se esperar que estes também desenvolvam estratégias para aumentar suas bancadas” (FREITAS, 2012, p. 952). Ou seja, os partidos não seriam vítimas dos parlamentares, mas seriam estimulados a migrar por partidos que buscam aumentar seus recursos (FREITAS, 2012).

No caso brasileiro, Mainwaring e Scully (1995) afirmam que uma das características que mais distinguia o sistema partidário brasileiro dos demais, é a facilidade para migrar de partido. Melo (2000) aponta que a migração partidária é um fenômeno que ocorria sistematicamente, afetando em média 30% dos deputados eleitos. Ele argumenta ainda que “a estrutura de punições e recompensas embutida no arranjo interno do Legislativo brasileiro permite a coexistência dos dois comportamentos: disciplina em plenário e trânsito entre as bancadas” (MELO, 2000, p. 2). Dessa forma, os deputados mudariam ou permaneceriam no partido agindo racionalmente e buscando maximizar as chances de sucesso eleitoral, adequada à lógica da disputa política.

Haveria, portanto, um mercado fluido para os partidos e legisladores, devido a um baixo custo de transação, em que um terço dos deputados trocam de legenda durante os seus mandatos, uma taxa considerada uma das maiores do mundo. A falta de coesão e estabilidade dos partidos brasileiros os deu a alcunha de “partidos de aluguel” (DESPOSATO, 2006). Entretanto, nem todos os partidos brasileiros possuem baixo custo de transição, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). Alguns deles

cultivam seus seguidores partidários, construindo organizações de base e incentivando o voto partidário, em detrimento do voto pessoal (DESPOSATO, 2006).

Contudo, esse quadro foi alterado. Em março de 2007 o TSE decidiu que o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar. Essa decisão tinha como objetivo coibir a migração partidária, permitindo ao partido reivindicar o mandato na justiça (MELO, 2022). Esta medida reduziu, mas não foi capaz de extinguir a migração entre partidos. Em 2007, ocorreram 54 trocas de legenda, este número corresponde a 18% do total de trocas ocorridas em 2003, que chegou a 300 (FREITAS, 2008).

Os deputados que mudam de partido podem levar consigo o apoio eleitoral que dispõem, aumentando a parcela de votos total do partido, e beneficiando outros membros da mesma legenda (DESPOSATO, 2006). Contudo, o impacto dessas mudanças pode afetar negativamente as taxas de sucesso para os legisladores que concorrem a reeleição (SCHMITT, 1999).

Desposato (2006) aponta uma particularidade do sistema brasileiro de representação proporcional com lista aberta, segundo ele esse sistema torna a eleição mais fácil em alguns partidos em relação aos concorrentes, isso porque a popularidade de alguns dos membros do partido os tornaria capazes de angariar muitos votos, aumentando as chances de seus companheiros de partido, o que pode ampliar a atratividade da legenda. Porém, como dito anteriormente, as regras atuais incluem uma cláusula de desempenho individual, o que significa que a última legislatura analisada e nas legislaturas mais recentes esse quadro pode se alterar.

Embora a mudança de partido indique uma fragilidade no sistema partidário, ela fornece informações importantes sobre o comportamento do legislativo, permitindo a compreensão de qual seria a função do partido em relação aos políticos ambiciosos (DESPOSATO, 2006). Melo (2022) argumenta que, apesar da extrema fluidez e da fragmentação do sistema partidário brasileiro, a competição à presidência da república estruturada em duas coalizões ideologicamente distintas permitiu décadas de estabilidade, consolidando o sistema partidário, mas não sendo o suficiente para estabilizar a fragmentação partidária.

A respeito do sistema partidário brasileiro, Cheibub *et. al.* (2022) afirma que há um aspecto dinâmico no sistema que leva os candidatos marginais, que estavam próximos de perder ou ganhar uma eleição por uma baixa quantidade de votos, a migrar de partido. Os autores demonstram que:

[...] a configuração específica de regras que existe no Brasil induz esses candidatos a migrarem para partidos menores como uma forma de aumentar suas chances de serem eleitos. O sucesso deles é o que explica o fato de que a fragmentação continua a aumentar. (CHEIBUB *et. al.* 2022, n.p, tradução do autor).

Além disso, de acordo com Zucco e Power (2021), o aumento na fragmentação não foi influenciada pela polarização ou convergência ideológica entre partidos tradicionais, segundo eles, a mudança na forma como as listas partidárias são compostas, a forma de financiamento dos partidos e a maneira como as coligações são geridas mudaram o contexto da ambição política, levando as elites parlamentares a buscarem estrategicamente partidos pequenos para serem dominantes nessas legendas. Dessa forma, embora o entendimento jurídico atual defina que o mandato pertence ao partido, os deputados podem buscar alternativas se filiando a legendas que melhor se adequem a seus interesses nos momentos em que tenham a oportunidade de migrar sem sofrer penalidades cabíveis.

Por outro lado, a literatura observa outro movimento que culminou na criação de novos partidos políticos. Segundo Melo (2002) a terceira vitória consecutiva do PT nas eleições presidenciais teria aumentado o custo de permanecer na oposição. E com isso, surgiram então novos partidos, como o PSD, com o objetivo de agregar políticos, sem uma ideologia clara, permitindo que seus membros se aproximassem do governo (MELO, 2022).

Em 2012, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que os novos partidos teriam direito ao tempo de rádio e TV correspondente aos deputados que aderissem à sigla. A decisão contribuiu para o desempenho de PSD, PROS e SD em 2014 e jogou a justiça eleitoral em clara contradição: o mandato era do partido, mas o tempo no HGPE, bem como as parcelas do Fundo Partidário, pertenciam aos deputados (MELO, 2022, p. 85).

Ou seja, as alternativas encontradas pelos deputados para superar sua fragilidade eleitoral vão desde a migração de partido, buscando legendas menores, ou se aglomerando em novas legendas, em busca de maior contato com o governo de ocasião. Esse movimento pode manifestar-se com mais clareza nas legislaturas mais recentes, em que os deputados podem valer-se de uma janela para mudança de legenda. Em 2018 o TSE decidiu que só pode usufruir da janela partidária os políticos que estiverem ao fim de seus mandatos (TRE-MT, 2022). Dessa forma, o político que

está insatisfeito com seu atual partido ainda pode mudar de partido, mesmo que pretenda concorrer à reeleição.

Kernecker (2016) acredita que, em distritos maiores, onde o número de candidatos é maior, os legisladores podem ter ambições progressivas devido à concorrência diminuir as chances de sucesso eleitoral para os que tentam se reeleger. Em distritos menores, onde o voto pessoal é mais relevante, os candidatos dependem mais de sua reputação local do que de seus partidos, sugerindo uma ligação mais forte com seus eleitores, o que incentivaria candidaturas à reeleição (KERNECKER, 2016).

Analisando pesquisas de opinião realizadas em países latino-americanos<sup>16</sup>, Kernecker (2016) conclui que os legisladores com ambição progressiva se baseiam mais nos seus fatores pessoais do que partidários (imagem do líder ou programa do partido), preferindo enfatizar sua experiência pessoal na legislatura ou em outros cargos. Além disso, os parlamentares que ocuparam cargos no partido foram mais propensos a expressar ambição estática. Contudo, a magnitude do distrito e a lealdade partidária (que diz respeito a seguir a linha do partido e as orientações dos líderes partidários) não foram significativos para explicar nenhuma categoria de ambição.

Dessa forma, o tamanho dos distritos, a concorrência entre os incumbentes e o desejo dos parlamentares que já ocuparam anteriormente outros cargos eletivos de buscar melhores oportunidades eletivas parecem ser fatores que estariam relacionados a escolha de cargo hierarquicamente superiores pelos deputados. Mesmo que para isso seja necessário migrar de partido. À vista disso, controlo a relação dessas variáveis com a ambição política.

### 1.3 A ambição dos deputados federais brasileiros

Desde 1994, o Projeto Elites Latino-Americanas da Universidade de Salamanca (PELA-USAL) investiga as elites parlamentares na América Latina, abrangendo dezoito países da região, compondo uma base de dados de survey rica em informações. No Brasil, a pesquisa foi iniciada em 2005 e em três rodadas foram aplicadas questões

---

<sup>16</sup> *The Latin American Parliamentary Elite Project (Alcántara Sáez 1994–2014)* da Universidade de Salamanca. Cabe ressaltar que o caso brasileiro não foi avaliado por Kernecker (2016).

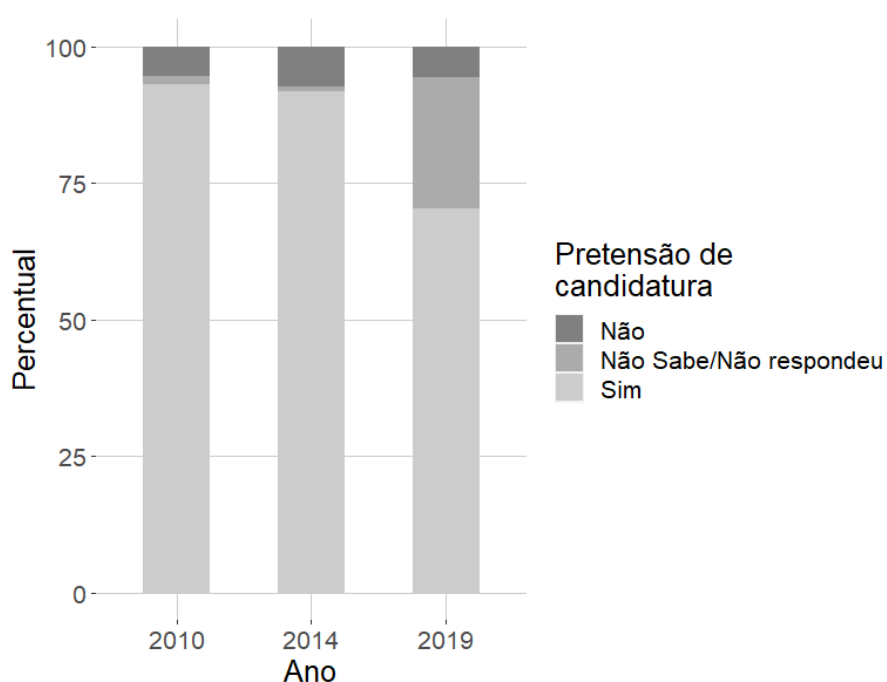
acerca da ambição de carreira dos deputados, suas candidaturas futuras e os cargos que gostariam de disputar.

Embora a amostra de parlamentares da PELA não seja idêntica a desta tese - o que impossibilita comparações diretas entre os resultados - os dados são interessantes para uma aproximação do objeto desta tese, de forma a explorar as percepções e atitudes dos parlamentares em relação à sua carreira política.

Os questionários da PELA selecionados foram aplicados nos anos de 2010, 2014 e 2019. Sobre isso, destaco que em 2010 e 2014 os questionários foram aplicados no ano final do mandato, isto é, no ano eleitoral. Todavia, o terceiro questionário, de 2019, corresponde ao primeiro ano do mandato. O que pode explicar algumas diferenças encontradas nos resultados, descritos a seguir. Acredito que no primeiro ano do mandato os deputados, especialmente os novatos, podem não estar tão seguros quanto a seu futuro político-eleitoral.

O gráfico abaixo apresenta a resposta dos deputados ao serem questionados se pretendiam prosseguir na carreira política depois do mandato atual.

**Gráfico 1 - Distribuição percentual da pretensão dos parlamentares de se candidatarem na próxima eleição - Câmara dos Deputados do Brasil, anos 2010; 2014; 2019**



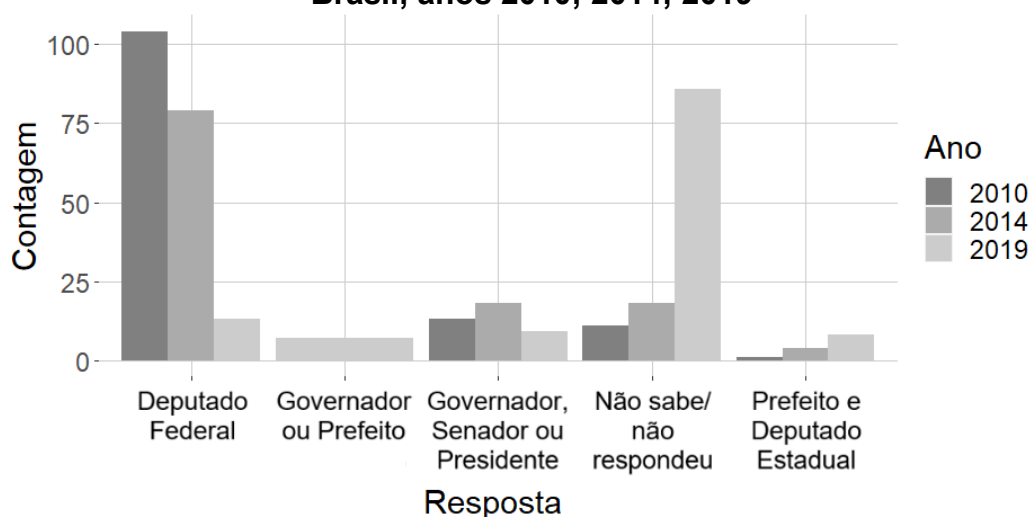
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PELA-USAL (ALCÁNTARA, 2010-2019).

Para os deputados que responderam que “Não” pretendem se candidatar novamente as respostas variaram entre 5,4% e 7,3%, aparentando uma certa estabilidade ao longo do tempo. Por outro lado, entre os que não sabiam ou não responderam se iriam concorrer novamente, a taxa saiu de uma média de 1,2% entre 2010 e 2014 e chegou a 24%, para aqueles entrevistados em 2019.

Entre os deputados que responderam “Sim”, ou seja, aqueles que pretendem se candidatar novamente, entre os deputados que estavam ao final do mandato a taxa de ocorrência desta resposta está acima dos 92%, aproximadamente. Enquanto para aqueles que estavam no começo do mandato, em 2019, a taxa de resposta “Sim” é de 70,4%. Embora este valor seja menor, observa-se em todos os anos uma maioria que pretende continuar na vida política.

Para os deputados que responderam que pretendiam se candidatar ao final do atual mandato, foi feita mais uma pergunta, questionando qual seria o próximo cargo para o qual gostariam de se candidatar. Por não impor categorias a serem escolhidas, as respostas são diversas, incluindo cargos eletivos e não eletivos. O gráfico a seguir mostra a distribuição dessas respostas, agrupando, dentro do possível, as respostas com relação ao tipo de ambição que elas representariam, com foco nos cargos eletivos.

**Gráfico 2 - Distribuição absoluta dos cargos para os quais os parlamentares pretendiam se candidatar na próxima eleição - Câmara dos Deputados do Brasil, anos 2010; 2014; 2019**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da PELA-USAL (ALCÁNTARA, 2010-2019).

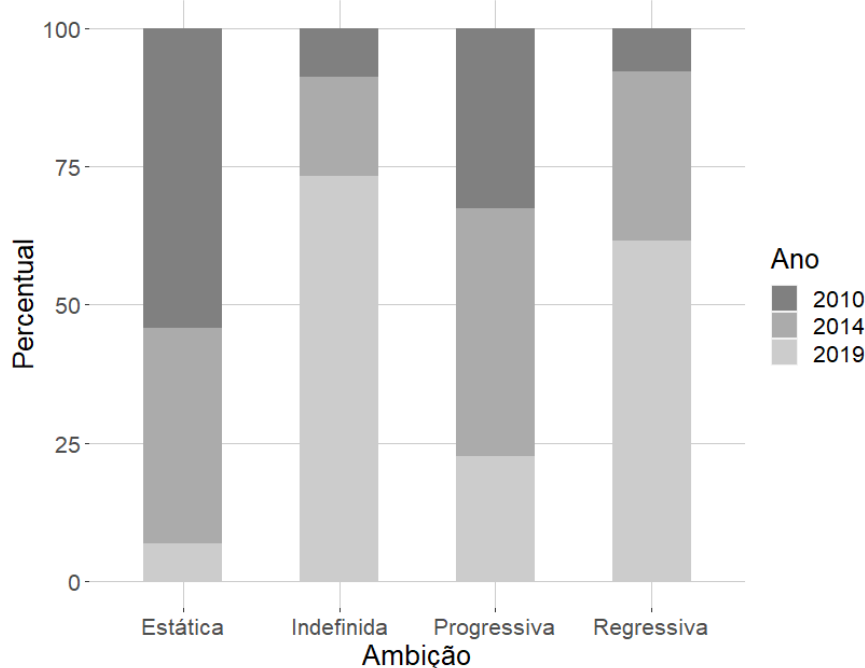
O cargo escolhido pela maioria dos deputados, especialmente em 2010 e 2014 foi o de deputado federal. Ou seja, a maioria tinha a pretensão de buscar uma reeleição. O segundo grupo de cargos com maior taxa de escolha diz respeito aqueles cargos relativos a cargos hierarquicamente superiores, como governador, senador e presidente da república. A ambição regressiva, representada pelos cargos de prefeito e deputado estadual, estão em último lugar<sup>17</sup>. No ano de 2019 ocorreram respostas “duplas”, com deputados afirmando que gostariam de disputar os cargos de governador e prefeito. Como neste ano a pesquisa foi feita no início de mandato e, portanto, antes das eleições municipais, o que pode ter refletido um maior número de casos de busca pelo cargo de prefeito pelo fato de que uma candidatura como essa não representa grandes riscos, visto que o mandato de deputado está assegurado no caso de uma derrota eleitoral. Samuels (2003) relatou que em entrevistas, descritas em seu trabalho, que os deputados expressavam um desejo de ocupar o cargo de prefeito. Ao que parece, pelo menos no período analisado, este desejo estaria mais relacionado aos parlamentares no início do mandato.

Por fim, o gráfico a seguir apresenta uma classificação da ambição dos deputados que responderam para quais cargos gostariam de se candidatar ao longo do tempo, e com base na estrutura de oportunidades apresentada na Figura 1. Aqueles deputados que responderam que se candidatariam à reeleição são classificados como ambição *estática*, os que responderam cargos como governador, presidente, e senador, incluindo os cargos de vice, foram classificados como ambição *progressiva* e aqueles que optaram pelos cargos de prefeito e deputado estadual foram classificados como ambição *regressiva*. Os demais, que não sabiam, não responderam ou disseram dois cargos de tipos antagônicos de ambição, como Governador e Prefeito, foram classificados como ambição *Indefinida*:

---

<sup>17</sup> A tese se tem como foco principal os cargos eletivos, entretanto, vale destacar que alguns deputados responderam que ambicionavam cargos não eletivos, os cargos apontados foram *dirigente partidário* (2 casos em 2014), *membro de tribunal* (1 caso em 2014) e ocupar um *cargo público em uma empresa estatal* (2 casos em 2019).

**Gráfico 3 - Distribuição percentual da ambição manifestada pelos parlamentares com base nos cargos escolhidos por ano - Câmara dos Deputados do Brasil, anos 2010; 2014; 2019**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados PELA-USAL (ALCÁNTARA, 2010-2019).

Para ambição estática, observa-se uma suposta diminuição ao longo dos anos. Entre os deputados que responderam que almejavam a reeleição, 54,2% são relativos à pesquisa de 2010, em 2014 eram 39,1% e em 2019 foram 6,8%. Embora o percentual de casos em 2019 seja baixo para ambição estática, ele foi alto entre os que tinham ambição indefinida, chegando 73,2% dos casos neste ano. Em 2014 foram 18,1% com ambição indefinida e 8,7% em 2010.

Para a ambição progressiva, ao que parece, houve um aumento no número de casos entre 2010 e 2014, saindo de 32,5% para 45%. Em 2019 uma parcela de 22,5% manifesto interesse em concorrer para cargos hierarquicamente superiores. Por fim, para a ambição regressiva, apenas uma minoria informou que gostaria de concorrer para cargos hierarquicamente inferiores em 2010 (7,7%). Em 2014 a taxa aumenta, chegando a 30,8%, e sendo predominante em 2019, correspondendo a 61,5% dos casos. Disso podemos deduzir que no começo do mandato os deputados apresentam maior propensão para buscar cargos hierarquicamente inferiores, como o de prefeito, especialmente pelo baixo risco envolvido, bem como não parecem ter definido o cargo que irão disputar ao final do mandato, o que os levaria a ser maioria entre os com ambição indefinida.



#### 1.4 Modelo analítico para investigar a ambição dos deputados federais brasileiros

No Brasil, a teoria da ambição política foi adaptada com algumas diferenças do modelo original de Schlesinger, a ambição que originalmente foi chamada de discreta aqui passou a ser chamada de aposentadoria<sup>18</sup>, que classifica os deputados que não se candidataram a nenhum cargo eletivo como aposentados da disputa eleitoral, o que não impediria um retorno no futuro para a disputa eleitoral.

Por outro lado, acrescentou-se um novo tipo de classificação de ambição eletiva, a “ambição regressiva”<sup>19</sup>, que, para o caso dos deputados federais, ocorre quando eles se candidatam a um cargo no legislativo estadual ou na esfera municipal, ou seja, cargos hierarquicamente inferiores ao cargo de deputado federal e que tem uma maior restrição no acesso a recursos.

A “ambição estática”, por sua vez, ocorre quando o político se candidata à reeleição; e a “ambição progressiva” ocorre quando o deputado se candidata a cargos hierarquicamente superiores, com um maior poder decisório e mais acesso a recursos e benefícios (salários, verbas, equipes maiores...), como os cargos de Senador, Governador e vice-governador, Presidente e vice-presidente da República (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2013; LIMA, *et al.*, 2018).

Cabe destacar que há controvérsias sobre o tipo de ambição que caracteriza a candidatura de deputados federais brasileiros para o cargo de prefeito. Acredita-se que municípios “grandes”, com mais de 250 mil pessoas, seriam atrativos para os deputados devido aos benefícios que este cargo traria em relação ao cargo de deputado, representando um avanço na carreira (SAMUELS, 2003), podendo ser tipificada como uma ambição progressiva.

Outros autores apontam a candidatura ao cargo de prefeito como uma estratégia de sobrevivência na Câmara, utilizando a candidatura para este cargo como um recurso para ter um contato mais próximo do eleitor, facilitando uma candidatura futura a reeleição (LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003; GRAÇA; SOUZA, 2014). Entre

---

<sup>18</sup> Existem algumas explicações para a aposentadoria dos políticos da disputa eleitoral. Entre elas, o político pode não se candidatar para assumir algum cargo não eletivo, ou pode estar com a idade avançada, pode deixar de concorrer para evitar algum escândalo ou até para evitar uma derrota eleitoral (HIBBING, 1999).

<sup>19</sup> Mancuso, *et al.* (2013) em seu trabalho designa essa escolha como “opção subnacional”, e Samuels (2003) a chama de ambição dinâmica, uma vez que a ambição pode mudar no decorrer da carreira do político.

1992 e 2008 apenas um quinto dos deputados se candidataram para o cargo de prefeito e a taxa de sucesso para estas candidaturas seria em torno de 20% (ARAÚJO, 2012, *apud* GRAÇA; SOUZA, 2014).

Por outro lado, fatores pessoais<sup>20</sup> e institucionais podem interferir na avaliação da estrutura de oportunidades (FOX; LAWLESS, 2011). Nem todos os benefícios obtidos com os cargos eletivos são evidentes e este tipo de ambição pode ter mais a ver com uma ambição pessoal do que com uma ambição de carreira de longo prazo (LIMA, 2018). De acordo com um levantamento do Globo (DANTAS, 2023), nos últimos anos as alterações na legislação através do orçamento impositivo têm fortalecido o acesso a recursos pelos deputados, tendo dobrado os valores recebidos nos últimos 10 anos. Nas legislaturas mais recentes, a partir de 2015, as emendas impositivas que cada deputado dispõe para direcionar seria maior do que a verba recebida por 79% das prefeituras. Alterações como esta podem tornar, o cargo de Deputado Federal mais atrativo, especialmente devido ao acesso a um vasto volume de recursos que não precisam do aval da união e são de execução obrigatória.

Nesta tese, as candidaturas ao cargo de prefeito foram consideradas como ambição regressiva, especialmente por levar o político da esfera Federal para a Municipal, diminuindo sua visibilidade no âmbito nacional em comparação aos demais cargos classificados originalmente como ambição progressiva<sup>21</sup>. A figura abaixo apresenta a estrutura de cargos disponíveis para os deputados federais brasileiros, bem como a ambição política correspondente à escolha de cada conjunto de cargos.

---

<sup>20</sup> Em alguns casos, essa possibilidade pode ser atraente para alguns integrantes de grupos políticos, que podem ser um grupo familiar, que “domina” uma determinada região, ou podem fazer parte de uma classe política regional (STOLZ, 2003). Para eles, controlar uma prefeitura pode ser importante para gerir os recursos destinados pelos demais membros, em busca de manutenção do *status quo*.

<sup>21</sup> Em geral, os prefeitos não contam com visibilidade nacional, salvo poucas exceções. Além disso, não há critérios bem definidos para classificá-los de outra forma, exceto alguns trabalhos que definem critérios arbitrários. Tal classificação demandaria um trabalho direcionado especificamente por isso. Além disso, Samuels (2003) definiu o cargo de prefeito como ambição progressiva com base em entrevistas realizadas a época. Mais recentemente a análise de entrevistas, apresentadas ao final deste capítulo, indicam que o cargo de prefeito não é o mais desejado entre aqueles que estão no final do mandato. Na média, estão abaixo do que o desejo pelos cargos de Governador, Senador.

**Figura 1 - Estrutura de oportunidades de cargos eletivos do ponto de vista do deputado federal e os respectivos tipos de ambição política resultante.**



Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, a maior parte dos deputados se candidata à reeleição. Argumenta-se que um dos fatores que explica isso é o custo e o risco envolvidos em uma carreira progressiva (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2004; PEREIRA; RENNÓ, 2003; 2001). Numa ambição estática, os riscos são menores e a chance de vitória é maior. Esse mesmo argumento sustenta que os recursos que os parlamentares dispõem, como o *pork-barrel*<sup>22</sup>, são de fundamental importância para o sucesso eleitoral, o que influencia na escolha do cargo pelos políticos (AMES, 1995; PEREIRA; RENNÓ, 2003, SANTOS; GASPARINI, 2020). Portanto, a ambição política seria o resultado de um cálculo de custo-benefício feito pelo incumbente em relação a sua estrutura de oportunidades de cargos. O que leva o caso brasileiro a apresentar um elevado grau de movimento nas carreiras, em especial devido à complexidade institucional do país (SANTOS; PEGURIER, 2011).

Por outro lado, existem críticas a afirmação de que a reeleição é a principal meta dos deputados brasileiros. Há um debate acerca da desigualdade de poder entre o Legislativo e o Executivo, em que se argumenta que essa desigualdade leva os parlamentares que ambicionam maior poder decisório e mais acesso a recursos a

<sup>22</sup> Acredita-se que os deputados procuram manter redutos eleitorais garantindo a eles emendas (“verbas”), e dessa forma tentando “superar sua própria fraqueza eleitoral com barganhas fisiológicas” (AMES, 2003, p. 130).

buscarem cargos no Executivo, abrindo espaço para a renovação (SANTOS, 2003; SAMUELS, 2003). Contudo, os parlamentares têm legislado no sentido de aumentar seus poderes em relação ao executivo. Um exemplo disso é a implementação do chamado orçamento impositivo, estabelecido através das Emendas Constitucionais (EC) nº 86/2015 e nº 100/2019. A primeira EC prevê a execução obrigatória das emendas orçamentárias individuais e, a segunda, das emendas orçamentárias de bancada. Ao que parece, o quadro traçado por Samuels (2003) que atribuía uma desvantagem do legislador em relação ao presidente acerca do controle do orçamento, tem se modificado ao longo dos anos por iniciativa dos próprios parlamentares.

Enquanto no orçamento autorizativo, o Executivo escolhe as emendas ao orçamento<sup>23</sup> que irá pagar, de acordo com as receitas, no orçamento impositivo, o legislativo ganha força, obrigando o pagamento de parte das emendas feitas ao orçamento enviado ao Congresso pela União. Enquanto o Executivo puder fazer uso das emendas para conseguir o apoio necessário para viabilizar seus projetos de governo, isso pode induzir a um aumento na busca por barganhas, por parte do Legislativo (SANTOS; GASPARINI, 2020).

Para além das mudanças nas regras orçamentárias, argumenta-se que outras mudanças importantes estão promovendo um maior poder ao Legislativo, especificamente no que diz respeito ao processo legislativo federal, tornando a agenda mais aberta e descentralizada (ALMEIDA, 2015). Até 2004 as leis originadas no Executivo giravam em torno de 60%. Esse número caiu para 30% a partir de 2008. Credita-se isso a uma menor quantidade de leis de autoria do Executivo, paralelamente ao aumento do número de leis originadas no próprio Congresso Nacional. Comparando o período de 1995 a 2002 ao período de 2007 a 2014, Almeida concluiu que “a quantidade média anual de leis de origem presidencial diminuiu moderadamente, de 64,6 para 50,4, enquanto a de leis de origem parlamentar aumentou fortemente, de 38,4 para 80,9” (2015, p. 46).

Esse processo de mudança revela uma diferença no quadro descrito pelos estudos de produção legislativa. Trabalhos como os elaborados por Figueiredo e

---

<sup>23</sup> As emendas ao orçamento são um instrumento que os parlamentares brasileiros dispõem que os permite fazer proposta de alterações no orçamento Apresentado pelo Executivo na Lei Orçamentaria Anual. As alterações são analisadas pela comissão mista de orçamento, que inclui integrantes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, votadas, e por fim o projeto da LOA é enviada ao presidente para sanção, transformando-se em lei.

Limongi (2001) e Pereira e Mueller (2003) defendiam que haveria uma “forte dominância do Poder Executivo, atuação reativa do Congresso e predomínio do plenário nas deliberações, com conseqüente escanteamento do sistema de comissões” (ALMEIDA, 2019, p.403).

Almeida (2019) defende a hipótese que este processo, iniciado a partir do ano 2000, refere-se a uma mudança institucional. Em que, devido ao longo período em que as mudanças ocorreram, se trataria de uma reorganização do jogo legislativo. O autor argumenta ainda esta mudança “reflete uma transferência de poderes de agenda, da liderança da maioria governista para as comissões, motivada pela ampliação das divergências políticas entre, de um lado, os membros da maioria governista e, de outro, a minoria opositora” (ALMEIDA, 2019, p. 425).

Com isso, poderia se presumir que o acesso garantido por lei a recursos, independente da autorização do executivo, e um maior protagonismo do legislativo na definição de sua agenda pode afetar o poder atrativo do legislativo e, no decorrer do tempo, impulsionar a permanência dos quadros dentro da Congresso.

Isto posto, para compreender o porquê de os candidatos escolherem um determinado cargo, é preciso observar os fatores que aumentam a previsibilidade dos resultados das eleições para diferentes cargos, controlando as características individuais dos deputados envolvidos no processo (PEREIRA, RENNÓ, 2013). Entre estes motivos estão fatores eleitorais, aspectos relacionados ao poder dos incumbentes em seu partido e na Câmara e o desempenho do deputado na Câmara. A fim de incluir esta classificação na tese, apresento a seguir as dimensões analíticas construídas a partir da literatura.

#### 1.4.1 Experiência Política

Desde Schlesinger (1966) a análise da ocupação sucessiva de cargos (*seniority*, ou senioridade), tem sido sinalizada como uma variável importante para compreender a escolha de cargo pelos políticos. Ela afere a longevidade da carreira dos deputados, indicando o total de legislaturas em que o deputado ocupou cargos eletivos. No Brasil, os cargos eletivos majoritários como Governador e Presidente, por exemplo, possuem um limite máximo de sucessões, o que não ocorre na Câmara dos

Deputados. Além disso, a longevidade das carreiras dos deputados estaria relacionada à sua profissionalização<sup>24</sup>.

No caso brasileiro, a importância dada à senioridade decorre da possível vantagem que os incumbentes têm frente os demais candidatos desafiados (PEREIRA; RENNÓ, 2013; SILVA JÚNIOR, *et al.* 2019, MEIRELES, 2019). Além disso, essa variável permite diferenciar os parlamentares de acordo com sua experiência eletiva na Casa. Ao comparar candidatos que quase venceram com os que quase perderam a disputa para a câmara, num modelo quase-experimental, Meireles (2019) constatou que obter um mandato na Câmara causa um impacto relevante na carreira do político, ampliando as suas chances de sucesso em torno de 25% quando comparado aos demais.

Outra variável importante é a ocupação de cargos eletivos no poder Executivo. Parlamentares que ocuparam estes cargos anteriormente, teriam maior probabilidade de nutrir ambição progressiva (KERNECKER, 2016). De maneira similar, eu argumento que é importante controlar a ocupação prévia de cargos no próprio Legislativo, inclusive nos níveis estadual e municipal, para observar a relação dessa experiência com a escolha de cargo pelos deputados durante ou ao final de seus mandatos.

Uma variável costumeiramente observada é a ocupação cargos de liderança nos centros de comando da organização legislativa. No caso estadunidense, o recrutamento dos líderes institucionais e presidentes de comissões com base no critério de antiguidade marcou a trajetória de institucionalização das casas legislativas neste país (POLSBY, 1968; HINCKLEY, 1969). Estes são cargos que dão prestígio aos seus ocupantes ao longo do mandato, promovem visibilidade e acesso ao poder decisório. Hall e Van Houweling (1995) argumentam que os benefícios de ocupar cargos dentro da câmara afeta a decisão de concorrer à reeleição ou de se aposentar. Segundo os autores, ocupar o cargo de *committee chair*, por exemplo, confere prerrogativas processuais, assentos em mesas de negociação importantes, acesso a redes políticas relevantes e poder de agenda. Os benefícios também incluem a provisão de equipes e de orçamento adicional.

---

<sup>24</sup> Segundo Polsby (1968), observando o caso estadunidense, quanto mais longa for a carreira mediana dos parlamentares que compõem uma legislatura, mais a entrada lateral para cargos de liderança é desencorajada. Quanto maior for a o cumprimento das regras impostas internamente, maior é a institucionalização da legislatura.

No caso brasileiro, estudos argumentam que ocupar estes cargos é importante na medida em que eles aumentariam as perspectivas de progressão na carreira dos deputados, por outro lado, não ocupar estes cargos poderia ser uma das razões relacionadas a ambição regressiva (SANTOS, 2003; SANTOS; PEGURIER, 2011). A literatura indica que a organização interna do parlamento concede relevância aos ocupantes de cargos de comando do legislativo, pois estes cargos garantem acesso a recursos institucionais que resultam num maior poder sobre o processo legislativo (SIMONI JR.; MOREIRA, 2016).

Entre os cargos que denotam algum prestígio a seus ocupantes estão o cargo de Presidente e Vice-presidente da Mesa Diretora, Presidente de comissão permanente e Presidente e Vice-presidente e relator de CPI. Além destes cargos, incluem os parlamentares que ocuparam o cargo de Ministros de Estado (KIEWIET; ZENG, 1993; SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012; KERNECKER, 2016). O acesso aos centros de poder e a visibilidade que os cargos podem trazer seriam, portanto, fatores que se relacionariam a escolha de cargo.

No caso do Brasil, a Mesa Diretora<sup>25</sup> da Câmara dos Deputados é composta por membros eleitos e, entre outras funções, é responsável pela organização da agenda dos trabalhos legislativos (SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012; SIMONI JR.; MOREIRA, 2016). As comissões permanentes<sup>26</sup>, por sua vez, são responsáveis por guiar os trabalhos, organizando a apreciação das matérias, e seus membros são eleitos a cada ano (SIMONI JR.; MOREIRA, 2016).

Por fim, as CPIs são temporárias, e são criadas através de requerimentos por pelo menos um terço dos membros da Casa. Elas “destinam-se a investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024), o que confere a seus membros visibilidade, em especial os presidentes e o relator, a depender da saliência e atenção pública ao fato investigado, ainda que de forma temporária.

---

<sup>25</sup> O processo eletivo inicia com a decisão acerca da formação de blocos parlamentares, depois disso, os líderes partidários se reúnem para decidir cada partido ou bloco irá concorrer, seguindo a proporcionalidade partidária. Além dos candidatos à presidência da mesa indicados por partidos há a possibilidade de candidaturas avulsas. A presidência da Mesa diretora necessita de maioria absoluta de votos (257), e caso isso não ocorra, ocorre um segundo turno com os dois candidatos mais votados. Após a definição do presidente, os demais votos para os outros cargos são apurados.

<sup>26</sup> Os líderes partidários se reúnem e decidem quais partidos irão comandar cada comissão. Para isso utilizam o critério de proporcionalidade partidária. Os nomes dos candidatos eleitos também são indicados pelos líderes.

O cargo de Ministro de Estado tem sido apontado como importante na medida em que ele representa que o deputado indicado como ministro conta com uma boa reputação no partido (KERNECKER, 2016). Além disso ele seria um facilitador para que os demais parlamentares do partido do ministro tivessem acesso ao pagamento de emendas do Executivo quando relacionadas ao ministério ocupado (BATISTA, 2015). A relação entre visibilidade proporcionada pelo cargo de ministro e os benefícios relativos a este cargo podem ser um fator facilitador para que o deputado obtenha o apoio partidário necessário para sua escolha de carreira.

Desta forma, nesta tese, a experiência política refere-se, em síntese, à acumulação de conhecimento adquirido pelos deputados por meio de sua participação em cargos eletivos (no Legislativo e no Executivo) antes do mandato atual, e cargos de prestígio na Câmara ou em Ministérios durante o mandato.

#### 1.4.2 Desempenho Eleitoral

Um argumento recorrente na literatura é que quanto maior for a votação do parlamentar eleito, maior deve ser a segurança deste incumbente na próxima eleição, tendo um impacto positivo sobre as suas chances de sucesso eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2013). Segundo Ames (2003), mesmo que a lei permita com que os candidatos busquem votos em todas as regiões do estado, a maior parte deles limita as suas campanhas a algumas localidades. O resultado disso seria a formação de duas dimensões compostas pelos padrões espaciais de votação. São eles:

1 - Dominância municipal (vertical), relativa ao percentual dos votos recebidos pelo parlamentar do total de votos para membros de todos os partidos<sup>27</sup>. Neste caso, as médias ponderadas mais altas correspondem aos candidatos dominantes, e as médias ponderadas mais baixas correspondem aos candidatos que compartilham os votos em seus municípios com outros candidatos (AMES, 2003);

2 - Concentração (horizontal), “que calcula a distribuição espacial dos municípios em que o candidato tem um bom desempenho. Esses municípios podem estar concentrados, com localidades vizinhas ou próximas, ou dispersos geograficamente” (AMES, 2003, p. 65). Ao combinar essas dimensões obtêm-se uma

---

<sup>27</sup> Kiewiet e Zeng (1993) também consideram a votação do parlamentar como importante para compreender as escolhas de cargo.



classificação de quatro quadrantes. Em outras palavras, no que se refere ao padrão espacial de votação, os parlamentares podem ser classificados como “dominantes-concentrados, compartilhados-concentrados, dispersos-compartilhados e dispersos-dominantes” (AMES, 2003, p. 101).

Desde então, a *concentração* e a *dominância*, propostos por Ames (2003), tem sido utilizada pela literatura em análises acerca do comportamento eleitoral dos parlamentares brasileiros (CARVALHO, 2003; CORRÊA, 2016). Ou seja, o padrão de votação do parlamentar é informativo das suas escolhas e estratégias como parlamentar. Segundo Carvalho (2003), os incentivos ao comportamento paroquialista não são predominantes na organização da Câmara dos Deputados, além desses, existem outros incentivos que também merecem ser investigados. Segundo o autor, nem todo parlamentar está preocupado com a distribuição concentrada de recursos de emendas orçamentarias, visto que essa concessão depende do padrão espacial de votação de cada indivíduo.

Com isso, um deputado que foi eleito a partir de uma votação geograficamente dispersa, por exemplo, dificilmente irá concentrar os recursos em apenas uma localidade, pois seria mais coerente dispersar as emendas a fim de atender as necessidades de sua base. Da mesma forma, um candidato que possui um vínculo forte com um determinado município, tenderia a concentrar seus recursos numa área circunscrita do estado, priorizando, portanto, atuar nas áreas onde obteve uma votação mais expressiva (NICOLAU, 2006).

Com base nisso, defino a dimensão do desempenho eleitoral dos deputados como sendo a análise das dimensões vertical e horizontal apresentadas por Ames (2003), isto é, mobilizo estes conceitos para mensurar o quanto os deputados dominam ou compartilham seus distritos, a partir do seu percentual de votos, comparado aos demais deputados do respectivo estado e o quanto sua votação é dispersa ou concentrada dentro do distrito. Essa dimensão busca mensurar a força eleitoral dos deputados em seus respectivos distritos, e aferindo a relação entre os diferentes padrões com as escolhas de cargo eletivo dos atores investigados.

Ames (2003) utilizou o índice de Moran Para calcular a concentração de votos. Este índice é uma medida utilizada para avaliar a autocorrelação espacial em conjuntos de dados georreferenciados, examinando se há padrões espaciais de similaridade ou dissimilaridade entre os valores em diferentes localidades geográficas.

Contudo, a falta de clareza na especificação dos parâmetros apresentados por Ames dificulta a replicação de seu modelo, e por ser baseado numa matriz de proximidade, votações muito concentradas podem fornecer resultados sem significância (CORRÊA, 2016).

Para superar este problema, outros índices têm sido utilizados para calcular a concentração de votos, como o Índice de Concentração de Herfindahl-Hirschman (HH), que é uma medida mais amplamente utilizada em economia e antitruste, mas que também tem sido adaptado para analisar a concentração de votos (CRISP; DESPOSATO, 2004; CORRÊA, 2016, LIMA, 2018). O índice HH serviu de inspiração para a criação de outros índices, como o índice N de Laakso e Taagepera, que comumente é utilizado para calcular o número efetivo de partidos, avaliando a desproporcionalidade, e o índice de Rae, que apenas inverte o indicador de HH (subtraindo 1), para calcular a concentração/dispersão dos votos (SOARES, 2018). Nesta tese, o índice HH foi adotado para aferir as medidas de concentração do modelo, especialmente por ter sido mais aceito e utilizado pela literatura recente (CORRÊA, 2016, LIMA, 2018, SILVA JÚNIOR, et al, 2020; 2021).

#### 1.4.3 Conexão com a Base

A premissa de que os membros do congresso têm como sua principal meta a busca pela reeleição (DOWNS, 1957; MAYHEW, 1974) é o ponto de partida para a teoria da conexão eleitoral, a qual indica que os parlamentares precisam nortear o seu comportamento com o objetivo de estabelecer maior conexão com as suas bases eleitorais a fim de permanecer no poder.

No Brasil, a distribuição de recursos públicos para as bases eleitorais dos deputados tem sido apontada como importante para a carreira dos deputados (AMES, 2003; SAMUELS, 2003, DESPOSATO, 2006; PEREIRA; RENNÓ, 2013, LIMA, 2018). Esta distribuição se dá através do direcionamento dos recursos federais, feitos a partir das emendas ao orçamento da União, para as localidades indicadas pelos deputados ou segmentos econômicos e sociais, onde eles podem reivindicar o crédito por essas iniciativas nas eleições, a fim de angariar mais votos.

Há outros recursos, como, por exemplo, a apresentação de projetos de lei e as votações em plenário. Contudo, o custo de informação para os eleitores é alto, e por

isso, presumo que os parlamentares não dariam tanto valor a este tipo de recurso ao escolher o destino de suas carreiras pela dificuldade em reivindicar os créditos junto aos eleitores. Segundo dados do Eseb, apenas 15% dos entrevistados lembravam em quem haviam votado na eleição passada (NICOLAU, 2006). Certamente uma parcela mínima seria capaz de avaliar a produtividade do deputado dentro do legislativo no período observado pela tese. Com base nisso, decidi não estender a análise a fim de incluir estes dados. Vale ressaltar que este quadro pode não se manter ao longo do tempo. Nas legislaturas mais recentes o uso de redes sociais para divulgação do mandato é cada vez mais comum, e ocorre em diversas plataformas (BARROS, *et al.*, 2021). Isto posto, nesta tese a conexão com a base será mensurado através do direcionamento de emendas individuais feitas pelos deputados para as bases de interesse<sup>28</sup>.

## 1.5 Estratégia de análise empírica

### 1.5.1 Questão de Pesquisa

O trabalho parte da seguinte questão: Quais fatores influenciam a escolha do cargo eletivo disputado pelos deputados federais brasileiros? Pesquisas que analisaram questões análogas focam em aspectos específicos indutores dessa escolha, como, por exemplo, variáveis relativas a dados pessoais dos deputados – idade, gênero, grau de instrução... – (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). Ou exploram variáveis eleitorais para identificar padrões de carreira (MANCUSO, *et al.* 2013). Há também aqueles trabalhos que restringem o foco da análise a grupos específicos, como os deputados candidatos à reeleição (PEREIRA; RENNÓ, 2001, 2007) ou deputados com ambição progressiva (LIMA, *et al.*, 2018).

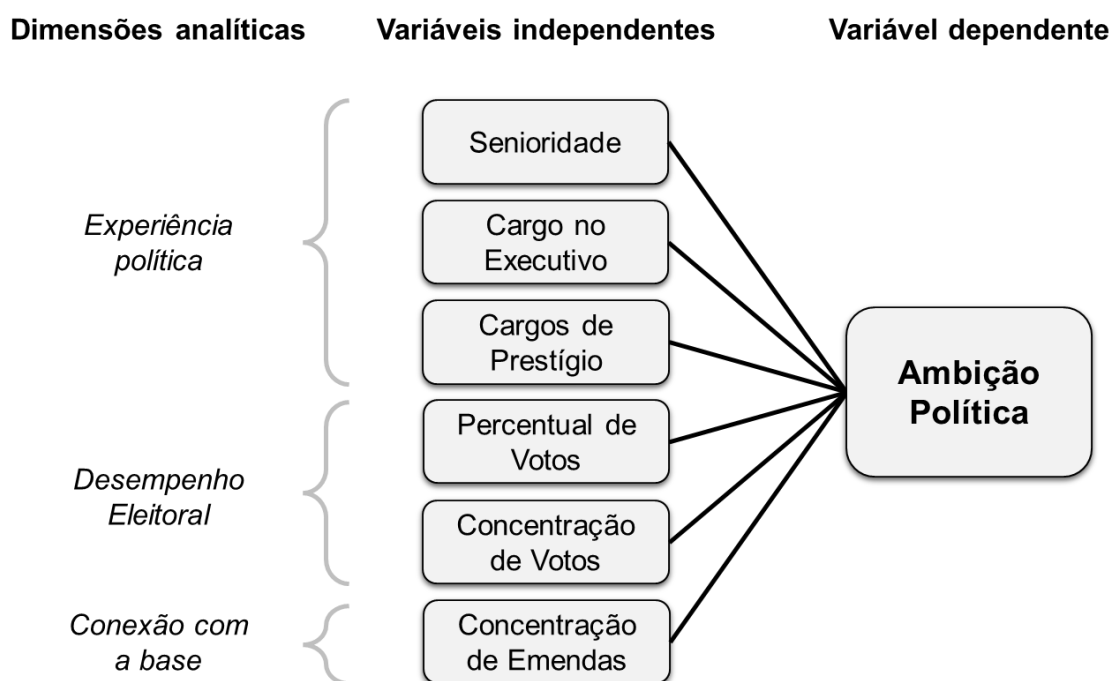
Para responder a esta questão, eu proponho um modelo que estima os efeitos de um conjunto de variáveis, classificadas em três dimensões analíticas, nas chances de escolha do cargo eletivo pelos deputados federais brasileiros frente a alternativas de candidatura.

---

<sup>28</sup> O envolvimento dos parlamentares em escândalos de corrupção mais propagados pela mídia também poderia ser analisado para explicar as escolhas de cargo. Contudo, a baixa quantidade de casos que realmente receberam importância pela mídia (como os denunciados na operação lava-jato) impedem a inclusão desta variável no modelo, sendo mais adequada para estudos de casos mais específicos.

Acredito que a escolha de cargo é uma das decisões mais importantes que o deputado toma quando está planejando o próximo passo de sua carreira. Uma escolha de cargo equivocada pode resultar em uma derrota eleitoral. A título de exemplo, um deputado eleito pela cota<sup>29</sup> do partido/coligação (com baixa votação), sem experiência política anterior e que não conseguiu acessar cargos de prestígio, enfrentará custos maiores para ser eleito em uma eleição subsequente, especialmente caso se candidate para um cargo majoritário, pois, neste caso, a disputa por um cargo com menos vagas reduz a probabilidade de sucesso eleitoral. Dessa forma, espera-se que o deputado aja racionalmente escolhendo um cargo que lhe propicie menores chances de fracasso. A figura abaixo apresenta uma síntese do modelo analítico, com suas respectivas dimensões e variáveis que orientaram esta tese.

**Figura 2 - Modelo analítico: dimensões e variáveis.**



Fonte: Elaboração própria.

### 1.5.2 Variável dependente

<sup>29</sup> Cota, aqui, se refere ao quociente partidário, que é dada pela divisão do total de votos válidos de cada partido/coligação pelo quociente eleitoral. O resultado do cálculo corresponde ao número de vagas obtidos pelo partido/coligação. Resultados menores que um significam que nenhuma vaga foi obtida. Isto posto, mesmo que um deputado X do partido A tenha recebido menos votos que o deputado Y do partido B, ele ainda pode ser eleito em detrimento de seu concorrente com a ajuda dos votos recebidos pelos candidatos mais votados de seu partido ou coligação, desde que esteja dentro do número de vagas e que tenha obtido pelo menos 10% do quociente eleitoral de seu estado.

A variável dependente, *ambição política*, é obtida através da categorização das escolhas de cargo feita pelos deputados ao se candidatarem durante ou ao final de seus mandatos, em face à estrutura de oportunidades eleitorais com as quais se deparam. Em suma, a escolha orientada pela ambição estática ocorre quando o deputado se candidatou a reeleição; a ambição progressiva se refere à escolha por cargos hierarquicamente superiores, e, por fim, ambição regressiva diz respeito à escolha do deputado que se candidatou a cargos hierarquicamente inferiores.<sup>30</sup>

Com o objetivo de analisar quais fatores afetam as chances de escolha de um cargo frente as demais alternativas, apresentamos a seguir as hipóteses da pesquisa de acordo com dimensões analíticas de interesse e as variáveis independentes correspondentes.

### 1.5.3 Dimensões analíticas e variáveis independentes

As dimensões analíticas do modelo abrangem diferentes aspectos da vida do parlamentar, buscando agregar informações do “currículo” dos deputados, agregando informações acerca de cargos ocupados - sejam eles cargos eletivos ou cargos de prestígio durante o mandato -, da sua votação e do direcionamento de recursos que faz por meio de emendas orçamentárias

- **Experiência Política**

A dimensão da experiência política compreende três variáveis. A primeira delas é a senioridade dos congressistas, que computa o número de mandatos que os incumbentes exerceram na Câmara dos Deputados antes do mandato atual. Estima-se que os parlamentares incumbentes possuem uma pequena vantagem eleitoral sobre os desafiantes (SILVA JÚNIOR, *et al.* 2019). Dessa forma, através desta variável, espera-se diferenciar os parlamentares de acordo com a sua experiência

---

<sup>30</sup> A ausência de candidatura, ou seja, a aposentadoria, ou ambição discreta, não foi incluída no modelo. Embora alguns dos fatores explicativos da ambição política apontados pela literatura possam estar relacionados com a aposentadoria dos deputados da disputa, o resultado desta escolha não é cercado por probabilidade de derrota como os demais tipos de escolha de cargo. Isto é, o deputado que decide não se candidatar, terá, sem dúvida, o resultado que procura. Os demais, ao escolherem um cargo estão expostos a possibilidade conseguir ou não o cargo que desejam, e por isso tendem a agir racionalmente para maximizar suas chances.

eletiva na CD, verificando se os incumbentes com mais experiência no cargo buscam, de fato, cargos superiores (SANTOS, 2003), ou se apenas utilizam essa “leve vantagem” para viabilizar uma renovação mandato, assegurando a sobrevivência política (PEREIRA; RENNÓ, 2013).

A segunda variável, *cargo no Executivo*, classifica os deputados que tem ou não tem experiência em cargos eletivos nesse Poder. Acredita-se que parlamentares com experiência no Executivo e que não conseguiram acesso aos centros de comando do parlamento estariam mais propensos a buscar cargos com acesso a mais poder e recursos (SANTOS, 2003, KERNECKER, 2016), apresentando, assim, uma ambição progressiva.

Por fim, a variável *cargos de prestígio* é relativa à ocupação de cargos de alto escalão no Executivo Federal, através do cargo de Ministro de Estado, e na Câmara dos Deputados, como a Presidência e vice-presidência da Mesa diretora, das comissões permanentes, e das CPIs na Câmara dos Deputados, e relatoria de CPI. Acredita-se que os deputados mais experientes e com acesso a cargos nos centros de comando da Casa teriam menos chances de perder a disputa pela manutenção do seu mandato (KIEWIET; ZENG, 1993; SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012, MEIRELES, 2019), logo, é mais seguro para eles a buscar a reeleição. Mas, além disso, acredito que a ocupação desses cargos promove uma maior exposição do parlamentar na mídia, o que pode favorecer candidaturas futuras, incentivando a busca pela reeleição dos ocupantes desses cargos dentro do legislativo.

#### *Hipóteses:*

**H. 1a** - Quanto maior a senioridade congressual, menores as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

**H. 1b** - Quanto maior a senioridade congressual, maiores as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

**H. 2** - Ocupação de cargo no Executivo aumenta as chances de ocorrer ambição progressiva e regressiva em comparação com a ambição estática.

**H. 3** - Ocupação de cargos de prestígio diminui as chances de ocorrer ambição progressiva e regressiva em comparação com a ambição estática.

- **Desempenho Eleitoral**

Esta dimensão abrange o desempenho eleitoral dos deputados, contando com duas variáveis. A primeira delas, o *percentual de votos* do deputado com relação ao total de votos no distrito eleitoral, ou seja, ela expressa a dominância do parlamentar no Estado. Um parlamentar que obteve anteriormente uma votação expressiva em relação a seus concorrentes pode enxergar nisso uma oportunidade de buscar um cargo superior na eleição seguinte, caso ele veja isso como uma vantagem frente a seus prováveis concorrentes (ROHDE, 2012). Por outro lado, se o deputado não conta com essa “vantagem”, a probabilidade de buscar a reeleição aumenta, devido a esta ser considerada uma opção mais segura (PEREIRA; RENNÓ, 2007). Conseqüentemente, um deputado com votação menos expressiva pode enxergar como uma saída para uma provável derrota a busca por cargos hierarquicamente inferiores, que costumam ser menos concorridos, como o cargo de deputado estadual.

A segunda variável, a *concentração de votos*, tem sido utilizada para aferir a distribuição espacial da votação dos deputados (AMES, 2003; MANCUSO *et al.*, 2013), classificando o quanto a votação do deputado na eleição para o atual mandato é mais ou menos concentrada. Argumento que os diferentes padrões de concentração de votos podem impactar a estratégia de escolha de cargo do deputado.

*Hipóteses:*

**H. 4a** - Um maior percentual de votos na eleição anterior diminui as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

**H. 4b** - Um maior percentual de votos na eleição anterior aumenta as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

**H. 5a** - Uma maior concentração de votos, aumenta as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

**H. 5b** - Uma maior concentração de votos, diminui as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

- **Conexão com a Base**

A última dimensão do modelo é composta pela variável *concentração de emendas*, que é utilizada como *proxy* para observar as estratégias dos deputados para se conectar com sua base através da proposição de emendas orçamentárias individuais. Acredita-se que os parlamentares que são contemplados com o pagamento de emendas utilizam essa conquista para expor seu trabalho junto a sua base para angariar mais votos (AMES, 2003). Mais que isso, a alocação de emendas tem sido apontada como importante para as estratégias de ambição progressiva (SANTOS; PEGURIER, 2011).

Dessa forma, espero que os diferentes padrões de alocação (dispersão e concentração) de emenda estejam associados à escolha de cargo ao final do mandato da seguinte maneira: os deputados que assumem ambição progressiva tenham uma menor concentração de emendas, e deputados os que apresentam ambição regressiva, por outro lado, aumentam a concentração de recursos, buscando beneficiar nas bases das quais esperam obter mais votos.

*Hipóteses:*

**H. 6a** - Uma maior concentração de emendas ao orçamento aumenta as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

**H. 6b** - Uma maior concentração de emendas ao orçamento diminui as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

#### 1.5.4 Variáveis de controle

O modelo, apresentado acima, relaciona as principais variáveis que considero como eficientes, com base na literatura, para compreender a escolha de cargo eletivo dos deputados com vistas a aumentar as chances de sucesso eleitoral. De todo modo, incluí como controle variáveis que foram alvo de análises anteriores, com a pretensão de observar seus possíveis efeitos sobre a escolha de cargo. A princípio, sem a certeza da eficácia, as deixo de fora do modelo principal, visto que um grande número de variáveis no modelo pode interferir em sua parcimônia, mas as incluo num modelo secundário a fim de comprar os resultados.



Entre essas variáveis algumas abordam os atributos pessoais dos deputados. São elas: a *formação acadêmica* do deputado, que categoriza os deputados que possuem e os que não possuem esta formação a partir de informações sobre o grau de instrução, a *ocupação*, utilizada para controlar aqueles que se identificam como parlamentar em sua profissão, a *idade* e o *gênero* (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010).

Também observo a *migração partidária*, que categoriza os parlamentares entre os que mudaram ou não de partido antes da eleição consecutiva a sua entrada na Câmara, controlando uma possível associação entre ambição e a mudança de partido. Acredito que parlamentares ambiciosos e que não contam com o apoio do partido para disputar cargos hierarquicamente superiores podem migrar de partido afim de alcançar seus objetivos.

Por fim, foram observados outros fatores como a *Magnitude dos distritos*, as *unidades da federação* dos deputados federais, ambos para controlar possíveis diferenças relativas ao total de vagas em cada unidade da federação e supostas diferenças entre estados. Além disso, incluo um controle para os *partidos políticos* buscando controlar possíveis diferenças nos tipos de escolha de cargo para os diferentes partidos<sup>31</sup>. Finalmente, incluí um controle para *Legislatura*, para observar eventuais efeitos decorrentes das diferentes composições da Câmara nesse período.

---

<sup>31</sup> Outras variáveis como o apoio do governador, receita de campanha e competição no distrito são utilizados por trabalhos que investigam o sucesso eleitoral. Devido ao fato de a escolha de cargo ocorrer antes da eleição, questões como essas ficam de fora. Pois, a princípio, o deputado não saberia o total que arrecadaria, ou pode mudar de partido, o que pode resultar ganhar ou perder apoio político do governador. Além disso, a competição real só é conhecida após a escolha de cargo e da efetivação da candidatura.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Desenho de pesquisa

As seções a seguir detalham as estratégias metodológicas e os procedimentos que estruturam a tese, apresentando a composição da amostra e as fontes dos dados. Seu objetivo é o de investigar três dimensões que envolvem os deputados federais brasileiros: Experiência Política, Desempenho Eleitoral e Conexão com a Base, e sua relação com a ambição política expressa através de suas candidaturas.

#### 2.1.1 Mensuração das variáveis

O quadro a seguir apresenta as variáveis incluídas no modelo, descrevendo o efeito esperado e a forma de mensuração.

**Quadro 1 - Relação de Variáveis**

Tipo	Nome da variável	Dimensão	Direção do efeito	Mensuração
<b>Variável Dependente</b>	Ambição Política			Categórica
<b>Variáveis Independentes</b>	Senioridade	Experiência Política	- Regressiva + Progressiva	Discreta
	Cargo no Executivo		+ Regressiva + Progressiva	Categórica
	Cargos de Prestígio		- Regressiva - Progressiva	Categórica
	Percentual de Votos	Desempenho Eleitoral	- Regressiva + Progressiva	Contínua
	Concentração de votos		+ Regressiva - Progressiva	Contínua
	Concentração de Emendas	Conexão com a Base	+ Regressiva - Progressiva	Contínua
<b>Variáveis de Controle</b>	Formação acadêmica			Categórica
	Ocupação			Categórica
	Idade			Discreta
	Gênero			Categórica
	Migração partidária			Categórica
	Magnitude			Discreta
	Unidade da Federação			Categórica
	Partidos políticos			Categórica
Legislatura			Categórica	

Fonte: Elaboração própria.

### **Variável dependente**

A variável “Ambição Política” expressa a direção das candidaturas. Ela é composta através de uma análise retrospectiva que categoriza o comportamento manifestado pelos deputados ao se candidatar para cargos eletivos, durante ou ao final de seus mandatos, podendo assumir três direções distintas, compostas pelas ambições progressiva, regressiva e estática. Dessa forma, cada caso corresponde a uma candidatura feita por um deputado que havia sido eleito para exercer um mandato no período estudado.

### **Variáveis independentes**

A senioridade é medida através da análise da biografia dos parlamentares, contabilizando a quantidade de vezes que o deputado exerceu mandatos na Câmara até a legislatura em análise. O objetivo é diferenciá-los em relação a sua experiência eletiva dentro da Casa.

A variável “Cargo no Executivo” é binária, e apresenta uma categorização dos deputados entre os que exerceram e os que não exerceram cargos eletivos no Executivo (Prefeito, Vice-Prefeito, Governador, Vice-Governador, Presidente e Vice-Presidente da República).

A variável “Cargos de prestígio” também é binária e foi construída para categorizar se durante o mandato o deputado ocupou, ou não, algum dos cargos a seguir: Ministro de Estado, presidente e vice-presidente da mesa diretora, de comissões permanentes e presidente e vice-presidente e relator de CPI.

“Percentual de votos” é uma variável composta a partir do conceito da dominância (AMES, 2003). Ela indica o percentual de votos que o parlamentar obteve quando foi eleito para a Câmara dos Deputados em relação aos demais eleitos em seu distrito.

Por fim, as variáveis “concentração de votos” e “concentração de emendas”, são medida através do índice de concentração de Herfindahl-Hirschman. Corrêa (2016, p.79) utilizou este índice para avaliar “a contribuição da votação em cada município para a sua votação total no estado. Com isso se torna possível operacionalizar o chamado eixo horizontal da distribuição da votação dos deputados [...]”. Devido à similaridade da análise, e a característica deste índice de concentração,

discutida anteriormente, optei por utilizá-lo para calcular as medidas de concentração. Matematicamente, o cálculo do índice pode ser expresso da seguinte maneira:

$$HH_i = \sum_{j=1}^n p_{ij}^2$$

Em que  $p_{ij}$  refere-se à proporção de votos obtidos pelo deputado  $i$  no município  $j$ ; e  $n$  corresponde ao número de municípios em que o deputado  $i$  foi votado (CORRÊA, 2016, p.79). Os resultados variam de 0 a 1, no qual 0 indica uma distribuição perfeitamente proporcional e 1 indica uma concentração total em um único município. Uma das maneiras calcular o índice HH é utilizando a função Herfindahl do pacote *ineq*, no software livre R.

### 2.1.2 Dados

Devido à quantidade de variáveis que podem influenciar a escolha de cargo eletivo pelos políticos que possuem mandato, a maior parte das pesquisas publicadas com o foco no Brasil enfatizam apenas algum tipo de ambição, ou limita as variáveis por tipo, incluindo variáveis relacionadas a informações pessoais dos candidatos (idade, gênero e ocupação, por exemplo), ou dados relativos à vida política (como percentual de votos, uso de emendas e senioridade). Em alguns trabalhos, candidaturas classificadas como ambição regressiva ficam de fora da análise. Em parte, isso ocorre devido às limitações nos dados, em que a baixa ocorrência de casos por legislatura impediria a estimação de regressões. O que limitaria o poder explicativo desses trabalhos por deixar de observar diferentes estratégias eleitorais. Para contornar essa dificuldade, optei por incluir mais de uma legislatura com o objetivo de ampliar as possibilidades de análise.

Com base nisso, os casos selecionados são compostos pelas candidaturas dos Deputados Federais eleitos que ocorreram durante o mandato, seja nas eleições municipais realizadas no meio do mandato, ou ao final do mandato, quando todos os cargos para os legislativos e executivos nacional e estadual estão em disputa. Foram analisados os parlamentares de três Legislaturas consecutivas da Câmara dos Deputados de 2007 (53<sup>a</sup>) à 2018 (55<sup>a</sup>), somando um total de 1.287 casos, extraídas de uma população total de 1.539 deputados.

De acordo com a literatura, quando há um desbalanceamento no número de casos entre as categorias da variável dependente, alguns ajustes podem ser necessários. No caso desta tese, o número de casos de ambição estática supera os demais casos de ambição, sendo 2,6 vezes maior que os demais tipos de ambição. King e Zeng (2001) argumentam que quando os dados a serem estimados por uma regressão logística são raros, os resultados podem apresentar uma subestimação acentuada da probabilidade de estes eventos raros ocorrerem. Segundo os autores, os casos podem ser considerados raros quando há uma diferença da ordem de dezenas a milhares de vezes entre as categorias da variável dependente.

Uma das maneiras de corrigir esta diferença seria através da elaboração de uma amostra aleatória dentro das categorias da variável dependente, compondo uma amostragem estratificada endógena ou baseada em escolha, com um desenho amostral de parcelas iguais, no qual cada categoria da variável dependente conta com um número igual de casos (KING; ZENG, 2001).

Segundo Coslett (1981), ao contrário de uma amostra aleatória simples, em que a probabilidade de ser incluído é a mesma para todos os indivíduos, uma amostra baseada na escolha é concebida de modo que a probabilidade de ser incluído depende da escolha que o indivíduo fez, sendo esta técnica, portanto, apropriada quando alguma das alternativas de interesse são escolhidas pelos atores com pouca frequência.

Entretanto, em uma amostragem estratificada baseada na escolha, as técnicas de máxima verossimilhança podem resultar em estimativas inconsistentes. Com isso, uma amostra puramente baseada na escolha com as probabilidades estimadas a partir de um modelo logit, os coeficientes podem não ser identificáveis, e em modelos probit os coeficientes podem ser mal determinados. Assim, este esquema de amostragem não poderia ser utilizado a menos que se esteja suficientemente seguro acerca do poder explicativo das variáveis exógenas (COSLETT, 1981).

Adicionalmente, para além dos modelos expresso no Capítulo 4, que contam com todos os casos coletados para estimar os resultados (1.287 casos), estimei cinco modelos logit com o mesmo desenho do modelo principal, mas dessa vez utilizando os dados de uma amostra composta a partir da seleção de casos baseada na escolha (KING; ZENG, 2001). Essa amostra secundária foi calculada a partir de um grau de confiança de 99% e margem de erro de 5% e conta com um total de 447 casos,

dividida igualmente entre os tipos de ambição. Portanto, cada tipo de ambição conta com 149 observações no banco de dados.

Mesmo que haja um desbalanceamento de casos na variável dependente nos modelos em que analiso o banco completo, ao comparar os resultados dos modelos logísticos estimados com todos os casos e com a amostra, os resultados foram similares entre si em relação a significância, direção dos efeitos, e, em alguns casos, no tamanho dos efeitos. Para fugir dos possíveis problemas de estimação relatados por Coslett (1981), optei por apresentar nos resultados da tese o modelo que contempla todos os casos. Adicionei uma breve comparação entre os resultados no Capítulo 4 e inseri os resultados dos modelos estimados a partir da amostra no Apêndice C.

### 2.1.3 Coleta de Dados

A elaboração do banco de dados é própria. Para construir o banco utilizei como fonte dados sobre a biografia dos Deputados Federais, obtido no portal de Dados Abertos da Câmara dos Deputados; sobre as emendas individuais, obtidas no sistema do SIGA Brasil hospedado no Portal do Orçamento do Senado Federal – que agrupa os dados de todo o congresso nacional; e dados acerca das candidaturas dos parlamentares, obtido no repositório de dados eleitorais do TSE<sup>32</sup>. Além disso, utilizei dados do *survey Proyecto Élités Latinoamericanas* da Universidad de Salamanca, que foram discutidos no Capítulo 1.

## 2.2 Técnicas de análise

Partindo do pressuposto que os deputados se comportam racionalmente no momento de escolher o cargo para o qual irão se candidatar. Busco modelar esta escolha de forma retrospectiva, analisando fatores associados ao parlamentar e sua carreira, tanto antes quanto durante o mandato, para estimar o impacto destes fatores sobre a ambição política. Ou seja, acredito que eles ponderam a experiência anterior e os recursos (cargos e emendas) que tiveram acesso durante o mandato, no

---

<sup>32</sup> Os dados foram agrupados através da utilização de identificadores, como o número do título de eleitor, o nome completo do candidato, o partido e o estado pelo qual foram eleitos. Casos em que houve duplicidade de nomes, ou erros de digitação foram conferidos e corrigidos manualmente.

momento de escolher o cargo eletivo que irão concorrer, sempre com o objetivo de maximizar as suas chances de sucesso.

Para resolver esta questão, em que a variável dependente é categórica e multinomial (com mais que duas categorias), é necessário um modelo adequado para estimar a probabilidade de as variáveis independentes estarem relacionadas a escolha expressa na variável dependente. O modelo mais usual para esse tipo de teste é a regressão Logística Multinomial.

Uma das características fundamentais deste modelo é o pressuposto da Independência das Alternativas Irrelevantes, que ao mesmo tempo que reduz a complexidade do modelo, impossibilita de analisar casos em que uma das alternativas altere as chances das demais alternativas serem escolhidas<sup>33</sup>. Há um teste específico para verificar se esta propriedade é ou não violada, o teste de Hausman-McFadden (1984)<sup>34</sup>. A violação desta propriedade causaria erros sistemáticos nas probabilidades de escolha previstas (MCFADDEN; TRAIN; TYE, 1976).

Nos modelos multinomiais, a categoria omitida dos resultados é a categoria de referência, e todas as estimativas dos parâmetros do modelo são relativas a esta categoria de referência (KERNECKER, 2016). Nesta tese, a categoria de referência é a ambição estática. Isto significa que cada resultado, quando positivo indica que esta variável aumenta as chances de escolher aquela alternativa (ambição progressiva, por exemplo) em relação a categoria de referência, ambição estática. Do mesmo modo, uma variável com coeficiente negativo indica que ela diminui as chances de ocorrer aquele tipo de ambição, em relação a ambição estática.

Foram estimados cinco modelos multinomiais, o primeiro acrescenta a primeira dimensão, Experiência Política, o segundo acrescenta a dimensão Desempenho Eleitoral e o terceiro inclui a dimensão Conexão com a Base. O quarto modelo inclui todas as variáveis do modelo mais as variáveis controladas, e o quinto, e último, modelo é composto por um *stepwise* em duas direções, que avalia estatisticamente quais variáveis são mais importantes para explicar a escolha de cargo dos deputados federais.

---

<sup>33</sup> Glasgow (2001) cita o seguinte exemplo: o modelo logit multinomial assume que a razão entre a probabilidade de votar no partido A e a probabilidade de votar no partido B permanece inalterada quando o partido C entra ou sai da disputa.

<sup>34</sup> O teste compara os coeficientes estimados de um modelo logit multinomial com os coeficientes estimados de um modelo que assume a restrição de IIA. Se os coeficientes forem significativamente diferentes entre os dois modelos, rejeita-se a hipótese de IIA, indicando que a escolha entre as alternativas não é independente das demais alternativas.

### 2.3 Limitações da Pesquisa

Embora a tese discuta a ambição política a partir da estrutura de oportunidades de cargos eletivos levando em conta as particularidades do sistema político e partidário brasileiro, o foco repousa apenas sobre as candidaturas dos deputados federais, deixando de fora a ambição dos senadores, deputados estaduais e vereadores, por exemplo.

Especificamente para o cargo de senador, a maior dificuldade de estimar um modelo preditivo é a baixa quantidade de casos disponíveis. Seria necessário incluir mais que três legislaturas, como o que foi feito nesta tese, e, ainda assim, haveria risco de não haver casos suficientes em todas as categorias das variáveis ao ponto de permitir a estimação de um modelo estatístico similar. Um segundo ponto, seria a dificuldade para encontrar dados relativos as legislaturas mais antigas, pois a digitalização das informações, é, no mínimo, precária.

A dificuldade em acessar alguns dados também poderia afetar outros cargos, como deputado estadual e vereador. Dados relativos a emendas, por exemplo, são escassos, bem como informações sobre a ocupação de cargos de prestígio dentro destas casas. Isso tornaria o trabalho mais complexo e prologado, especialmente se o objetivo for analisar todos os estados e municípios. Caso estas dificuldades sejam superadas, o modelo desta tese seria facilmente replicado para outros cargos, visto que a maior parte das variáveis são relativamente simples de coletar a partir de dados do TSE. Além disso, pode ser reproduzido em outros países, desde que se verifique as particularidades do sistema político vigente seriam compatíveis com as características do sistema brasileiro. Devido a estas particularidades, a tese se concentra na Câmara dos Deputados.

É sabido que não é possível controlar todas as variáveis que podem de fato estar relacionadas, ou, mais que isso, que apresentam um efeito sobre o objeto estudado. Não seria diferente na investigação das escolhas de cargos eletivos pelos deputados. A literatura aponta, por exemplo, que o envolvimento de escândalos de



corrupção afeta a carreira política dos envolvidos<sup>35</sup>. No recorte desta tese, não houve dados suficientes e confiáveis para estimar o impacto desta variável, pois os casos com maior capacidade de afetar a carreira são aqueles com maior evidência midiática. Variáveis como essa seriam mais facilmente investigadas utilizando-se outros métodos, como o estudo de caso, no qual seria possível observar com mais detalhes suas implicações.

Algo similar ocorre com questões relativas aos partidos políticos. Os acordos internos entre os membros do partido, ou a negociação de apoio entre partidos, são questões relevantes que poderiam ser controladas para ajudar a compreender a ambição dos deputados levando em conta as limitações para as candidaturas impostas pelos partidos. Entretanto, informações como essa são de difícil acesso. Aqui foi possível controlar apenas a migração entre partidos e a ocupação de cargos de prestígio, que, em sua maioria, são cargos obtidos pelos partidos e cedidos aos deputados que desfrutam de maior confiança ou credibilidade da legenda.

Adicionalmente, nos últimos anos tem se intensificado a utilização de redes sociais pelos políticos como uma plataforma para divulgar questões relativas ao seu mandato, ou suas pautas pessoais, o que serviria como base para manter sua base fiel ou para conquistar novos eleitores. Mensurar o poder que o uso destas ferramentas tem de promover a imagem dos políticos se faz necessário para controlar sua relação com o destino de carreira dos atores, uma tarefa que pode ser desafiadora.

Isto posto, um dos propósitos da tese foi de apresentar um modelo replicável, que pode ser adaptado para analisar eleições que utilizem sistema eleitorais com características similares ao Brasil, como representação proporcional de lista aberta e eleições majoritárias. De todo modo, existe a possibilidade de haver variáveis não observadas que estejam relacionadas à escolha de cargo, especialmente em legislaturas futuras, nas quais pode haver alterações na legislação capazes de alterar este quadro. A realidade é complexa, e a sua modelação é mais complexa ainda, o que torna os resultados em uma mera tentativa de se aproximar da realidade.

---

<sup>35</sup> De acordo com Paschall, Sulkin e Bernhard (2019), o envolvimento em escândalos de corrupção afeta o resultado eleitoral, o que pode levar os deputados a repensarem as suas estratégias de carreira.

### 3 ANÁLISE DESCRITIVA

[...] a ambição estática não é algo escolhido a priori, e sim um padrão de comportamento manifestado por um deputado em função dos riscos da estrutura de oportunidade específica na qual ele se encontra, e sua propensão a assumir esses riscos (ROHDE, 2012, p. 211).

Neste capítulo, apresento uma análise descritiva dos dados da tese, inicialmente com foco na medida de ambição dos deputados federais brasileiros, que compõe a variável dependente. Na sequência, analiso a distribuição das variáveis independentes e de controle para cada categoria de ambição política.

Do total de deputados eleitos para a Câmara entre 2007 e 2018 (1.539), 1.287 se candidataram durante ou ao final dos mandatos. É sobre estes casos que a pesquisa se concentra. Os demais deputados que não se candidataram para cargos eletivos são considerados “aposentados” da disputa eleitoral, e, portanto, não fazem parte da análise.

#### 3.1 Dinâmica de carreira política dos deputados brasileiros

A variável dependente desta tese, a ambição política, apresenta a seguinte distribuição: a ambição estática corresponde a maioria dos casos com uma média acima dos 72% dos casos neste período. Com valores mais próximos, as ambições progressiva e regressiva contam com 13% e 14% dos casos, aproximadamente. A literatura aponta que a candidatura à reeleição é a alternativa mais segura eleitoralmente e por isso é a alternativa mais procurada. Ao que parece, esse quadro não se alterou fortemente nas legislaturas investigadas. A tabela abaixo apresenta a distribuição da variável.

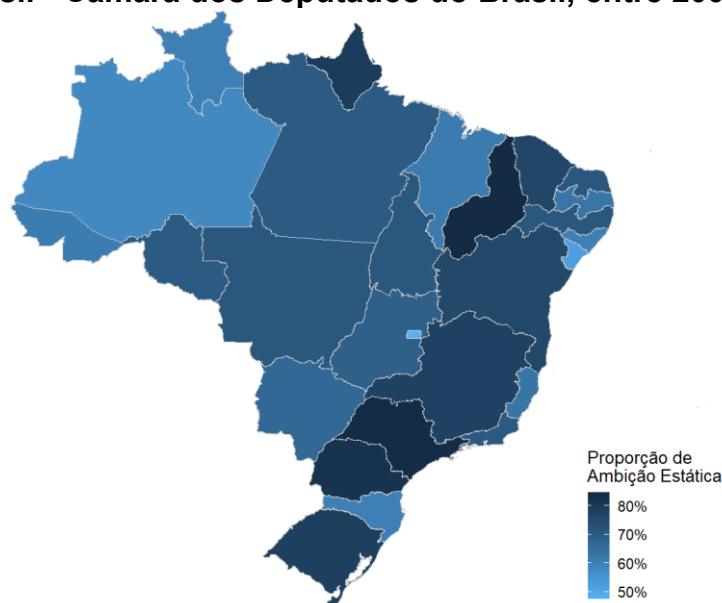
**Tabela 1 - Distribuição dos casos por tipo de Ambição Política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

<b>Ambição Política</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Estática	934	72,57
Progressiva	169	13,13
Regressiva	184	14,30

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE.

A ambição dos deputados não ocorre de maneira geograficamente uniforme entre todos os estados Brasileiros e o Distrito Federal, como pode ser visto nas figuras abaixo. Os mapas são do tipo coroplético e a distribuição é indicada de acordo com as cores que refletem o percentual de ambição política em cada distrito. Quanto mais escuro é a cor, maior é o percentual de casos na localidade do tipo de ambição retratada, conseqüentemente, unidades da federação com cores mais claras representam um menor percentual de caso.

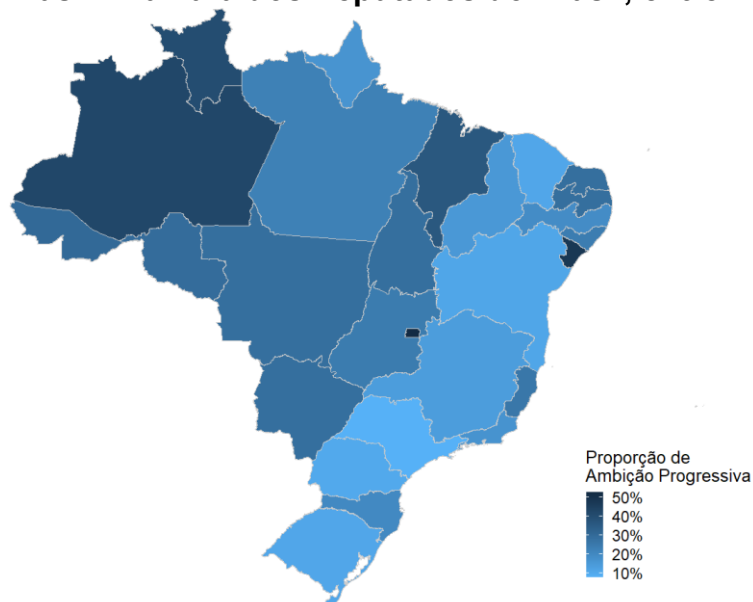
**Figura 3 - Distribuição do percentual de ambição estática por estado no mapa do Brasil - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE, utilizando o pacote geobr no Software R.

A distribuição da ambição estática entre os distritos brasileiros apresenta uma frequência acima de 50% na maioria dos casos. Apenas o Distrito Federal tem um percentual abaixo disso (47%). O estado com maior percentual de casos de ambição estática é o Piauí (84%), seguido de perto por São Paulo e alguns estados no sul (Paraná e Rio Grande do Sul) e norte (Amapá) do país. Uma situação distinta é observada na Figura 4, que ilustra a distribuição do percentual de ambição progressiva com base nas cores do mapa.

**Figura 4 - Distribuição do percentual de ambição progressiva por estado no mapa do Brasil - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



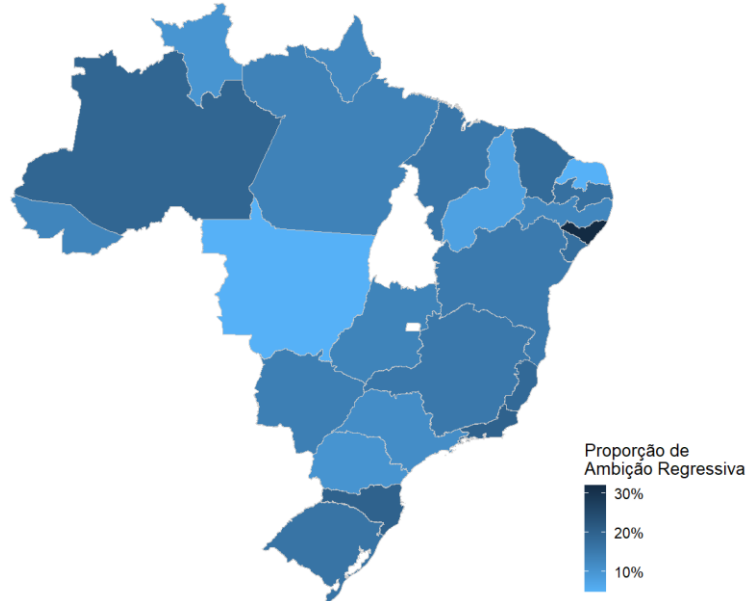
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE, utilizando o pacote geobr no Software R.

Com base na proporção apresentada no mapa, observa-se que o percentual máximo de ambição progressiva por distrito é próximo a 50%. O Distrito Federal é o único distrito que ultrapassa a metade dos casos, com um total de 52% de ocorrência deste tipo de ambição. Observa-se cores mais escuras em Sergipe, Amazonas e Roraima. Alguns estados no sul e nordeste apresentam baixo percentual de ambição progressiva. São Paulo é o estado com menor percentual do Brasil, com aproximadamente 7,7%.

O último mapa, apresentado na figura abaixo, ilustra a distribuição do percentual de casos de ambição regressiva entre os distritos brasileiros. Nele, percebe-se que os distritos eleitorais relativos ao Tocantins, Rondônia e Distrito Federal não estão representados. Isso ocorre por não haver casos, ou pelo número de casos não ser o suficiente para atingir 1% das observações.

O estado com o maior percentual de casos de ambição regressiva é Alagoas, que apresentou no período observado 32% de casos de ambição regressiva. Todos os demais estados apresentam valores abaixo dos 20%. Rio de Janeiro, Amazonas e São Paulo são os próximos da lista. Os estados com menor percentual de casos de ambição regressiva, empatados em 4,7%, são Rio Grande do Norte e Mato Grosso.

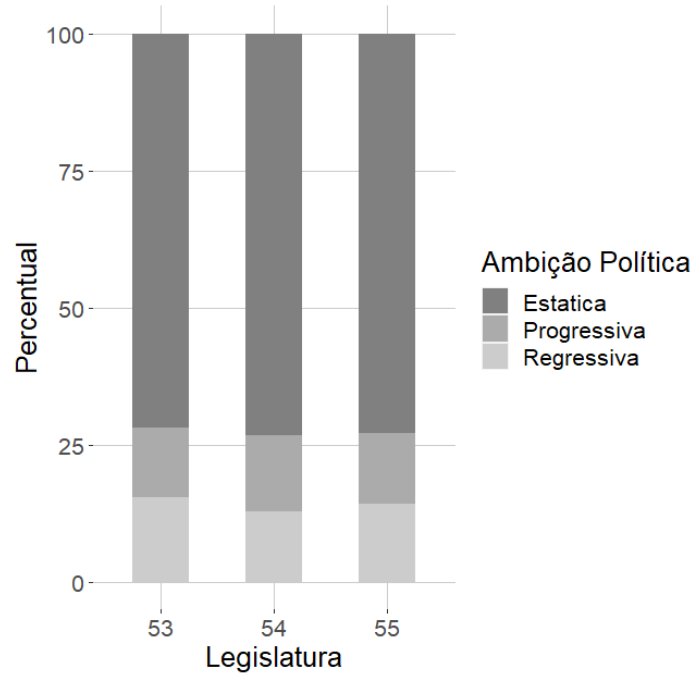
**Figura 5 - Distribuição do percentual de regressiva estática por estado no mapa do Brasil - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE, utilizando o pacote geobr no Software R.

Para além da distribuição geográfica dos casos, apresento abaixo a distribuição da escolha de cargo ao longo do tempo. O Gráfico 4 agrupa a ambição dos deputados federais por Legislatura.

**Gráfico 4 - Distribuição da ambição política dos deputados federais por Legislatura - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



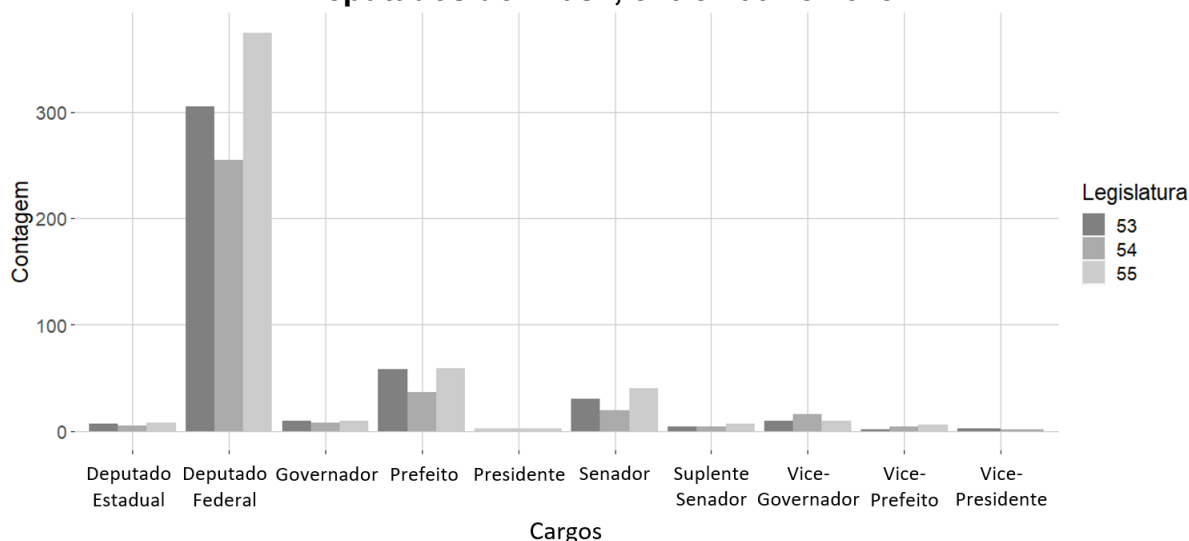
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE.

É possível observar que proporcionalmente não há mudanças claras entre as legislaturas. A ambição estática variou entre 71,8% e 73,3% das escolhas. A ambição progressiva variou entre 12,7% e 13,8%, e a ambição regressiva variou entre 15,5% e 12,9%. Ao que parece, a distribuição da ambição política ao longo do período observado foi estável.

Leoni, Pereira e Rennó (2003) constataram que 79,53% dos deputados se candidataram a reeleição em 1998, uma taxa que está acima da média do total de casos de ambição estática mais recente (72,63%). Supostamente, os parlamentares estão diversificando suas escolhas eleitorais nas legislaturas observadas nesta tese.

O Gráfico 5 ilustra os cargos escolhidos pelos deputados por legislatura. Como esperado, o cargo que contou com mais candidaturas foi o de deputado federal, seguido pelos cargos de prefeito, senador, vice-governador e governador. Os demais cargos tiveram proporcionalmente menos candidaturas.

**Gráfico 5 - Cargos disputados pelos deputados federais - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE.

Os cargos de prefeito e senador utilizam o sistema de eleição majoritário, o que pode indicar parlamentares com oportunidades específicas. Além disso, as candidaturas de deputados para o cargo de prefeito são de baixo risco, pois o mandato daqueles deputados que não são eleitos é mantido. Dessa forma, isso pode servir de incentivo para um maior número de candidaturas para este cargo. Por outro lado, deputados que disputam o cargo de senador ao final do mandato, assumem um maior risco de não serem eleitos, em relação aos demais deputados que buscam a reeleição.

Cargos com maiores riscos, como governador e presidente e os respectivos cargos de vice, tem uma menor taxa de procura pelos deputados. Por fim, o cargo de deputado estadual também conta com um baixo número de candidaturas, mas, neste caso pode ser explicado pelo menor acesso a recursos e equipe que este cargo proporciona em relação ao cargo de deputado federal, o que não o faria ser atrativo para muitos, mas pode ser utilizado como estratégia de sobrevivência política.

### 3.2 Estatísticas descritivas das variáveis independentes

As variáveis do modelo, inclusive as variáveis controladas, foram divididas em dois grupos com a finalidade de facilitar a descrição dos dados. O primeiro deles é o grupo das variáveis numéricas, apresentados na Tabela 1, e o segundo grupo, das variáveis categóricas, na Tabela 2.

**Tabela 1 - Análise descritiva das variáveis numéricas no modelo**

Variável	Número	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Senioridade	1,287	1,120	1	1,219	0	5
Percentual de Votos	1,287	1,818	1,156	1,621	0,032	12,069
Concentração de Votos	1,287	0,196	0,112	0,204	0,008	1,000
Concentração de Emendas	1,287	0,820	0,976	0,270	0,000	1,000
Idade	1,287	51,398	52	11,086	22	81

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

Podemos observar que a *senioridade*, que é medida a partir da contagem de legislaturas para o qual o deputado foi eleito na Câmara, varia de 0 a 5, ou seja, há deputados em seu primeiro mandato na câmara, sem experiência eletiva anterior na Casa, e deputados que já estavam no sexto mandato, se candidatando novamente. O *percentual de votos* do deputado em relação ao total de votos do distrito varia de 0,032 a 12,069, e sua média é de aproximadamente a 1,82% e a mediana é de 1,55. Isso indica que muitos parlamentares contaram um percentual de votos mais baixo, e, com isso, alguns deles podem ter sido eleitos pela cota do partido, e que poucos parlamentares obtiveram uma votação expressiva, chegando a ultrapassar os 12% do percentual de votos do distrito.

A *concentração de votos* e a *concentração de emendas* foram aferidas pelo índice HH, e variam de 0 (baixa concentração), a 1 (alta concentração) e refletem o nível de concentração nos municípios do distrito. Dessa forma, valores abaixo de 0,5

sugerem uma baixa concentração, ou uma dispersão, e valores acima de 0,5 indicariam uma concentração entre os municípios do distrito. Em ambas as variáveis, há valores com alta e baixa concentração, contudo, a mediana da concentração de votos está abaixo do meio da distribuição, indicando uma predominância de votações menos concentradas, e a mediana da concentração de emendas está acima do meio da distribuição de concentração, o que indica uma maior concentração de emendas em menos localidades no distrito. A *idade* dos parlamentares da amostra, por sua vez, varia de 26 a 81 anos, e a média está próxima dos 52 anos de idade.

Para exemplificar a distribuição das variáveis com casos ocorridos na amostra, cito o deputado José Antônio Machado Reguffe do PDT do DF, que na 54<sup>a</sup> legislatura obteve a votação mais expressiva, chegando a 12,07% dos votos do distrito, o que está acima da média de votos do distrito, que é de 4,07%. Sua concentração de votos foi igual a 1, especialmente por Brasília contar apenas com um distrito, e sua concentração de emendas foi de 0,66, estando na metade superior da faixa de concentração. Vale ressaltar que mesmo que Brasília seja um único distrito, o deputado que pertence a este município, ele não é obrigado a destinar emendas apenas para sua localidade, é possível inclusive destinar emendas para estados, o aumento no número de destino das emendas eleva diminui a concentração.

Reguffe havia ocupado cargo eletivo no Legislativo anteriormente, fora da Câmara, mas durante o mandato não ocupou cargos de prestígio. Ao final do mandato, ele se candidatou para uma vaga no Senado, caracterizando uma ambição progressiva. Além disso, o deputado que, à época, tinha 39 anos, possuía nível superior concluído e não migrou de partido. De acordo com a literatura, deputados com votações mais expressivas poderiam utilizar essa vantagem eleitoral para buscar cargo hierarquicamente superiores, o que parece ter sido o caso do deputado em questão.

A deputada que obteve o menor percentual de votos (0,032) foi Aline Lemos Correa De Oliveira Andrade do PP de SP, abaixo da média do percentual de votos do estado, que é de 0,48%. Sua votação teve baixa concentração (0,10), assim como sua concentração de emendas (0,22). Ela não migrou de partido e se candidatou a reeleição. Aline estava em seu primeiro mandato, não tendo ocupado anteriormente cargo eletivo em nenhuma arena. Também não ocupou cargo de prestígio durante o mandato. Aline não possui ensino superior e tinha à época 34 anos. Ao que parece,



na incerteza do resultado eleitoral a deputada buscou pleitear a manutenção do mandato, que é a opção eleitoralmente mais segura.

O segundo grupo de variáveis que descrevo é composto pelas variáveis categóricas binárias<sup>36</sup>. Entre os deputados da amostra, apenas uma minoria, que corresponde a 12,98% dos casos, exerceu anteriormente um mandato eletivo Executivo. Da mesma forma, os deputados que exerceram algum cargo de prestígio durante o mandato também são minoria, 34,11% dos casos. Por outro lado, uma maioria dos deputados já exerceu algum cargo eletivo no Legislativo antes de seu mandato atual, o que corresponde a 78,87% dos casos observados. Os detalhes são apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 2 - Análise descritiva das variáveis categóricas no modelo - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

Variável	Categoria	Quantidade de casos	Taxa
Cargo no Executivo	Não	1120	87,02%
	Sim	167	12,98%
Cargo de prestígio	Não	848	65,89%
	Sim	439	34,11%
Migração partidária	Não migrou	924	71,79%
	Migrou	363	28,21%
Formação acadêmica	Com ensino superior	1017	79,02%
	Sem ensino superior	270	20,98%
Ocupação	Não parlamentar	660	51,28%
	Parlamentar	627	48,72%
Gênero	Feminino	147	11,42%
	Masculino	1140	88,58%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

Entre as variáveis controladas a distribuição dos casos ocorreu da seguinte maneira. Os parlamentares que não migraram de partido, permanecendo no mesmo partido para o qual foram eleitos no mandato em questão, são maioria e representam 71,79% dos casos. Os deputados que cursaram ensino superior também são a

<sup>36</sup> Algumas variáveis foram transformadas em categóricas, ou tiveram suas categorias reduzidas, com o objetivo de distribuir melhor a variação dos casos entre os tipos de ambição, possibilitando a inferência, descrita no capítulo seguinte. A ocupação dos deputados, por exemplo, que é informada ao TSE pelos candidatos é numerosa. Há profissões que só teriam representantes em um tipo de ambição. Categorias sem representantes interferem na previsibilidade do modelo. O mesmo ocorreria em Cargos de prestígio. Há cargos, como presidente da mesa diretora, que foram ocupados por um único parlamentar durante a legislatura inteira. Sem uma distribuição dos casos entre as categorias, o modelo não tem elementos suficientes para prever mais corretamente os resultados.

maioria, como aproximadamente 79,02%. A variável ocupação tem uma distribuição mais igualitária entre os casos. Os parlamentares que informam ao TSE que sua profissão era do tipo parlamentar (vereador, deputado e senador) representam 48,72% dos casos. Por fim, o Gênero predominante é o masculino, que compõe 88,58% dos casos.

Para ilustrar essas características, apresento, a seguir, alguns casos com base em características destacadas pela literatura. Segundo os trabalhos que descrevem as características da senioridade dos deputados brasileiros, aqueles indivíduos que possuem vasta experiência na câmara ao não obterem acesso aos centros de poder decisório poderiam estar propensos a buscar uma progressão na carreira, em busca de um maior acesso a poder e recursos. Para verificar exemplos dessa tendência observei os deputados com maior senioridade, que possuem um total de 5 mandatos exercidos na Câmara dos Deputados. Ao todo são 11 casos. Apenas um deles apresentou ambição progressiva, os demais, buscaram renovação do mandato.

Com candidatura ao Senado, Jose Sarney Filho do PV do Maranhão, com 58 anos, possui ensino superior completo e não migrou de partido em sua nova candidatura. Não ocupou anteriormente cargo no Executivo, tem vasta experiência eletiva no Legislativo. Além disso, ocupou cargo de prestígio durante o mandato. Seu percentual de votos é de 1,88%, pouco abaixo da média do estado, que é de 1,94%. Sua concentração de votos de 0,03 e concentração de emendas de 0,57. Ao que parece, mesmo tendo baixa concentração de votos, suas emendas não seguem o mesmo padrão de dispersão. Em entrevista ao jornal O Imparcial, ele afirmou que:

Minha candidatura não depende de sobrenome. [...] O eleitor tem em mim o que ele procura na maioria daqueles que estão iniciando a carreira política, uma renovação, porque sou um parlamentar que embora tenha muitos mandatos, as minhas ideias são contemporâneas (Fonte: TARSO JUNIOR, 2018).

Um outro caso de deputado com uma senioridade de 5 legislaturas é o Jovair de Oliveira Arantes, do PTB de Goiás. Aos 64 anos de idade, ele se candidatou a reeleição. O deputado não ocupou anteriormente cargo no Executivo, e durante o mandato não ocupou cargos de prestígio. Seu percentual de votos foi de 1,64%, abaixo da média do estado (2,06%), sua concentração de votos foi de 0,05 e a concentração de emendas foi de 0,99. Ao que parece, mesmo tendo uma votação dispersa, o deputado concentrou os seus recursos em menos localidades.

Estes dois casos, ilustram situações bem distintas. Enquanto no primeiro caso o deputado tinha acesso a cargos de prestígio e nunca tendo ocupado cargo no Executivo optou por um cargo hierarquicamente superior, buscando um cargo no Senado ao passo que no segundo caso, o deputado que não teve acesso a cargos de prestígio, e, assim como no primeiro caso, também estava na sua quinta legislatura, se candidatou a reeleição. Em ambos os casos o percentual de votos do deputado em seus respectivos distritos foi menor que a média. Disso podemos concluir que as estratégias eleitorais dos deputados podem ser distintas, mesmo que as variáveis eleitorais tenham valores similares.

Até aqui, apresentei exemplos de parlamentares que buscaram a manutenção do mandato e que buscaram cargos hierarquicamente superiores. A seguir, apresento dois exemplos de deputados com ambição regressiva. O primeiro caso é relativo ao deputado Fabio Loureiro Souto de 38 anos do DEM da Bahia. Em seu histórico eleitoral, o deputado possuía dois mandatos como deputado federal antes do mandato atual, e nenhuma experiência eletiva em cargos no Executivo. Entretanto, durante o mandato ele ocupou cargo de prestígio. Seu percentual de votos foi de 0,51%, abaixo da média do estado, que é de 0,83%. Sua concentração de votos foi de 0,02, e a concentração de emendas foi de 0,94. Ou seja, apesar de sua votação dispersa, ele concentrou seus recursos em poucas localidades. O deputado, que possui ensino superior, não migrou de partido para a disputa, e concorreu ao cargo de Deputado Estadual.

O segundo exemplo é relativo ao deputado José Cícero Soares de Almeida, de Alagoas. Aos 57 anos ele se candidatou ao cargo de deputado estadual, pelo PHS ao final do mandato, e, antes disso, durante o mandato ele se candidatou ao cargo de Prefeito de Maceió pelo PMDB, no meio do mandato. Ou seja, ele se candidatou duas vezes em uma única legislatura e para isso, mudou de partido mais de uma vez. O deputado, que não possuía ensino superior, ao ser eleito para a Câmara teve um percentual de votos de 2,62%, abaixo da média de votos do estado, que era de 3,59. Foi vereador e prefeito de Maceió por dois mandatos em cada cargo. Em sua reeleição para a prefeitura de Maceió ele obteve o maior percentual de votos entre todos os prefeitos do Brasil (FREIRE, 2008), e por isso era considerado um político bem-sucedido. Durante seu mandato na CD, foi derrotado na sua tentativa de obter o

terceiro mandato na prefeitura de Maceió, quando obteve 39,73% dos votos válidos no segundo turno de 2016, em uma coletiva de imprensa ele afirmou que:

Não me considero derrotado. Pelo contrário, me considero vitorioso. Em 2008, fui campeão de votos, e sei que todo os cerca de 160 mil votos no domingo foram votos limpos. Trabalhamos com os pés no chão, não compramos votos de ninguém. Não troco os votos que tive pelos do Rui, que usou toda a estrutura do município que podia (Fonte: GUSTAVO, 2016).

Após ingressar na Câmara, migrou de partido durante o mandato e foi processado pelo seu partido anterior, o PRTB e perdeu seu mandato (MACEDO, 2018). No período em que esteve na Câmara, não ocupou cargos de prestígio. Sua concentração de votos foi de 0,60, e a de emendas foi de 1, antes de sua candidatura a prefeito, e 0 no restante do mandato.

Estes dois exemplos de deputados com ambição regressiva explicitam algumas diferenças. Enquanto Fábio apresentava alguma senioridade e havia ocupado cargos de prestígio durante a legislatura, Almeida era um novato e possuía apenas experiência eletiva na arena subnacional. Além disso, ele não ocupou cargos de prestígio durante o mandato. Em comum eles tinham uma votação abaixo da média do estado, mas, por outro lado, Almeida conta com uma votação que poderia ser considerada como concentrada, ao passo que Fábio aprestou uma votação dispersa em seu distrito.

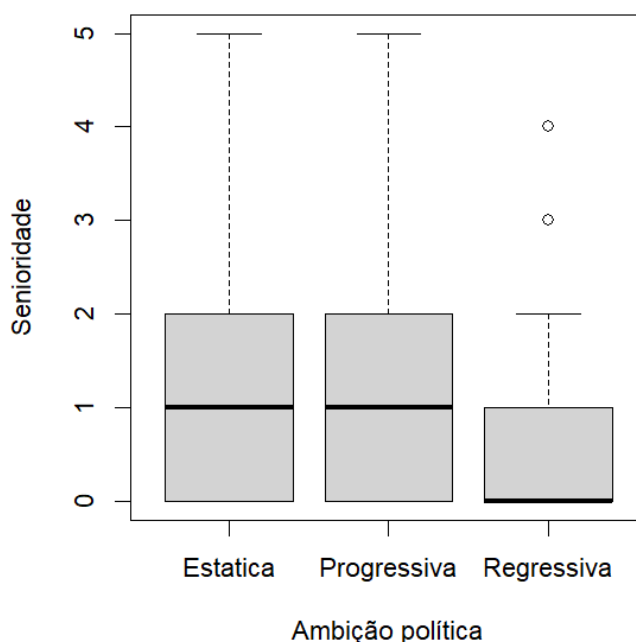
É possível que o motivo que os incentivou a buscar um cargo hierarquicamente inferior seja similar. Embora o Alagoano, num passado recente, tenha obtido votações expressivas em cargos anteriores, ele não obteve sucesso em sua busca para retornar ao cargo de prefeito de Maceió. Essa derrota pode ter revelado a sua fragilidade eleitoral no momento, o levando a se candidatar para o cargo de deputado estadual ao final do mandato, que supostamente seria menos concorrido. Da mesma forma, o Bahiano pode ter percebido fragilidades que o impediriam de manter o mandato, o levando a buscar uma alternativa eleitoralmente mais segura. De toda forma, esta análise é circunstancial. O modelo, discutido no Capítulo 4, conta com maior robustez para indicar se há alguma relação entre as variáveis aqui descritas e a escolha de cargo dos deputados.

### 3.2.1 Ambição política: impulsionado por quais fatores?

Neste tópico, eu apresento a distribuição das variáveis independentes por categorias da variável dependente. Para esta análise descritiva, são apresentados gráficos e tabelas que retratam a distribuição das variáveis acompanhados do teste de associação entre variáveis.

O Gráfico 6, abaixo, é do tipo *boxplot*<sup>37</sup> e apresenta a distribuição da senioridade dos deputados de acordo com sua ambição política. Pode-se observar que os grupos de deputados com ambição estática e progressiva há uma variação absoluta similar em relação a senioridade. No caso do grupo de deputados com ambição regressiva, a distribuição se concentra nos valores mais baixos de senioridade. Neste caso, a mediana aparece sobreposta ao Q1 e ao limite inferior da distribuição, indicando que os valores que correspondem a esta sobreposição são idênticos entre si. O limite superior está na casa de duas legislaturas de senioridade, com a ocorrência de *outliers*.

**Gráfico 6 - Boxplot: distribuição da senioridade dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

<sup>37</sup> O *boxplot*, ou diagrama de caixas, é composto por seis elementos: o limite inferior (início da listra, de baixo para cima), o quartil 1 (começo da caixa), a mediana (que corresponde ao quartil 2, representado pela barra dentro da caixa), o quartil 3 (o fim da caixa), e os limite superior (o final da listra) e *outliers* (os pontos dispersos acima da listra).

Para testar se há diferenças estatisticamente significativas entre as medianas dos grupos utilizei o teste de Kruskal-Wallis, que é um teste não paramétrico utilizado como uma alternativa ao teste ANOVA nos casos em que os pressupostos de normalidade ou homogeneidade das variâncias não são atendidos<sup>38</sup>. O resultado indica que há uma diferença entre os grupos ( $X^2_{(2)} = 10,349$ ;  $p < 0,05$ ). O *post-hoc* de Dunn mostrou que o grupo dos parlamentares com ambição estática é diferente do grupo com ambição regressiva, assim como o grupo com ambição progressiva é diferente do grupo com ambição regressiva. No gráfico, pode-se observar que a mediana de senioridade para os deputados com ambição regressiva está próxima a zero, representando o número de deputados no primeiro mandato, enquanto nos demais tipos de ambição, a mediana está próxima a 1.

A hipótese H. 1a afirma que uma senioridade mais alta diminui as chances de ocorrer ambição regressiva em relação a ambição estática, e a hipótese H. 1b afirma que quanto maior a senioridade maiores seriam as chances de ocorrer ambição progressiva em relação a ambição estática. A princípio, de acordo com análise da relação entre os dados, apenas a hipótese H. 1a parece fazer sentido. Contudo, apenas o modelo multivariado poderá confirmar o poder preditivo desta variável associada as demais variáveis do modelo.

A distribuição da variável que categoriza a ocupação de cargos no Executivo indica que o maior número dos deputados corresponde a aqueles que não ocuparam anteriormente um cargo eletivo nesta arena. De acordo com a literatura, ocupar cargo eletivo no poder Executivo estaria relacionado a ambição progressiva, pois, a dificuldade no acesso a cargos de comando dentro da Câmara, levaria os parlamentares a ambicionarem cargos mais atrativos.

**Tabela 3 - Distribuição da ocupação de cargo no Executivo por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

Ambição política	Cargo no Executivo			
	Não		Sim	
Estática	838	(89,72%)	96	(10,28%)
Progressiva	140	(82,84%)	29	(17,16%)
Regressiva	142	(77,17%)	42	(22,83%)
Total	1120	(87,02%)	167	(12,98%)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

<sup>38</sup> Para testar a normalidade nos dados foi utilizado o teste de normalidade de Shapiro-Wilk. O resultado indica que foi rejeitada a hipótese de que a distribuição dos dados é normal. O *post-hoc* de Dunn foi calculado com a correção de Bonferroni.

A hipótese H. 2 sugere que ter ocupado cargo no Executivo aumenta as chances de ocorrer ambição progressiva e regressiva em relação a ambição estática. Para testar a relação entre estas variáveis elaborei um teste qui-quadrado de independência. O resultado mostrou que há uma associação entre ambição política e a ocupação de cargo no executivo ( $X^2_{(2)} = 24,448$ ;  $p < 0,001$ ; V de Cramer = 0,138). A análise dos resíduos padronizados ajustados mostrou que entre os deputados que ocuparam cargo no Executivo há menos casos entre aqueles com ambição estática e mais casos entre aqueles com ambição regressiva, o que pode estar relacionado a uma provável preferência pela ocupação do cargo de prefeito.

A variável que expressa ocupação de cargos de prestígio, categoriza os deputados entre os que têm ou não essa experiência. Os cargos de prestígio são cargos importantes dentro da Câmara ou no Poder Executivo e que foram ocupados durante o mandato do parlamentar. Estes cargos conferem mais poderes aos deputados que os ocupam, os diferenciando dos demais, inclusive devido ao aumento na visibilidade que os cargos proporcionam. Por este motivo, acredita-se que os políticos que ocupam estes cargos têm maior facilidade de serem reeleitos, o que tornaria atraente para os deputados a manutenção do mandato com a intenção de ocupar estes cargos de prestígio novamente no futuro.

Embora a visibilidade maior possa auxiliar na obtenção de cargos hierarquicamente superiores, em geral a disputa por estes cargos tem uma maior chance de fracasso eleitoral, o que levaria os deputados que não estão seguros da vitória a priorizar a manutenção do mandato. A tabela a seguir apresenta a distribuição da variável.

**Tabela 4 - Distribuição da ocupação de cargos de prestígio por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

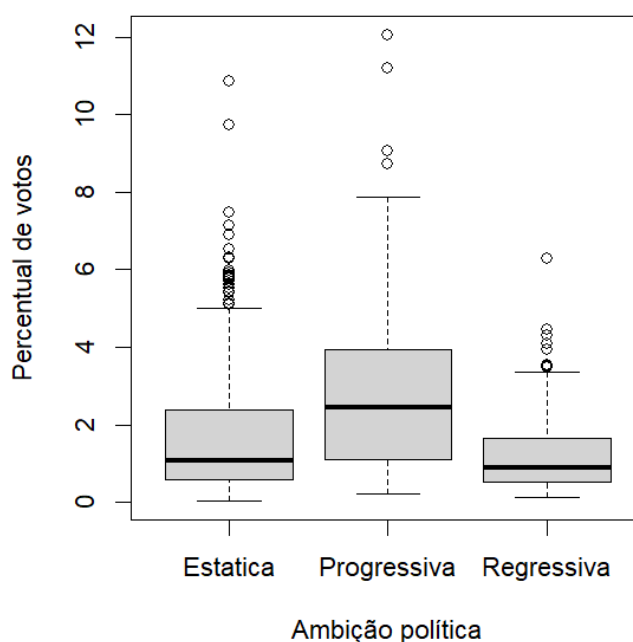
Ambição Política	Cargos de Prestígio			
	Não		Sim	
Estática	617	(66,06%)	317	(33,94%)
Progressiva	108	(63,91%)	61	(36,09%)
Regressiva	123	(66,85%)	61	(33,15%)
Total	848	(65,89%)	439	(34,11%)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

A distribuição dos casos na amostra indica que a maior parte dos deputados que ocuparam cargos de prestígio durante o mandato optaram por buscar a ambição estática, em seguida as ambições progressiva e regressiva estão empatadas em número de casos. O teste qui-quadrado de independência mostrou não há evidência estatisticamente significativa para sugerir uma associação entre as variáveis cargos de prestígio e ambição política ( $X^2_{(2)} = 0,383$ ;  $p > 0,001$ ; V de Cramer = 0,0173).

O gráfico a seguir apresenta a distribuição do percentual de votos, que é uma medida da força eleitoral que o parlamentar possui frente a seus concorrentes no distrito. Acredita-se que deputados com votações mais expressivas teriam maiores chances de sucesso eleitoral que os demais, o que poderia incentivar esses deputados a buscarem cargos hierarquicamente superiores.

**Gráfico 7 - Boxplot: distribuição do percentual de votos dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

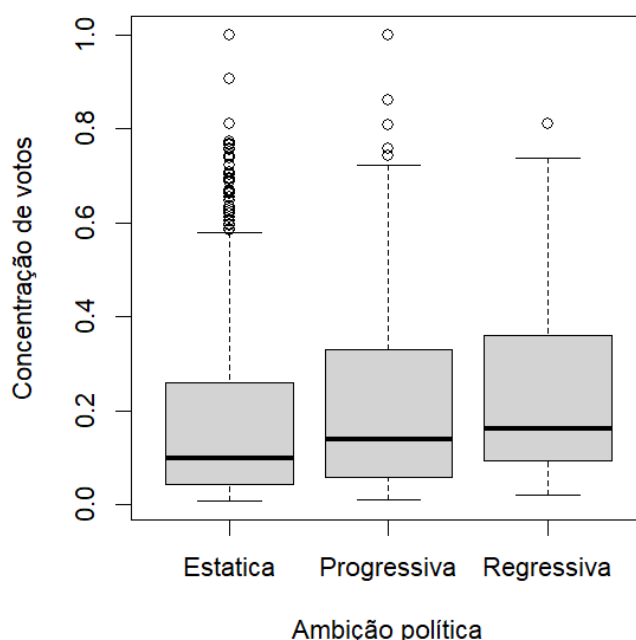
O teste de Kruskal-Wallis para a distribuição expressa acima mostra que há diferença entre os grupos ( $X^2_{(2)} = 97,921$ ;  $p < 0,001$ ). O *post-hoc* de Dunn indica que o grupo Estática é diferente do grupo Progressiva com relação ao percentual de votos. O grupo relativo à ambição progressiva é o que possui a maior mediana do percentual de votos e a maior variação absoluta na distribuição. O grupo com menor amplitude é



aquele relativo à ambição regressiva. Ao que parece, os parlamentares com maior percentual de votos estariam mais propensos a apresentar ambição progressiva, o que vai no caminho apontado na hipótese H. 4b, que será testada no próximo capítulo.

A respeito da concentração de votos no distrito, o gráfico a seguir apresenta a distribuição da concentração de votos entre os diferentes tipos de ambição política dos deputados brasileiros. A hipótese H. 5a indica que os deputados que apresentaram ambição regressiva estariam relacionados a uma maior concentração de votos em relação a ambição estática, e a H. 5b afirma que os deputados que apresentam ambição progressiva estariam relacionados a uma menor concentração de votos em relação a ambição estática.

**Gráfico 8 - Boxplot: distribuição da concentração de votos dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

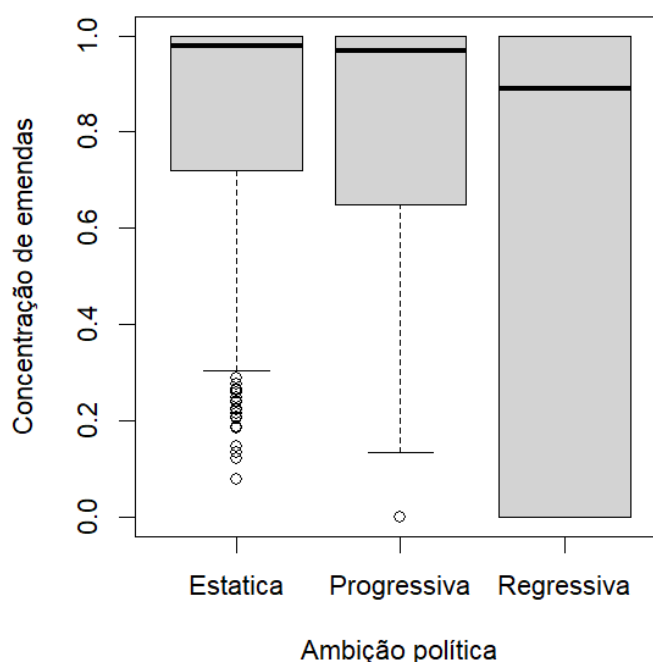
Os resultados indicam que a amplitude absoluta da distribuição dos deputados com ambição regressiva e progressiva é próxima, e a ambição estática apresenta uma menor amplitude, porém com uma maior ocorrência de *outliers*. O teste de Kruskal-Wallis para o Gráfico 8 mostrou que há diferença entre os grupos ( $X^2_{(2)} = 22,522$ ;  $p < 0,001$ ). O *post-hoc* de Dunn revelou que o grupo de deputados com ambição estática

difere dos grupos de deputados com ambição progressiva e regressiva com relação a concentração de votos.

A maior parte dos casos de deputados com ambição progressiva e regressiva estão concentrados abaixo do meio da distribuição da concentração de votos (do limite inferior ao Q3), o que parece ir contra a hipótese H. 5a, que foi testada em conjunto com as demais no próximo capítulo.

O Gráfico 9, apresenta a concentração de emendas por tipo de ambição. A análise visual do gráfico indica que a maior parte dos deputados concentra suas emendas em poucos municípios, especialmente entre os deputados com ambição progressiva e estática, que possuem uma mediana próxima do limite superior. A mediana dos deputados com ambição regressiva também está próxima da concentração máxima, entretanto, o primeiro quartil se estende pela maior parte da distribuição, enquanto nas demais o primeiro quartil se encontra na metade superior da distribuição.

**Gráfico 9 - Boxplot: distribuição da concentração de emendas dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e do Siga Brasil.

O teste de Kruskal-Wallis para a distribuição da concentração de emendas indica que há uma diferença entre os grupos ( $X^2_{(2)} = 9,984$ ;  $p = 0,007$ ). O *post-hoc* de

Dunn mostrou que o grupo de deputados com ambição estática difere apenas do grupo com ambição regressiva com relação a concentração de emendas. A hipótese H. 6a afirma que uma maior concentração de emendas estaria relacionada a um aumento nas chances de ocorrer ambição regressiva, em relação a ambição estática. Ao que parece, o resultado teria uma direção inversa, pois a maior concentração de emendas foi expressa pelo grupo de deputados com ambição estática.

### 3.2.2 Distribuição dos casos de ambição política nas variáveis de controle

Fazendo parte do conjunto de variáveis que mensura os atributos pessoais dos deputados, a variável *formação acadêmica* foi composta para classificar os deputados entre os que tem ou não tem formação acadêmica. A distribuição da variável é expressa na tabela a seguir.

**Tabela 5 - Distribuição da formação acadêmica por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

Ambição política	Formação acadêmica			
	Com ensino superior		Sem ensino superior	
Estática	744	(79,66%)	190	(20,34%)
Progressiva	134	(79,29%)	35	(20,71%)
Regressiva	139	(75,54%)	45	(24,46%)
Total	1017	(79,02%)	270	(20,98%)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados. ( $X^2_{(2)} = 1,578$ ;  $p > 0,05$ ; V de Cramer = 0,035).

Os resultados sugerem que, independentemente do tipo de ambição verificada, a maioria dos deputados possui ensino superior, sendo o maior número de casos relativo aos que assumiram ambição estática. O teste qui-quadrado de independência indica que não há associação entre as variáveis formação acadêmica e ambição política dos deputados federais da amostra.

A variável *ocupação* dos deputados, por sua vez, foi categorizada a partir da profissão dos deputados, de forma que ela reflita se a profissão informada ao TSE no momento das candidaturas é ou não do tipo parlamentar, tais como vereador, deputado federal, senador etc. O objetivo é diferenciar os deputados entre os que assumem a política como profissão, e os que não assumem. O resultado da distribuição está expresso na tabela a seguir:

**Tabela 6 - Distribuição da ocupação por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

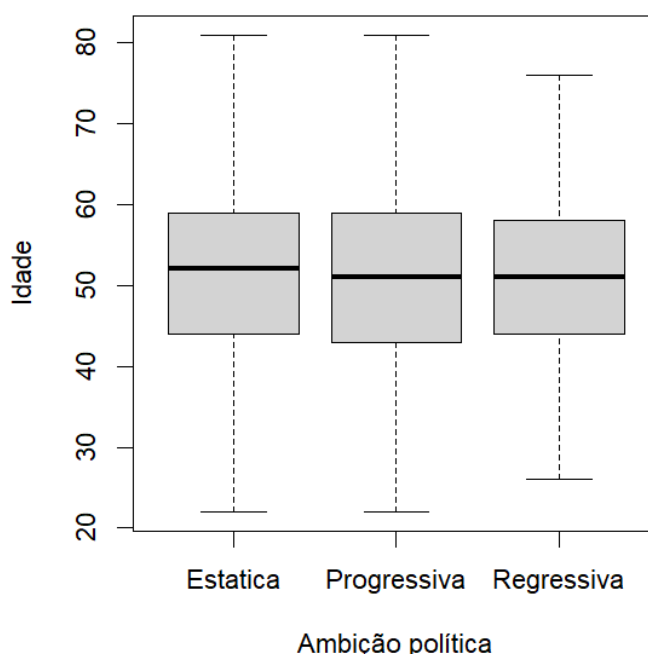
Ambição política	Ocupação			
	Não parlamentar		Parlamentar	
Estática	490	(52,46%)	444	(47,54%)
Progressiva	72	(42,60%)	97	(57,40%)
Regressiva	98	(53,26%)	86	(46,74%)
Total	660	(51,28%)	627	(48,72%)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados. ( $X^2_{(2)} = 5,904$ ;  $p > 0,05$ ; V de Cramer = 0,068).

Entre os deputados com ambição estática e regressiva a maioria informou que sua profissão é compatível com o tipo não parlamentar. Entre os deputados com ambição progressiva, a maioria é composta pelos que assumem ser parlamentares como profissão. De acordo com o resultado do teste qui-quadrado de independência, as evidências não permitem diferenciar os parlamentares por tipo de ocupação.

A distribuição da variável *idade* é ilustrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 10 - Boxplot: distribuição da idade dos deputados federais por ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

O *boxplot* ilustra que, embora haja algumas variações na idade dos deputados em função da ambição política, as medianas são próximas. As idades dos deputados

com ambição estática e progressiva são distribuídas de forma semelhante, enquanto aqueles com ambição regressiva têm uma amplitude absoluta da idade ligeiramente menor. O teste de Kruskal-Wallis<sup>39</sup> para a distribuição da idade dos deputados indica que não há uma diferença entre os grupos ( $X^2_{(2)} = 1,899$ ;  $p = 0,387$ ).

A distribuição da variável *gênero* entre os diferentes tipos de ambição política e é apresentada na tabela a abaixo. A classificação do gênero segue os valores apresentados pelo TSE, de acordo com a declaração dos deputados no momento de suas candidaturas, os classificando como masculino ou feminino.

**Tabela 7 - Distribuição do gênero por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

Ambição política	Gênero			
	Feminino		Masculino	
Estática	98	(10,49%)	836	(89,51%)
Progressiva	19	(11,24%)	150	(88,76%)
Regressiva	30	(16,30%)	154	(83,70%)
Total	147	(11,42%)	1140	(88,58%)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados. ( $X^2_{(2)} = 5,138$ ;  $p > 0,05$ ;  $V$  de Cramer = 0,063).

A Tabela 7 revela uma predominância de pessoas do gênero masculino em todos os tipos de ambição política. Para ambos os gêneros a maioria se candidata à reeleição. O total de casos de ambição regressiva supera o de progressiva para ambos, contudo, a maior diferença proporcional se encontra no gênero feminino, em que a taxa de ambição regressiva é maior que as demais, enquanto entre os homens, a maior taxa é relativa à ambição estática. O teste qui-quadrado de independência indica que não há evidências estatisticamente significativas para rejeitar a hipótese nula de independência entre as variáveis.

Por fim, a *migração partidária* tem sido apontada como umas das características importantes do sistema político brasileiro, pois os deputados poderiam mudar ou permanecer no partido em busca de aumentar suas chances de sucesso eleitoral, bem como a fim de encontrar oportunidades de carreira mais promissoras do que o atual partido poderia oferecer.

<sup>39</sup> O teste de normalidade de Shapiro-Wilk indica a categoria Estática não apresenta normalidade na sua distribuição, o também impediria a realização do teste ANOVA.

**Tabela 8 - Distribuição da migração partidária por tipo de ambição política - Câmara dos Deputados do Brasil, entre 2007 e 2018**

Ambição política	Migração partidária			
	Migrou		Não Migrou	
Estática	273	(29,23%)	661	(70,77%)
Progressiva	45	(26,63%)	124	(73,37%)
Regressiva	45	(24,46%)	139	(75,54%)
<b>Total</b>	<b>363</b>	<b>(28,21%)</b>	<b>924</b>	<b>(71,79%)</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados. ( $X^2_{(2)} = 1,968$ ;  $p > 0,05$ ;  $V$  de Cramer = 0,039).

Em geral, independentemente do tipo de ambição assumida, os deputados que permaneceram no partido são maioria, e a maior parte dos casos é relativa aos deputados com ambição estática. O resultado do teste qui-quadrado de independência não teve significância estatística.

## 4 ANÁLISE DE FATORES RELACIONADOS A ESCOLHA DE CARGO PELOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS

[...] podemos afirmar que os políticos alteram sua percepção sobre o valor de um mandato parlamentar na medida em que o tempo passa e mudanças institucionais relevantes acontece (SANTOS, 2003, p. 135).

Este capítulo apresenta os resultados da análise multivariada realizada para estimar as razões de chance de ocorrência dos três tipos de ambição política – estática, regressiva e progressiva - dos deputados federais brasileiros a partir de três dimensões analíticas destacada por essa tese: experiência política, desempenho eleitoral e conexão com a base eleitoral. Apresento a seguir os modelos construídos, os resultados dos testes de hipótese baseado nos efeitos estimados por modelos multinomiais, e as suas implicações para o estudo das carreiras políticas no Brasil.

### 4.1 Método para estimar os resultados

A análise multivariada, que apresento a seguir, foi realizada a partir de cinco modelos de regressão logística multinomial. O objetivo foi analisar o ganho de poder explicativo de cada dimensão do trabalho, bem como a possível influência das variáveis de controle.

Dessa forma, os três primeiros modelos são compostos pelas dimensões, o quarto modelo inclui todas as variáveis, inclusive as variáveis de controle, e um quinto modelo foi composto através do método *stepwise*, que tem o objetivo de apresentar quais variáveis tem a maior probabilidade de explicar as escolhas feitas pelos deputados. Com base nisso, estimou-se quais variáveis estão relacionadas a escolha de cargo dos deputados federais brasileiros que se candidataram entre 2007 e 2018.

Esta técnica de análise, regressão logística multinomial, é apropriada devido ao tipo de variável dependente do estudo, a ambição política, pois ela permite analisar a relação entre uma variável dependente categórica com mais de duas categorias e um conjunto de variáveis independentes.

Os coeficientes estimados na regressão logística multinomial representam o efeito das variáveis independentes nas probabilidades de pertencer a cada categoria da variável dependente, em comparação com uma categoria de referência, que neste caso é a ambição estática.

Existem algumas formas de calcular os resultados dos parâmetros do modelo, entre elas temos a máxima verossimilhança, métodos de estimação bayesiana e os métodos que utilizam redes neurais. Para estimar os resultados descritos a seguir, utilizei o pacote *nnet* do software R, que utiliza redes neurais para ajustar o modelo.

Um dos pressupostos da regressão logística, em que a variável dependente possui mais de duas categorias, é a Independência de Alternativas Irrelevantes (IIA), que estabelece que em um contexto de escolha entre várias alternativas, a adição ou remoção de uma alternativa não deveria afetar a preferência relativa entre as outras alternativas. Este pressuposto é uma das condições do teorema da impossibilidade de Arrow (2012) originalmente apresentado em 1951, que trata das limitações dos sistemas de votação. Em suma, de acordo com este pressuposto, se um eleitor prefere o candidato A ao candidato B quando o candidato C não está disponível, ela deve continuar preferindo A a B quando C é adicionado como uma opção, mesmo que C seja inaceitável por si só.

A teoria da ambição política, através da estrutura de oportunidades de carreira, parece seguir essa lógica. O pressuposto básico é que, sempre que puder migrar para um cargo superior o político o fará, desde que essa mudança seja vantajosa, e de certa forma, segura eleitoralmente. E, no caso dos cargos hierarquicamente inferiores, acredita-se que os parlamentares buscam essa opção, especialmente quando projetam riscos altos para a candidatura à reeleição ou para cargos hierarquicamente superiores, buscando com essa escolha assegurar a sobrevivência política.

Dessa forma, a existência de outras opções de cargo não parece ser um fator capaz de alterar a ambição por si só, isto é, a existência de um cargo no legislativo estadual não deve afetar a escolha de um deputado que ambiciona uma cadeira no Senado Federal. De maneira semelhante, um parlamentar que escolhe estrategicamente um cargo no legislativo estadual não deveria ter sua escolha alterada pela possibilidade de se tornar presidente da república. De todo modo, para testar a Independência de Alternativas Irrelevantes nos dados analisados, realizei o



teste de Hausman-McFadden (1984)<sup>40</sup>, que teve sua hipótese rejeitada, o que, a princípio, indica que é possível fazer a estimação do modelo sem maiores problemas. Os resultados estão expressos no Apêndice A.

#### 4.2 Resultados da análise de regressão

Para testar das hipóteses, eu construí cinco modelos de regressão, o Modelo 1 conta apenas com as variáveis relativas à dimensão da *experiência política*, o Modelo 2 repete as variáveis do Modelo 1 e acrescenta as variáveis relativas ao *desempenho eleitoral*, o Modelo 3 segue a mesma lógica e acrescenta a variável relativa à *conexão com a base*. O Modelo 4 conta com todas as variáveis, incluindo as variáveis controladas. Por fim, o Modelo 5 apresenta um modelo de regressão no qual foi aplicado o método *stepwise*, que seleciona as variáveis de forma automatizada, observando o melhor ajuste com base no critério de informação de Akaike (AIC)<sup>41</sup>, e incluindo e excluindo as variáveis em ambas as direções<sup>42</sup> para definir, estatisticamente, quais variáveis tem maior significância para o modelo.

A interpretação dos resultados pode ser feita com base em alguns parâmetros. Embora seja comum apresentar como importantes apenas as variáveis que apresentem significância estatística ( $p$ -valor  $< 0,05$ ), essa interpretação não seria a mais adequada. Isto porque o  $p$ -valor é uma medida de evidência contra a hipótese nula, não uma medida de importância ou relevância substantiva das variáveis<sup>43</sup>. De todo modo, sua interpretação ajuda na compreensão dos resultados do modelo, indicando se as evidências fornecidas pelas variáveis são suficientes para rejeitar a hipótese de que essa relação não existe (hipótese nula).

---

<sup>40</sup> O teste de Independência de Alternativas foi elaborado utilizado o pacote *mlogit* no software R.

<sup>41</sup> O critério de AIC, desenvolvido por Akaike (1974) é uma medida usada para comparar modelos estatísticos, baseado na teoria da informação. Ele é amplamente utilizado na seleção de modelos, especialmente em contextos de regressão e análise de séries temporais. Em suma, ele é uma medida de quão bem o modelo se ajusta aos dados, levando em consideração a complexidade do modelo. Quanto menor o valor do AIC, melhor o modelo é considerado.

<sup>42</sup> Aa etapa *forward* o modelo começa sem nenhuma variável independente e adiciona uma por uma, avaliando o impacto de cada variável adicionada na adequação do modelo. Na etapa *backward*, após a inclusão de todas as variáveis independentes, o modelo remove uma por uma, avaliando o impacto de cada variável excluída na adequação do modelo. A etapa *Both* combina a etapa *forward* e *backward*, permitindo a inclusão ou exclusão de variáveis independentes em cada iteração do algoritmo.

<sup>43</sup> para mais detalhes conferir: SENN, 2001; NUZZO, 2014

Para além desse parâmetro, deve-se observar o tamanho dos efeitos (*odds ratio*, ou seja, a razão de chances) e sua direção. O tamanho do efeito indica a magnitude da mudança na variável dependente associada a uma unidade de mudança na variável independente, e a direção indica se esta relação é positiva ou negativa.

Para aferir a qualidade dos resultados do modelo, foram feitos testes de ajuste. De acordo com o teste de razão de verossimilhança de modelos multinomiais, utilizando ANOVA, todos os modelos trazem previsões melhores do que as que seriam feitas utilizando-se apenas a variável dependente (modelo nulo). O pseudo-R<sup>2</sup> de Nagelkerke é uma medida de ajuste que indica o quanto da variabilidade na variável dependente é explicada pelo modelo em relação à variabilidade máxima possível, os resultados do teste indicam que a medida em que as dimensões são incluídas no modelo a eficiência aumenta. Os resultados dos ajustes podem ser consultados no Apêndice A.

A seguir, apresento o resultado dos modelos de regressão em *odds ratio* e percentual de mudança:

**Tabela 9 - Resultados da estimação de regressões logísticas multinomiais em *odds ratio* e percentuais de mudança**

	Variável dependente. Categoria de referência: Estática										
	Progressiva		Regressiva		Progressiva		Regressiva		Progressiva		Regressiva
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5						
<i>Senioridade</i>	1,17** (17%)	0,89 (-11%)	1,27*** (27%)	0,93 (-7%)	1,26*** (26%)	0,96 (-4%)	1,19** (19%)	1,01 (1%)	1,2** (20%)	1 (0%)	
Cargo no Executivo: Sim	2,05*** (105%)	2,38*** (138%)	1,99*** (99%)	2,31*** (131%)	1,97*** (97%)	2,41*** (141%)	1,98*** (98%)	2,97*** (197%)	2,04*** (104%)	2,9*** (190%)	
Cargos de Prestígio: Sim	1,1 (10%)	0,99 (-1%)	1,21 (21%)	0,98 (-2%)	1,21 (21%)	0,99 (-1%)	1,21 (21%)	0,94 (-6%)			
Percentual de Votos			1,53*** (53%)	1,03 (3%)	1,53*** (53%)	1,05 (5%)	1,54*** (54%)	1,02 (2%)	1,53*** (53%)	1,03 (3%)	
Concentração de Votos			2,22* (122%)	3,77*** (277%)	2,21* (121%)	2,65** (165%)	2,46** (146%)	2,98*** (198%)	2,4** (140%)	3,25*** (225%)	
Concentração de Emendas					1,19 (19%)	0,1*** (-90%)	1,15 (15%)	0,1*** (-90%)	1,15 (15%)	0,1*** (-90%)	
Formação Acadêmica <sup>1</sup>							1,04 (4%)	1,17 (17%)			
Ocupação: Parlamentar							1,56** (56%)	1,36* (36%)	1,58** (58%)	1,4* (40%)	
Idade							1 (0%)	0,98** (-2%)	1 (0%)	0,98** (-2%)	
Gênero: Masculino							1,2 (20%)	0,66* (-34%)			
Migração Partidária <sup>2</sup>							1,05 (5%)	1,32 (32%)			
AIC	1.984,929		1.892,279		1.818,514		1.818,135		1.809,674		
BIC	2.026,209		1.954,199		1.890,755		1.941,977		1.892,235		

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*p<0.1; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.01. Os valores fora dos parênteses apresentam a *odds ratio* e os valores entre parênteses reportam o percentual de mudança. O valor estimado e o erro padrão se encontram no Apêndice A, bem como intervalo de confiança e o p-valor de cada resultado. Categoria de referência da variável: <sup>1</sup>Sem ensino superior; <sup>2</sup>Não Migrou.

Para comparar a qualidade dos modelos, podemos observar os resultados dos testes de AIC e BIC<sup>44</sup>, nos quais valores mais baixos indicam que esses modelos têm um melhor equilíbrio entre qualidade do ajuste e complexidade do modelo. O modelo que melhor se ajustou aos dados foi o Modelo 5, o que era esperado, pois a utilização do *stepwise* como método de seleção de variáveis exclui as variáveis que não agregam poder explicativo. De todo modo, critérios puramente estatísticos não levam em conta a importância teórica das variáveis, mas sim, a capacidade que estas variáveis têm de aumentar o poder explicativo do modelo.

Isto posto, o segundo modelo com melhor ajuste foi o Modelo 3, que conta com as variáveis que compõem as dimensões analisadas, mas não inclui as variáveis de controle. Cabe salientar que um modelo com uma diferença de AIC e BIC de 2 ou mais em relação a outro é considerado substancialmente melhor. Já uma diferença de 10 ou mais é geralmente considerada uma evidência muito forte em favor do modelo com o AIC ou BIC mais baixo.

A partir do resultado do teste de AIC podemos observar que o Modelo 3 fica 8,84 pontos “atrás” do Modelo 5, e o Modelo 4 fica a 8,46 pontos atrás do modelo 5. Os Modelos 1 e 2, por sua vez, ficam 175,26 e 82,61 pontos atrás, respectivamente. Dessa forma, o modelo com resultado mais próximo do Modelo 5 é o Modelo 4, que é aquele que compreende as dimensões analíticas propostas por esta tese acrescidas das variáveis de controle. Portanto, estatisticamente, os modelos 3 e 4 possuem uma diferença substancial em relação ao Modelo 5, que possui menor complexidade, porém, controlando menos fatores.

Em relação ao critério de BIC, o Modelo 3 teve um resultado superior ao Modelo 5, sendo 1,48 pontos menor, o que indica que ambos têm ajustes similares. O Modelo 4, por sua vez, teve um ajuste 49,74 pontos acima do Modelo 5 e 51,22 acima do Modelo 3. Por este critério, o Modelo 3 seria a melhor opção para analisar quais variáveis estão associadas a ambição política dos deputados federais. A diferença entre os resultados de AIC e BIC pode ser explicado pela maior penalização do BIC para modelos mais complexos. Neste caso, o Modelo 4 tem 5 variáveis a mais que o Modelo 3.

---

<sup>44</sup> O Critério de Informação Bayesiano (BIC) funciona de modo similar ao AIC. Ele visa equilibrar o ajuste do modelo e a complexidade do modelo, ajudando a selecionar o modelo mais apropriado entre várias opções. Modelos com valores de BIC mais baixos são considerados mais adequados, além disso, O BIC penaliza a complexidade do modelo mais fortemente do que o AIC.

Não obstante, observar critérios puramente estatísticos pode nos levar a um resultado que apresente viés por variáveis omitidas, uma vez que a literatura tem descrito ao longo do tempo a importância de observar determinadas variáveis que estariam relacionadas a ambição dos deputados. Mais que isso, podemos observar o poder explicativo de cada modelo, observando o desempenho da taxa de acerto média para cada modelo<sup>45</sup>.

**Tabela 10 - Taxa de acerto médio das previsões dos modelos de regressão logística multinomial**

<b>Modelo</b>	<b>Média de acerto</b>
Nulo <sup>1</sup>	24,19%
1	24,19%
2	42,78%
3	70,40%
4	67,36%
5	70,96%

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>O Modelo nulo se refere-se ao resultado da regressão incluindo apenas a variável dependente, sem os preditores.

Na tabela, podemos observar que à medida em que as variáveis vão sendo adicionadas, o poder preditivo do modelo aumenta. Sendo o modelo 1 similar ao modelo nulo, e os modelos de 3 a 5 os que apresentam o melhor desempenho.

#### 4.2.1 Considerações acerca da diferença entre o universo dos dados e os resultados estimados para a amostra

Com a finalidade de explorar as diferenças decorrentes da estimação dos modelos propostos por esta tese sobre o universo de dados ou sobre a amostra, que contou com uma quantidade de casos iguais para cada categoria da variável dependente, elaborada com base na escolha, discutida no Capítulo 2, apresento uma breve comparação dos resultados. A tabela a seguir apresenta apenas as variáveis em que o percentual de mudança estimado pelos modelos tenha algum resultado com significância estatística ( $p < 0,05$ ). Os demais resultados estão descritos nos apêndices A e C.

<sup>45</sup> A tabela de acurácia resume os resultados. Os resultados completos, apontando a taxa de acerto do modelo detalhando cada tipo de ambição está no Apêndice A: Tabela de classificação.

Os resultados relativos ao universo e a amostra estão dispostos lado a lado, possibilitando uma comparação entre as diferenças no percentual de mudança e na significância para cada tipo de ambição observado. Embora os dados sejam diferentes, no que diz respeito a quantidade de casos (1.287 contra 149), em nenhum caso a direção dos efeitos mudou. Indicando que o resultado das hipóteses não se alteraria, independentemente do recorte de casos observado.

Em relação a significância estatística, a única variável que perdeu poder explicativo foi a senioridade na ambição progressiva, que perdeu significância na estimação sobre a amostra com relação ao universo dos dados. Outra diferença a respeito da significância estatística pode ser observada na variável concentração de votos, em que a amostra apresenta um grau maior de significância do que o universo, também sobre a ambição progressiva.

**Tabela 11 - Comparação dos resultados das regressões logística multinomial utilizando o universo dos dados e a amostra baseada em escolha**

	Variável dependente			
	Categoria de referência: Estática			
	Progressiva		Regressiva	
	Universo	Amostra	Universo	Amostra
Senioridade	19%**	18%	1%	0%
Cargo no Executivo: Sim	98%***	219%***	197%***	256%***
Percentual de Votos	54%***	61%***	2%	8%
Concentração de Votos	146%**	698%***	198%***	1980%***
Concentração de Emendas	15%	-7%	-90%***	-91%***
Ocupação: Parlamentar	56%**	87%**	36%	52%
Idade	0%	0%	-2%**	-3%**

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.01. <sup>1</sup>Categoria de referência: Estática.

De maneira geral, a amostra apresenta impactos maiores do que o universo, sendo o caso mais discrepante o da variável concentração de votos, na qual pode se observar que na ambição progressiva o percentual de mudança é aproximadamente 4,8 vezes maior no resultado da amostra do que no resultado do universo. De maneira similar, na ambição regressiva a amostra apresenta um percentual de mudança 10 vezes maior. Embora a amostra seja aleatória, essa diferença nos resultados pode ter como causa o próprio processo de amostragem, conforme alertou Coslett (1981).

Embora o percentual de mudança seja maior na amostra, em alguns casos a diferença é pequena. Para a concentração de votos na ambição progressiva, a

diferença é de 7%, ou para a concentração de emendas na ambição regressiva, a diferença observada é de 1%.

Em suma, destaco que, mesmo havendo um desbalanceamento na quantidade de casos entre as categorias da variável dependente no modelo que utiliza todos os dados, o processo de amostragem com base na escolha apresenta resultados similares, especialmente com relação a significância e a direção dos efeitos. A maior diferença está no tamanho do impacto, por uma possível influência das diferenças no número de casos analisados. De todo modo, a análise do universo de casos evita a perda de informação, decorrente da amostragem, e por isso foi escolhida para ser apresentada na tese.

#### 4.3 Resultados dos testes de hipóteses

Os resultados que serviram de base para analisar as hipóteses descritas a seguir são referentes ao Modelo 4, estimado a partir do conjunto completo de casos, que apresentou um melhor ajuste (AIC) do que o Modelo 3, que agrega apenas as variáveis relativas às dimensões analíticas. E, além disso, é o modelo com menor risco de viés por variável omitida.

##### 4.3.1 Hipóteses

**H. 1a** - Quanto maior a senioridade congressional, menores as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

O resultado desse teste no Modelo 4 indica que cada incremento na senioridade aumentaria em 1% as chances de escolher ambição regressiva em relação a ambição estática. O que vai na direção oposta do que descreve a literatura, na qual os deputados utilizariam a vantagem da incumbência para pleitear a renovação do mandato (PEREIRA; RENNÓ, 2013). Contudo, este resultado não contou com significância estatística. Dessa maneira, não podemos afirmar que este efeito é diferente de zero.

**H. 1b** - Quanto maior a senioridade congressional, maiores as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

Com relação a ambição progressiva, por outro lado, o teste apresentou significância dentro da faixa esperada ( $p$ -valor  $< 0,05$ ), indicando que podemos rejeitar a hipótese nula de que esta variável não auxilia o modelo a diferenciar os casos. De acordo com o resultado, cada incremento na senioridade aumentaria em 19% (Modelo 4) as chances de ocorrer ambição progressiva em relação a ambição estática, o que parece estar na direção indicada pela literatura para legislaturas anteriores (SANTOS, 2003).

Como discutido no Capítulo 1, mudanças recentes nas regras eleitorais e o constante fortalecimento do Legislativo, com um maior controle da pauta sobre o Executivo e um aumento na participação na elaboração do orçamento, pode tornar o cargo de deputado mais atrativo. Análises futuras sobre a escolha de cargo eletivo pelos deputados poderão constatar se estas alterações foram capazes ou não de afetar a ambição progressiva dos deputados federais brasileiros.

#### **H. 2 - Ocupação de cargo no Executivo aumenta as chances de ocorrer ambição progressiva e regressiva em comparação com a ambição estática.**

Segundo o Modelo 4, ter ocupado cargo no Executivo, em relação a quem não ocupou, aumenta em 98% as chances de o parlamentar manifestar ambição progressiva, e de 197% as chances de o parlamentar assumir ambição regressiva, ambas em relação a ambição estática. Esse resultado vai na direção do que é proposto pela literatura (SANTOS, 2003, KERNECKER, 2016), em que parlamentares com experiência eletiva no Executivo, estariam mais propensos a retornar para esta arena quando estão insatisfeitos com o baixo acesso ao poder decisório na Câmara. Visto que em ambos os tipos de ambição (progressiva e regressiva) existem cargos no Executivo.

Em todos os modelos *cargo no Executivo* apresentou significância estatística. O que indica que as evidências fornecidas pela variável foram importantes para o poder explicativo dos modelos. De modo geral, ter ocupado cargo no Executivo, em relação a quem não ocupou cargo eletivo nessa arena, aumenta as chances de escolher ambição progressiva ou regressiva do que ambição estática.

Recentemente os integrantes do Congresso Nacional tem legislado no sentido de aumentar a fatia orçamentária dominada pelos deputados. Se o acesso a recursos for, de fato, um fator capaz de aumentar o poder atrativo do cargo, é possível que este



quadro se altere em legislaturas posteriores as analisadas. Levando a uma maior busca pela manutenção do mandato.

**H. 3** - Ocupação de cargos de prestígio diminui as chances de ocorrer ambição progressiva e regressiva em comparação com a ambição estática.

De acordo com a literatura, a busca pela manutenção do cargo é a escolha mais segura para os deputados que ocuparam cargo de prestígio na Câmara (SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012, MEIRELES, 2019), o que levaria ao aumento das chances de esses deputados apresentarem ambição estática, devido a maior probabilidade de sucesso eleitoral. Os resultados não apresentaram significância estatística, o que significa que esta variável não foi uma boa preditora da ambição dos deputados no período analisado.

Apesar disso, os resultados indicam que ter ocupado cargo de prestígio durante o mandato aumentaria em 21% as chances de ocorrer ambição progressiva, e diminuiria em 6% as chances de ocorrer ambição regressiva. Entretanto, a falta de significância estatística para esta variável não nos permite rejeitar a hipótese nula, ou seja, não é possível afirmar que o efeito verificado é diferente de zero.

**H. 4a** - Um maior percentual de votos na eleição anterior diminui as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

A princípio, os resultados indicam que o aumento de um ponto percentual de votos aumentaria em 2% as chances de o deputado assumir ambição regressiva, o que iria na contramão do efeito esperado. Entretanto, no Modelo 4, assim como nos demais modelos, não houve significância para esta categoria da variável dependente. Dessa forma, não podemos rejeitar a hipótese de que este efeito seja igual a zero.

**H. 4b** - Um maior percentual de votos na eleição anterior aumenta as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

A literatura sugere que os parlamentares com um maior percentual de votos, isto é, aqueles apresentam maior dominância em seus distritos, estariam mais propensos a apresentar ambição progressiva (ROHDE, 2012, PEREIRA; RENNÓ, 2007). Os resultados indicam que o aumento de um ponto no percentual de votos,

segundo o Modelo 4, aumentaria em 54% as chances de o parlamentar apresentar ambição progressiva.

Os resultados foram positivos e significativos em todos os modelos, o que sugere que esta variável é importante para compreender a ambição progressiva dos deputados brasileiros. Aparentemente, os deputados com votação mais expressiva do que seus concorrentes no distrito estariam mais propensos a buscar uma progressão de carreira, buscando cargos como o de senador, governador e presidente da república.

**H. 5a** - Uma maior concentração de votos, aumenta as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

Ames (2003) descreve os diferentes padrões de votação dos deputados, e sugere que diferentes padrões podem resultar em diferentes estratégias eleitorais. Com base nisso, acredita-se que parlamentares que tem uma votação muito concentrada em poucos municípios enfrentam maior incerteza eleitoral, o que poderia levá-los a apresentar ambição regressiva, visto que apenas os candidatos mais bem votados da lista garante uma vaga.

Os resultados do Modelo 4 indicam que, para cada unidade de aumento na concentração de votos, as chances de ocorrer ambição regressiva aumentam em 198%, um resultado que está de acordo com as expectativas. Esse efeito, embora varie em magnitude, foi significativo em todos os modelos, sugerindo a importância da variável para compreender a escolha de cargo dos deputados na amostra investigada, especialmente pela sua capacidade de fornecer evidências para rejeitar a hipótese nula. Em outros termos, deputados com votação concentrada teriam maiores chances de se candidatar a cargos hierarquicamente inferiores do que buscar uma reeleição.

**H. 5b** - Uma maior concentração de votos, diminui as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

Seguindo a lógica oposta da hipótese anterior, esperava-se que os deputados com votação menos concentrada (em outros termos, mais dispersa), teriam maiores chances de buscar uma progressão de carreira. Entretanto, verifica-se que uma alta concentração de votos também está relacionada a ambição progressiva, pois, no Modelo 4, o aumento de uma unidade na concentração de votos aumenta em 146% a

chance de ocorrer ambição progressiva. Desse modo, a variável concentração de votos foi relevante para estimar a ambição política dos deputados federais.

Ao que parece, para os deputados analisados, contar com uma votação concentrada não seria um impeditivo para buscar uma progressão de carreira, mesmo que isso ocorra para cargos como o de governador ou senador, que necessitam de uma votação mais expressiva do que um deputado federal normalmente necessitaria para ser eleito.

**H. 6a** - Uma maior concentração de emendas ao orçamento, aumenta as chances de ocorrer ambição regressiva em comparação com a ambição estática.

De acordo com a literatura (AMES, 2003, SANTOS; PEGURIER, 2011), os parlamentares utilizam as emendas individuais ao orçamento como um instrumento para publicizar o seu trabalho na Câmara, com o objetivo de angariar mais votos. Dessa forma, o deputado que pretende manter o seu mandato na Casa, buscaria beneficiar localidades específicas, concentrando nestas localidades os recursos que emendou no orçamento da União.

Os resultados, diferente do que era esperado, indicam que na medida em que aumenta uma unidade na concentração de emendas, diminui-se em 90% as chances de ocorrer ambição regressiva, em relação a ambição estática. Os resultados são estatisticamente significativos em todos os modelos que a variável foi incluída, o que indica que esta variável é importante para explicar a probabilidade de os deputados optarem por assumir ambição regressiva.

Em outros termos, isso significa que os deputados que concentram sua destinação de emendas preferem manter o seu mandato a buscar cargos como o de prefeito e deputado estadual. Esta concentração de recursos pode ser explicada por uma tentativa de beneficiar sua base, em busca de um resultado eleitoral positivo, bem como pode ser devido a destinação de recursos para alguns prefeitos parceiros que darão apoio em sua busca pela reeleição. Além disso, as mudanças recentes que asseguram o pagamento de emendas facilitarão o uso estratégico destes recursos com finalidades eleitorais.

**H. 6b** - Uma maior concentração de emendas ao orçamento, diminui as chances de ocorrer ambição progressiva em comparação com a ambição estática.

Por fim, para esta hipótese era esperando que uma maior concentração de emendas diminuísse as chances de ocorrer ambição progressiva. Pois, parece fazer sentido que o deputado que pretende progredir na carreira direcione suas emendas para outros municípios para além de sua base, com o objetivo de conquistar novos eleitores. Para este teste, os resultados não apresentaram significância estatística. Embora o resultado indique que a concentração de emendas aumenta as chances de escolher ambição progressiva em 15%, diferente do que era esperado, a falta de significância da variável nesse teste nos impede de rejeitar a hipótese nula.

#### 4.3.2 Resultados das variáveis controladas

Algumas variáveis são sugeridas pela literatura como possivelmente relacionadas a escolha de cargo pelos deputados federais, contudo, devido à falta de evidências fortes de seu impacto, resolvi controlá-las à fim de investigar sua importância estatística para o modelo. Entre essas variáveis, duas se destacaram com significância estatística, são elas *ocupação* e *idade*. E, a variável *gênero* obteve significância, porém em um menor grau.

A *ocupação* classifica os deputados entre os que declararam como profissão algum cargo de parlamentar (deputado, senador, vereador) em seus dados de candidatura, e os que não informam exercer profissões desse tipo, mesmo que ele exerça um cargo de deputado federal no momento da candidatura, indicando uma suposta importância que o deputado dá para o cargo não parlamentar que foi declarado. A título de exemplo, entre as opções de profissão estão empresários, engenheiros, médicos etc. Os resultados indicam entre os que informaram a profissão de parlamentar houve um aumento de 56% nas chances de ocorrer ambição progressiva, em relação aos que tem profissão do tipo “não parlamentar”. Para este resultado, os resultados foram significativos. Por outro lado, para a ambição regressiva o resultado apresentou significância estatística abaixo do esperado ( $P\text{-valor} < 0,10$ ). O resultado sugere que ser parlamentar aumentaria em 36% as chances de ocorrer ambição regressiva, em comparação com a ambição estática.

A segunda variável que se destacou é a *idade*, os resultados indicam que o incremento de um ano na idade do parlamentar diminuiria em 2% as chances de ocorrer ambição regressiva. Ou seja, ao que parece, quanto maior é a idade do

parlamentar, menores seriam as chances de ocorrer ambição regressiva em relação a ambição estática. No caso da ambição progressiva, além do resultado não apresentar significância estatística, o resultado do impacto seria próximo a 0%.

Por fim, com um nível de significância mais baixo ( $p$ -valor  $< 0,10$ ), ser do gênero masculino diminuiria em até 34% as chances de o parlamentar optar por ambição regressiva em relação a ambição estática. Para o caso da ambição progressiva, se houvesse significância estatística nos resultados, ser homem aumentaria em 20% as chances de apresentar ambição progressiva em relação a ambição estática. Entretanto, não se pode rejeitar a hipótese nula de que este resultado é igual a zero.

As demais variáveis controladas não apresentaram significância estatística no Modelo 4 e foram descartadas pela seleção do *stepwise* no Modelo 5. De todo modo, os resultados da variável *formação acadêmica* indicam que não ter cursado o ensino superior aumentaria em 4% as chances de ocorrer ambição progressiva, e 17% as chances de ocorrer ambição regressiva, ambas em comparação com a ambição estática. A variável *migração partidária*, por sua vez, apresentou um impacto positivo de 5% para os deputados com ambição progressiva, e de 32% entre os deputados com ambição regressiva, em relação a ambição estática. Contudo, como dito, a falta de significância para estas variáveis não nos permite dizer que este suposto impacto é diferente de zero.

Além dessas variáveis, testei a inclusão dos seguintes controles: *magnitude dos distritos*, *unidade da federação*, *legislatura* e *partidos políticos*. Os resultados indicam que o seu incremento representou diferenças sutis nos resultados do modelo. Em decorrência da inclusão destas variáveis a complexidade dos modelos aumentou (AIC), e o grande número de variáveis presente na análise prejudica a parcimônia dos resultados. Por este fato, optei por não incluir estes controles nos resultados apresentados no Modelo 4. Vale ressaltar que os resultados para as variáveis magnitude do distrito e legislatura não foram estatisticamente significativos. Além disso, a variável partidos políticos apresentou multicolinearidade ( $VIF = 16,6$ ), que seria um fator impeditivo para sua utilização em regressões multinomiais. Os resultados relativos à inclusão destes controles estão apresentados no Apêndice B.

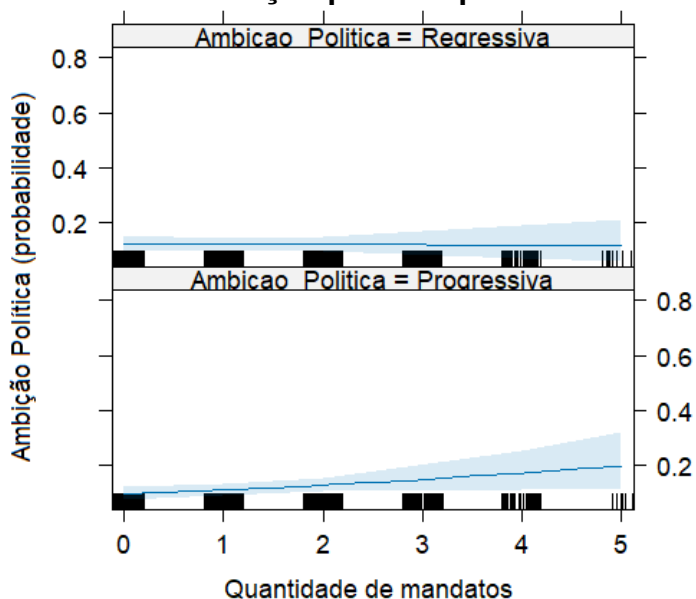
#### 4.3.3 Considerações acerca dos efeitos dos modelos sobre ambição política

Nos modelos estimados para os testes de hipóteses, algumas variáveis, sugeridas pela literatura como fatores que explicariam a escolha de cargo pelos deputados federais obtiveram o efeito esperado, trazendo evidências a favor da hipótese. Em alguns casos, o resultado foi não significativo. E, em outras hipóteses, apesar de haver efeito significativo, a direção foi contrária a esperada, sugerindo a rejeição da hipótese.

A seguir, apresento os casos em que as variáveis que foram eficientes no sentido de trazer evidências para que o modelo pudesse detectar diferenças estatisticamente significativas. Para isso utilizo gráficos<sup>46</sup> que plotam os efeitos marginais previstos através das médias. Ou seja, os gráficos ajudam a visualizar como as variáveis influenciam as probabilidades de diferentes tipos de ambição política dos deputados, conforme previsto pelo modelo de regressão.

A literatura que analisou o comportamento dos parlamentares brasileiros (SANTOS, 2003) argumenta que na falta de acesso aos centros de comando, os incumbentes mais experientes optariam por buscar cargos com acesso a um maior poder decisório e mais recursos, embora eles tivessem uma leve vantagem eleitoral sobre os seus desafiantes (SILVA JÚNIOR, *et al.* 2019), o que poderia viabilizar com maior facilidade uma manutenção do mandato.

**Gráfico 11 - Ambição prevista por senioridade**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

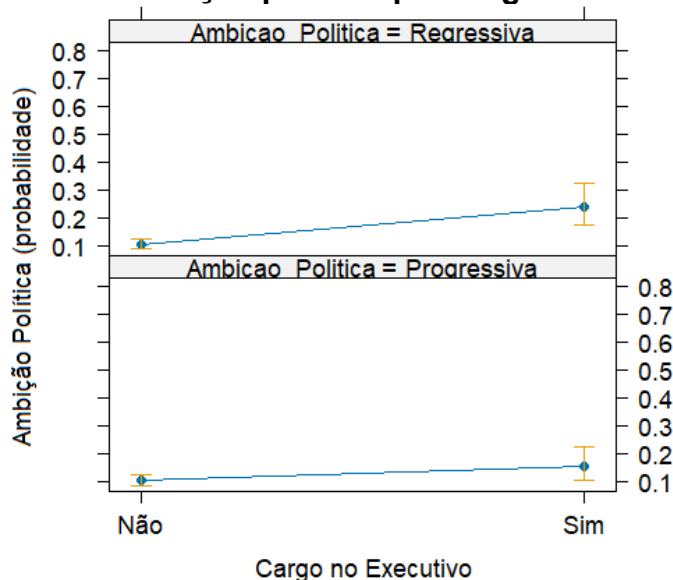
<sup>46</sup> Os gráficos foram produzidos através do pacote *effects* no software R.

Os resultados dos testes, de acordo com a previsão do Modelo 4, indicam que quanto maior é a quantidade de cargos ocupados pelos deputados maior seria a probabilidade de que o deputado optasse por cargos hierarquicamente superiores, aqui classificado como ambição progressiva. O resultado fornece evidências estatisticamente significativas a favor desta hipótese. Essa relação pode ser observada na seção inferior do gráfico apresentado acima.

Dessa forma, embora os deputados possam ter uma vantagem eleitoral sobre os concorrentes – especificamente no período observado em que na maior parte do tempo o acesso a recursos era um pouco mais limitado –, ao que parece, essa vantagem e a experiência adquirida poderiam ser canalizadas para buscar cargos hierarquicamente superiores, que são mais atrativos em relação ao acesso a poder decisório e controle de recursos.

Outra característica apontada como responsável por influenciar a escolha de cargo pelos deputados federais é a experiência eletiva em cargos no Executivo (SANTOS, 2003, KERNECKER, 2016). Entre os parlamentares com esta experiência, aqueles que não conseguem acesso aos centros de comando estariam propensos a buscar cargos que sejam mais atrativos.

Os resultados previstos pela variável cargo no Executivo, no Modelo 4, condizem com a literatura, e apresentaram fortes evidências contra a hipótese nula. No Gráfico 12 é possível observar que a probabilidade de assumir ambição progressiva e regressiva é maior entre os que tem experiência no Executivo do que entre os que não tem. Os valores mais baixos na previsibilidade do modelo para ambição regressiva e progressiva significa que a categoria de referência, a ambição estática, conta com maior probabilidade de ocorrer, independentemente de ter ou não ocupado anteriormente cargo no Executivo.

**Gráfico 12 - Ambição prevista por cargo no Executivo**

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

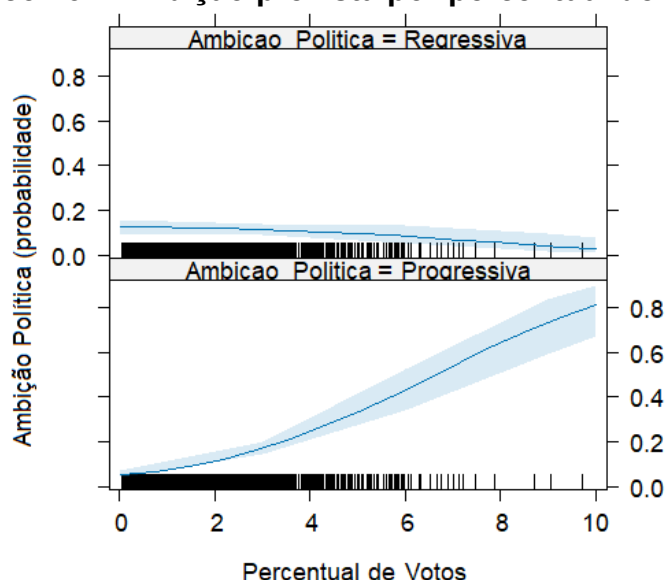
Embora a literatura não tenha formulado uma hipótese clara para os casos de ambição regressiva, podemos supor que o total de candidaturas para o cargo de prefeito pode explicar este resultado. Enquanto as candidaturas de deputados federais para o cargo de deputado estadual representam, na média, 1% dos casos por Legislatura, as candidaturas para o cargo de prefeito representam, na média, 11,8% dos casos, conforme descrito no Gráfico 5.

Os dados desta tese não permitem avaliar se os deputados que se candidataram a prefeito tiveram de fato uma dedicação na campanha para conseguir conquistar o cargo. Podemos especular que o fato de o deputado não perder o mandato ao se candidatar para prefeito pode estimular alguns deles a se candidataram apenas para aumentar sua visibilidade, e talvez conseguir um resultado mais expressivo na sua futura candidatura à reeleição. Embora Samuels (2003) tenha argumentado os deputados pareciam almejar o cargo de prefeito em seu trabalho, ao que parece, o quadro mudou no decorrer do tempo, pois mesmo contando com o baixo risco na candidatura para prefeito, esta opção foi procurada por uma baixa proporção de casos. Sobre essa questão, abre-se uma agenda de pesquisa, cabendo uma investigação mais detalhada sobre os fatores que incentivam ou impedem (como o acordo entre partidos para lançar apenas um nome mais viável) os deputados de concorrerem no meio do mandato.



A literatura argumenta que políticos com votações expressivas podem enxergar seu bom desempenho como uma vantagem que facilitaria o acesso a cargos superiores (ROHDE, 2012). Conseqüentemente, deputados com votação mais frágil tenderiam a buscar a reeleição. Os resultados previstos pelo modelo trazem evidências a favor desta hipótese. Os resultados da previsão do modelo podem ser conferidos no gráfico a seguir.

**Gráfico 13 - Ambição prevista por percentual de votos**



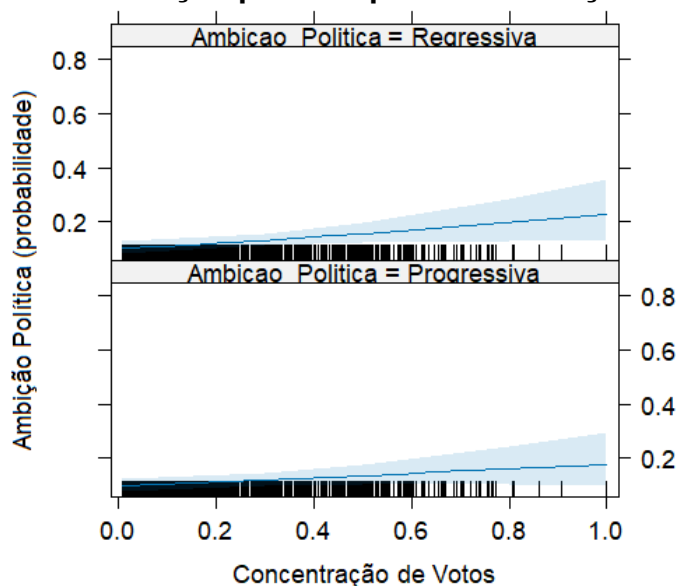
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

Na seção inferior do Gráfico 13 é possível visualizar que quanto maior é o percentual de votos, maiores são as chances de o deputado buscar ambição progressiva, em relação a ambição estática. O resultado estimado nesta tese evidencia a hipótese proposta pela literatura. Políticos que contam com um alto percentual de votos apresentaram maior probabilidade de ter ambição progressiva. Ao que parece, o percentual de votos parece ser um bom preditor para a ambição progressiva dos deputados federais brasileiros.

A concentração de votos, por sua vez, exprime o padrão de votação do parlamentar em seu distrito. A literatura argumenta que diferentes padrões de concentração de votos resultariam em diferentes estratégias de alocação de recursos durante o mandato a fim de melhorar o desempenho eleitoral (AMES, 2003; MANCUSO *et al.*, 2013). Com isso, era esperado que deputados que tenham uma votação mais concentrada teriam menos facilidade para manter o mandato, os

levando a buscar cargos hierarquicamente inferiores. Os resultados desta relação estão expressos no gráfico a seguir.

**Gráfico 14 - Ambição prevista por concentração de votos**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

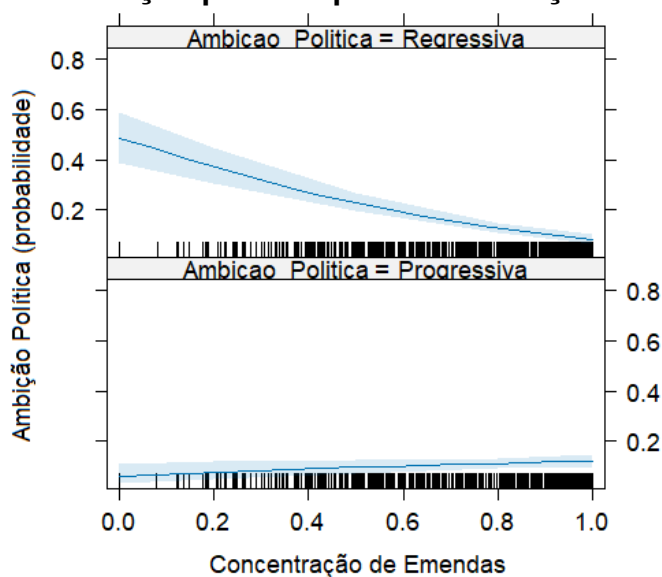
De acordo com os resultados, há evidências a favor da hipótese de que quanto maior é a concentração de votos, maiores são as chances de o deputado apresentar ambição regressiva em relação a ambição estática. Isto é, deputados com votações restritas a menos localidades teriam uma maior probabilidade de se candidatar ao cargo de prefeito no meio do mandato, ou ao cargo de deputado estadual, ao final do mandato.

É possível que as candidaturas no meio do mandato tenham com objetivo aumentar a visibilidade para assegurar uma votação capaz de reeleger o deputado em sua próxima candidatura, isto porque a maior parte das candidaturas para ambição regressiva são referentes ao cargo de prefeito. Para testar isso, seria necessária uma análise de dados em painel, o que permitiria acompanhar os mesmos indivíduos ao longo do tempo.

Por outro lado, diferente do que era esperado, uma maior concentração dos votos não parece ser um fator impeditivo para aqueles que almejam cargos hierarquicamente superiores, pois o resultado do teste de hipótese indica que as evidências vão nesta direção, levando a rejeição da hipótese proposta.

Por último, a variável concentração de emendas apresenta resultados importantes para determinar as estratégias de ambição dos deputados. Embora a literatura previsse uma relação positiva entre baixa concentração de emendas - ou seja, a “dispersão” das emendas - e a ambição progressiva (SANTOS; PEGURIER, 2011), os resultados foram não significativos. Por outro lado, os resultados trazem evidências contra a relação proposta para ambição regressiva. Os resultados do teste indicam que uma maior concentração de emendas estaria associada a uma diminuição na probabilidade de ocorrer ambição regressiva. Esse resultado, que conta com uma alta taxa de significância, pode ser visto na seção superior do gráfico seguinte.

**Gráfico 15 - Ambição prevista por concentração de emendas**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados.

De acordo com a previsão do Modelo 4, diferente do que era esperado, a medida em que se aumenta a concentração de emendas, diminui-se a probabilidade de os deputados federais apresentarem ambição regressiva, em relação àqueles que buscaram a reeleição. Ao que parece, os deputados com ambição estática têm maior tendência de concentrar os recursos em menos localidades do que aqueles que pretendem se candidatar para cargos subnacionais, como prefeitos e deputados estaduais.

Os acontecimentos relativamente recentes como o *impeachment* de uma presidenta da república, o fortalecimento do legislativo frente ao executivo, o aumento na participação do orçamento da união e regras eleitorais mais rígidas, que podem trazer uma maior incerteza eleitoral, tornam o contexto analisado diferente do que se observou anteriormente na literatura. Mesmo assim, de modo geral, os resultados indicam que estas mudanças não foram capazes de alterar algumas relações observadas pelas pesquisas que investigaram legislaturas anteriores.

A senioridade se mostrou como uma variável relevante para explicar a escolha de cargo, seu resultado indica que quanto maior a senioridade maiores seriam as chances de ocorrer ambição progressiva. A ocupação de cargos no Executivo também foi importante para explicar a busca por cargos fora da Câmara de modo geral, o percentual de votos se mostrou importante para explicar os casos de ambição progressiva, e a concentração de votos para explicar a ambição regressiva. Todas essas relações corroboraram as hipóteses derivadas da literatura.

Por outro lado, algumas relações apresentaram resultado oposto ao esperado. Esperava-se que a concentração de votos diminuísse as chances de ocorrer ambição progressiva, o que parece fazer sentido, pois os votos necessários para os cargos classificados como hierarquicamente superiores necessitam de votação mais expressiva, e, para obtê-los, seria necessário uma expansão da base eleitoral<sup>47</sup>. Entretanto, o resultado do teste trás evidências contrárias a esta hipótese.

Além disso, esperava-se que os deputados que buscam ambição regressiva concentrassem seus recursos na base eleitoral, com o objetivo de angariar mais votos. Entretanto o resultado indica o oposto. O aumento na concentração diminuiu a probabilidade de ocorrer ambição regressiva, em comparação com aqueles que optaram pela manutenção do mandato. Uma interpretação para isso pode estar relacionada a “liberdade” que os deputados têm de se candidatar a prefeito, sem perder o mandato. Ao que parece, as emendas não entram no cálculo desta candidatura. Isto é, parte dessas candidaturas não teriam como objetivo principal a vitória nas urnas, isto é, os deputados se candidatariam com o objetivo de expor suas ideias em busca de aumentar sua base de eleitores para, com isso, aumentar as

---

<sup>47</sup> A densidade populacional, que pode ser concentrada em algumas regiões do estado, pode ter relação com este resultado. Entretanto, para aferir esta relação, caberia um estudo à parte.

chances de sucesso no cargo para o qual pretende se candidatar ao final do mandato, conforme sugerido por Graça e Souza (2014).

Algumas hipóteses não apresentaram uma relação estatisticamente significativa. Embora a literatura argumente sobre a importância da ocupação de cargos de prestígio para prever as estratégias eleitorais dos deputados, buscando diferenciá-los quanto a sua participação nos centros de comando da Casa ou em ministérios, as evidências fornecidas pela variável não foram suficientes para afirmar que haveria um efeito significativo nesta relação. Da mesma forma, não foi possível constatar a relação entre a senioridade e a ambição regressiva. Além disso, esperava-se que deputados que concentram suas emendas teriam menos chances de escolher uma carreira progressiva, assim como, esperava-se que um alto percentual de votos diminuísse as chances de ocorrer ambição regressiva. A falta de significância estatística nos impede de afirmar que o efeito aferido é diferente de zero. Com isso, não podemos interpretar a direção ou o tamanho dos efeitos encontrados para estas variáveis.

## CONCLUSÃO

A presente tese analisa a carreira política dos deputados federais brasileiros a partir das escolhas que eles fazem em relação ao seu futuro: quais cargos escolhem durante ou ao final do mandato para se manterem na política institucional? A pesquisa se concentrou três dimensões – experiência política, desempenho eleitoral e conexão com a base – como analiticamente relevantes para a compreensão dessas escolhas, tratadas com diferentes tipos de ambição política.

O objeto de estudo é relevante para compreender quais fatores estão associadas as estratégias eleitorais dos deputados e como essas estratégias têm se modificado ao longo do tempo. A observação dos achados da literatura e o desenvolvimento de modelos analíticos com os devidos testes de proposições empíricas foi importante para preencher algumas lacunas. A maioria dos estudos sobre o tema no Brasil, embora reconheça a existência, não incluem a ambição regressiva em seu recorte. Esta categoria de ambição costuma ser preterida das análises em detrimento de investigações acerca da busca pela reeleição ou por cargos hierarquicamente superiores. Além de incluir esta categoria, a tese fez um esforço para controlar diversas variáveis, observando tanto sua associação da distribuição das variáveis independentes com a variável dependente, a ambição política, quanto na estimação de modelos multinomiais com um conjunto completo variáveis organizadas sob dimensões analíticas.

A dimensão *experiência política* agrega variáveis a respeito da experiência político-eleitoral dentro e fora da Câmara dos Deputados. A dimensão *desempenho eleitoral* inclui medidas de controle sobre a votação dos parlamentares, e, finalmente, a dimensão *conexão com a base* controla a destinação de emendas individuais como *proxy* para observar estratégias de conexão eleitoral.

Para além das variáveis incluídas nas dimensões analíticas, foram controlados fatores pessoais dos deputados, como formação acadêmica, idade e gênero, bem como fatores relativos ao partido como a migração partidária, e fatores regionais, como a magnitude dos distritos, unidades da federação, legislatura e partidos políticos. Como esperado, as variáveis de controle foram menos eficazes no sentido de representar um incremento que auxiliasse o modelo a prever o tipo de ambição que seria escolhida pelos deputados do que as variáveis incluídas nas dimensões

analíticas. Dessa forma, a tese buscou contribuir com o controle de diversas variáveis sugeridas na literatura relacionada.

Os dados coletados para esta análise compreendem seis eleições, sendo três municipais e três eleições gerais, ocorridas num período de 16 anos, o que corresponde a aproximadamente um terço do período pós-redemocratização. Embora haja uma limitação de tempo, que ocorreu devido a disponibilidade dos dados para todas as variáveis do modelo, espera-se que este recorte seja suficiente para observar os fatores relacionados a escolha de cargo pelos deputados antes e após algumas mudanças na legislação pertinente.

Vale destacar que essas mudanças na legislação têm promovido uma maior protagonismo para os parlamentares. Enquanto defende-se que o uso de *pork-barrel* (destinação de recursos) foi importante para assegurar a manutenção dos poderes do Presidente da República após a Constituição de 1988 (CUNOW et al., 2012), mudanças nas leis têm promovido um maior poder para os parlamentares sobre o orçamento federal, minando o poder de barganha do presidente. Entre os objetivos dos parlamentares destaca-se a conversão destes recursos em vantagens eleitorais para os incumbentes. Dessa forma, num futuro próximo, o maior acesso a recursos disponível hoje pode se tornar o cargo de deputado federal ainda mais atrativo.

Além disso, para investigar legislaturas posteriores a 2021 deve-se levar em consideração alguns fatores, tais como as alterações na legislação que deram fim as coligações em eleições proporcionais e instituíram as federações de partidos, bem como outras mudanças que venham a ocorrer.

De modo geral, a tese alcançou alguns objetivos importantes. Compreendeu mais de duas legislaturas para mitigar os efeitos do número reduzido de casos de ambição progressiva, e, especialmente, ambição regressiva, fator que impediu outros trabalhos de estimarem o efeito de suas variáveis sobre este tipo de ambição. Além do mais, verificou-se que as variáveis relativas ao desempenho eleitoral e ao mandato do deputado tem um melhor desempenho em explicar sua ambição política do que variáveis que focam nos aspectos pessoais.

Mais que isso, a tese constatou que algumas variáveis foram significativas para explicar, por exemplo, a ambição progressiva, mas não foram eficientes para explicar os casos em que a ambição escolhida foi a regressiva, ambas em relação a ambição estática. Por fim, a tese inovou ao incluir um modelo multinomial para estimar os

resultados de escolha de cargo no caso brasileiro. E, com base nisso, estimou quais variáveis estariam relacionadas aos diferentes tipos de ambição.

Dentre os resultados começo destacando a dimensão da experiência política. O teste de hipótese sobre a senioridade apresentou o seguinte resultado. A medida em que se aumenta a quantidade de legislaturas em que o deputado foi eleito na Câmara, seriam maiores as chances de ocorrer ambição progressiva. Dessa forma, ter algumas legislaturas concluídas na CD seria um fator capaz de incentivar os deputados a buscarem cargos hierarquicamente superiores, em relação a reeleição. A relação entre senioridade e ambição regressiva não apresentou significância estatística.

Ter no currículo experiência eletiva em cargos no poder Executivo aumentou as chances de ocorrer ambição progressiva e regressiva em relação a ambição estática. Em ambos os tipos de ambição (progressiva e regressiva) existem oportunidades de carreira no Executivo. Ao que parece, a literatura acertou a relacionar esta característica do currículo eleitoral dos deputados como um dos fatores preditivos de sua ambição. A variável que classifica a ocupação de cargo de prestígio não apresentou significância estatística para nenhuma categoria de ambição.

Para a dimensão que engloba o desempenho eleitoral, a literatura sugere que um maior percentual de votos seria capaz de aumentar as chances de ocorrer ambição progressiva. A previsão estimada pelo modelo corrobora essa relação, indicando que os deputados com taxas de votação expressivas, com relação a votação total de seu distrito, estariam mais propensos a se candidatar para os cargos eletivos no senado, no governo do estado ou na presidência da república do que buscar uma reeleição. Por outro lado, a relação do percentual de votos com a ambição regressiva não foi estatisticamente significativa.

Além disso, estimou-se que votações mais concentradas estariam relacionadas a ambição regressiva, o que vai na direção esperada. Isso indica que a variável também é importante para compreender as escolhas de cargo pelos deputados federais, especialmente para aqueles que buscam cargos hierarquicamente inferiores. Mais que isso, a concentração de votos também parece ser importante para explicar a ambição progressiva, no entanto, esperava-se que uma maior concentração estivesse relacionada a diminuição das chances de ocorrer ambição progressiva, porém, os resultados vão na direção oposta ao esperado.



Por fim, na dimensão conexão com a base, a variável concentração de emendas teve um bom desempenho para prever os casos em que os deputados optaram pela ambição regressiva. A relação aferida indica que quanto menor é a concentração de emendas, maiores seriam as chances de ocorrer ambição regressiva. Esperava-se, pelo contrário, que os deputados com este tipo de ambição direcionassem os recursos para localidades específicas, como, por exemplo, para a prefeitura que pretende se candidatar. Os dados que a tese dispôs não seriam suficientes para investigar mais a fundo esta relação. Presumo que outras estratégias podem estar por trás disso, como acordos por apoio político do governador, por exemplo. Por outro lado, a estratégia de direcionamento de emendas pode ser planejada para todo o mandato, e não dividida em etapas, por aqueles que se candidatam a prefeito no meio do mandato. A análise dessa relação, portanto, fica aberta para futuras pesquisas. A relação entre concentração de emendas e ambição progressiva não apresentou significância estatística.

Em resumo, os resultados indicam que algumas variáveis são eficientes para estimar um tipo de ambição, mas não são para outro tipo de ambição. O percentual de votos, por exemplo, apresentou uma relação clara com a ambição progressiva, mas não teve relação com a ambição regressiva. A concentração de emendas, por outro lado, foi eficiente para que o modelo pudesse prever os casos de ambição regressiva, mas não teve o mesmo efeito para os casos de ambição progressiva.

Entre as variáveis de controle, os resultados apontam para a importância da análise da ocupação, com relação aqueles deputados que optam por ambição progressiva, e com um nível de significância mais baixo do que era esperado para ambição regressiva, da idade com relação aqueles que apresentam ambição regressiva. Além disso, ser do gênero masculino diminuiria as chances de ocorrer ambição regressiva. Esta última relação também apresenta um grau de significância estatística abaixo do esperado. As demais variáveis controladas não apresentaram significância estatística, tais como formação acadêmica, migração partidária, magnitude do distrito, unidade da federação e a legislatura dos parlamentares.

Embora apresente avanços, a tese contém algumas limitações, entre elas estaria o controle de variáveis que podem ser capazes de atuar sobre a escolha de carreira dos deputados federais, tais como o envolvimento em escândalos de corrupção, ou fatores relacionados a ambições pessoais ou organizações familiares

que dominam distritos específicos. Alguns motivos me levaram a não incluir esses dados no modelo. Entre eles está o número reduzido de casos e a baixa disponibilidade de dados confiáveis e a impossibilidade de realizar entrevistas com os atores incluídos na amostra. De todo modo, questões como estas podem ser alvo de pesquisas futuras, especialmente estudos de caso que podem auxiliar a compreender se, e como, esses fatores podem influenciar a ambição política dos parlamentares brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKAIKE, Hirotugu. A new look at the statistical model identification. **IEEE Transactions on Automatic Control**. v. 19, n. 6, p. 716–723, 1974.
- ALCÁNTARA, Manoel (dir.). **Proyecto Élités Latinoamericanas (PELA-USAL)**. Universidad de Salamanca (2010-2019).
- ALDRICH, J. H. **Why Parties?** The Origin and Transformation of Political Parties in America. The University of Chicago Press. Chicago, 1995.
- ALMEIDA, Acir. Do plenário às comissões: mudança institucional na Câmara dos Deputados. In PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel L. Org. **Presidencialismo de coalizão em movimento**. Brasília: Edições da Câmara. Edições Câmara, p. 403-432, 2019.
- ALMEIDA, Acir. Processo Legislativo: Mudanças Recentes e Desafio. **Boletim de Análise Político-Institucional - IPEA**, n. 7, 2015.
- AMES, Barry. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork-Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, n. 57, p. 324-343, 1995.
- AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- ARAÚJO, P. S. C. “Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil”. In: **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**. Águas de Lindoia, 2012.
- ARROW, Kenneth J. **Social choice and individual values**. Yale university press, 2012.
- BARROS, Antonio T. *et. al.* Presença parlamentar nas mídias sociais: a estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos Deputados. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 232, p. 57-86, 2021.
- BATISTA, Mariana. A conexão ministerial: governo de coalizão e viés partidário na alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010). **Revista Ibero-americana de estudos legislativos**, v. 4, n. 1, 2015.
- BLACK, Gordon S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **The American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144-159, 1972.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI. On-Line. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito>. Acessado em 16/05/2024.

CAREY, John M.; SHUGART, Kithew S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.

CARVALHO, Nelson R. DE. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2003.

CHEIBUB, José Antonio *et al.* Dynamic party system fragmentation. **Electoral Studies**, v. 76, n.p, 2022.

CORRÊA, Filipe S. **O que fazer para sobreviver politicamente?** Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil. 2016. 145 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

COX, Gary W.; MCCUBBINS, Mathew D. **Legislative Leviathan**: University of California Press. Berkeley, 1993.

CUNOW, Saul, *et. al.* Reelection and Legislative Power: Surprising Results from Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, n. 4, p. 533–558, 2012.

DANTAS, Dimitrius. Emendas parlamentares dobram em 10 anos e Congresso no Brasil ganha mais poder sobre Orçamento do que em outros países. **O globo**, Brasília, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/18/emendas-parlamentares-dobram-em-10-anos-e-congresso-no-brasil-ganha-mais-poder-sobre-orcamento-do-que-em-outros-paises.ghtml>. Acesso em 23 de maio 2024.

DESPOSATO, Scott W. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, Janeiro, p. 62-80, 2006.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York, Harper and Row, 1957.

FIGUEIREDO, Argelina. C.; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2001.

FLORENTINO, Renata. Saindo De Cena: Parlamentares Que Desistem Da Disputa Eleitoral (1990-2006). **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 45-63, jun. 2008.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Gaining and Losing Interest in Running for Public Office: The Concept of Dynamic Political Ambition. **The Journal of Politics**, v. 73, n. 2, p. 443–462, 2011.

FREIRE, Sílvia. Almeida é reeleito em Maceió e se torna potencial candidato ao governo em 2010. **Folha de São Paulo**, Maceió. 06 de outubro de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/10/452779-almeida-e-reeleito-em-maceio-e-se-torna-potencial-candidato-ao-governo-em-2010.shtml>. Acesso em 23 de maio de 2024.

FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **DADOS**, Rio de Janeiro, V. 55, n. 4, p. 951 a 986, 2012.

FREITAS, Andréa. **Migração Partidária na Câmara dos Deputados**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FULTON, Sarah A. et al. The sense of a woman: Gender, ambition, and the decision to run for congress. **Political Research Quarterly**, v. 59, n. 2, p. 235-248, 2006.

GRAÇA, Luís F. G.; SOUZA, Cíntia P. R. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, p. 326-345, 2014.

GRUMBACH, Jacob M.; SAHN, Alexander. Race and representation in campaign finance. **American Political Science Review**, v. 114, n. 1, p. 206-221, 2020.

GUSTAVO, Derek. 'Não me sinto derrotado', diz Cícero Almeida após a eleição em Maceió. **G1 Alagoas**. 31 de outubro de 2016, Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/eleicoes/2016/noticia/2016/10/nao-me-sinto-derrotado-diz-cicero-almeida-apos-eleicao-em-maceio.html>. Acesso em 23 de maio de 2024.

HALL, Richard L.; VAN HOUWELING, Robert P. Avarice and ambition in Congress: Representatives' decisions to run or retire from the US House. **American Political Science Review**, v. 89, n. 1, p. 121-136, 1995.

HAUSMAN, Jerry; MCFADDEN, Daniel. A Specification Test for the Multinomial Logit Model, **Econometrica**, v. 52, p.1219-1240, 1984.

HIBBING, John R. Legislative Careers: Why and How We Should Study Them. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 149-171, 1999.

HINCKLEY, Barbara. Seniority in the committee leadership selection of Congress. **Midwest Journal of Political Science**, p. 613-630, 1969.

KERNECKER, Theresa. Political Ambition in 14 Presidential Democracies. **Legislative Studies Quarterly**, v. 41, n. 2, Maio, 2016.

KIEWIET, D. Roderick; ZENG, Langche. An analysis of congressional career decisions, 1947-1986. **American Political Science Review**, v. 87, n. 4, 1993.

LAZARUS, Jeffrey; STEIGERWALT, Amy; CLARK, Micayla. Time spent in the house: Gender and the political careers of US house members. **Politics & Gender**, v. 19, n. 1, p. 97-132, 2023.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, p. 44-67, 2003.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. Political survival strategies: Political career decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, n. 1, p. 109-130, 2004.

LIMA, Albany F. **O interessado dá um jeito**: A relação entre ambição política e alocação de emendas individuais no Brasil. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) CCHLA, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

LIMA, Albany. F. *et al.* A carreira dos desviantes: ambição política e nível de profissionalização da Câmara dos Deputados. **E-legis**, Brasília, n. 26, p. 82-108, 2018.

MACEDO, Isabella. TSE cassa mandato de deputado de alagoas por infidelidade partidária. **Congresso em Foco**. 14 de novembro de 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/tse-cassa-mandato-de-deputado-de-alagoas-por-infidelidade-partidaria/>. Acesso em 19 de maio de 2024.

MAINWARING, Scott. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. **Comparative Politics**, v. 24, n. 1, p. 21-43, 1991.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. Brazil: Weak Parties, Feckless Democracy, In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Building Democratic Institutions**: Party Systems in Latin America Stanford, Stanford University Press, 1995.

MANCUSO, W. P. *et al.* Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49<sup>a</sup> (1991-1995) e 53<sup>a</sup> (2007-2011). **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 430-448, Nov. 2013.

MARENCO, André (org.). O que podemos explicar estudando carreiras políticas? *In*: MARENCO, André. **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 31-51, 2013.

MAYHEW, David R. **Congress**: The Electoral Connection. Yale University Press, New Haven, 1974.

MCFADDEN, Daniel; TRAIN, Kenneth; TYE, William B. **An Application of Diagnostic Tests for the Independence from Irrelevant Alternatives Property of the Multinomial Logit Model**. Transportation Research Record, p. 39-45, 1976.

MEIRELES, Fernando. Carreiras Políticas na Câmara dos Deputados: Uma análise quase-Experimental. **Dados**, v. 62, n. 4, Rio de Janeiro, 2019.

MELO, Carlos R. F. Nau sem rumo? O sistema partidário brasileiro pós-redemocratização. **Revista USP**, n. 134, p. 75-90, 2022.

MELO, Carlos R. F. Partidos e migração partidária na câmara dos deputados. **Dados**, v. 43, n. 2, 2000.

NICOLAU, Jairo M. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, 2015.

NICOLAU, Jairo M. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689-720, Rio de Janeiro, 2006.

NICOLAU, Jairo M.; SCHMITT, Rogério A. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. **Lua Nova**, n. 36, 1995.

NUZZO, Regina. Scientific method: Statistical errors. **Nature**, v. 506, n. 7487, p. 150–152, 2014.

PASCHALL, Collin; SULKIN, Tracy; BERNHARD, William. The Legislative Consequences of Congressional Scandals. **Political Research Quarterly**, v. 73, n. 2, p. 293-307, 2019.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4. p. 735-771, 2003.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. “Should I Stay or Should I Go?” Explaining Political Ambition by Electoral Success in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 5, n. 3, p. 73-95, 2013.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, 2001.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664-683, dez. 2007.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Successful Re-election Strategies: The Electoral Impact of Distinct Electoral Incentives. **Electoral Studies**, v. 22, n. 3, 2003.

PERISSINOTTO, Renato M.; VEIGA, Luciana F. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, p. 49-66, 2014.

PERISSINOTTO, Renato; BOLOGNESI, Bruno. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Braz. political sci. rev.**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 10-32, 2010.

POLSBY, Nelson W. The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. **American Political Science Review**, v. 62, p.144-68, 1968.

REBELLO, Maurício Michel. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 69-90, 2015.

- ROHDE, David W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 209-236, 2012.
- SAINZ, Nilton; et al. Mensurando carreira política e profissionalização no Brasil: uma análise dos deputados federais da 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas. **XV Congresso Nacional de Ciencia Política**, Universidad Nacional de Rosario, 2021.
- SAMUELS, David. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANBONMATSU, Kira. Women's Underrepresentation in the US Congress. **Daedalus**, v. 149, n. 1, p. 40-55, 2020.
- SANTOS, Fabiano G. M.; PEGURIER, Fabiano J. H. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. **Regional and Federal Studies**, v. 21, n. 2, 165-183, 2011.
- SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- SANTOS, Núbia C. B.; GASPARINI, Carlos E. Orçamento Impositivo e Relação entre Poderes no Brasil, **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 31. Brasília, p. 339-396, 2020.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer E. **Party Government**. Holt, Nova Iorque, 1942.
- SCHLESINGER, J. A. **Ambition and Politics: Political Careers in the United States**. Chicago: Rand MacNally, 1966.
- SCHMITT, Rogério. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 54, p. 127-146, jul. 1999.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism, and Democracy**. Harper, 3 ed. Nova Iorque, 1950.
- SENN, Stephen. Two cheers for P-values? **Journal of Epidemiology and Biostatistics**, v. 6, n. 2, p. 193-204, 2001.
- SILVA JÚNIOR, José A. *et al.* É PROIBIDO PROIBIR? Proibição do financiamento corporativo de campanha e competição eleitoral no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 39-70, 2021.
- SILVA JÚNIOR, José A. *et al.* Entre o trampolim e a ascensão: a reeleição parlamentar no Brasil (1990-2014). **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 61-90, 2019.



SILVA JÚNIOR, José A. *et al.* The Presence of Incumbents Electoral Competition and Reelection in Brazil (1990-2014). **Brazilian Political Science Review**, v. 14, 2020.

SILVA JÚNIOR, José A.; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. Marolas ou tsunamis?: o impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003). **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, p. 199-212, 2012.

SNYDER JUNIOR, James M.; TING, Michael M. An Informational Rationale for Political Parties. **American Journal of Political Science**, v. 46, n.1 p. 90-110, 2001.

SOARES, Maurício de M. R. **Análise comparada dos modelos de medição da geografia eleitoral**: estudo da efetividade por meio de abordagem quantitativa. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo). Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2018.

SORENSEN, Ashley; CHEN, Philip. Identity in Campaign Finance and Elections: The impact of gender and race on money raised in 2010–2018 US house elections. **Political Research Quarterly**, v. 75, n. 3, p. 738-753, 2022.

STOLZ, Klaus. Moving up, moving down: Political careers across territorial levels. **European Journal of Political Research**. V. 42, p. 223–248, 2003.

TARSO JUNIOR, Paulo. “Minha candidatura não depende do meu sobrenome”, diz Sarney Filho. **O Imparcial**. 05 de Março de 2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/politica/2018/03/minha-candidatura-nao-depende-do-meu-sobrenome/>. Acesso em 23 de maio de 2024.

TRE-MT - Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso. **Janela de Migração**. Disponível em: <https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/janela-de-migracao-partidaria-termina-no-dia-1deg-de-abril>. Acesso em 25/01/2024.

TRE-SP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Entenda a diferença entre coligação e federação**. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Janeiro/entenda-a-diferenca-entre-coligacao-e-federacao>. Acesso em 06/05/2024.

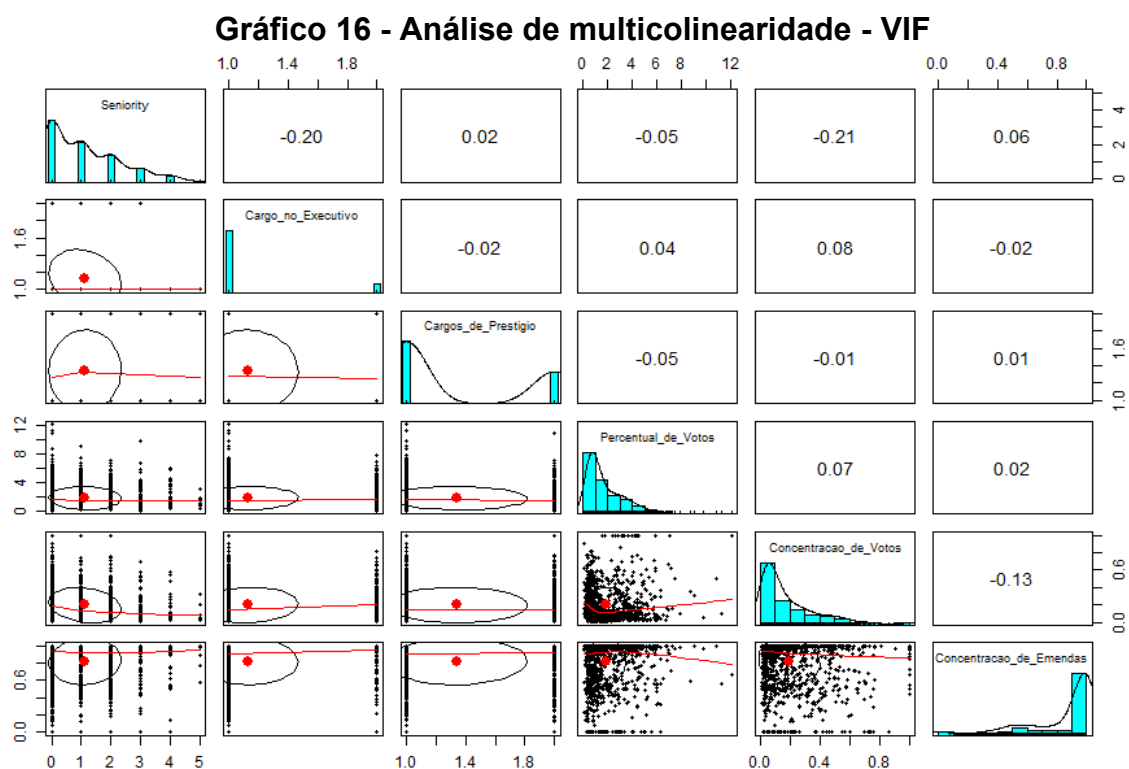
WYLIE, Kristin. Taking bread off the table: race, gender, resources and political ambition in Brazil. **European Journal of Politics and Gender**, v. 3, n. 1, p. 121-142, 2020.

ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system. **Comparative Politics**, v. 53, n. 3, p. 477-500, 2021.

## APÊNDICE A - PRESSUPOSTOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DAS REGRESSÕES LOGÍSTICA MULTINOMIAL UTILIZANDO TODOS OS CASOS

### Multicolinearidade

O teste de multicolinearidade pode ser interpretado a partir do valor do Fator de Inflação de Variância (conhecido como VIF). Há multicolinearidade quando o valor de VIF é maior que 10. O gráfico abaixo apresenta os resultados do teste para o modelo principal, detalhando a distribuição e dispersão das variáveis e os valores de VIF no cruzamento entre elas.



Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 12 - Análise de correlação entre as variáveis do modelo - VIF**

<b>Variável</b>	<b>VIF</b>
Senioridade	1,493198
Cargo no Executivo	1,110713
Cargos de Prestígio	1,012691
Percentual de Votos	1,037824
Concentração de Votos	1,102201
Concentração de Emendas	1,023154
Formação acadêmica	1,023334
Ocupação	1,137011
Idade	1,301403
Gênero	1,050504
Migração Partidária	1,024656

Fonte: Elaboração própria.

Em ambos os testes não houve casos em que a multicolinearidade se manifestasse.

### **Independência de Alternativas Irrelevantes**

O teste de Hausman-McFadden é frequentemente utilizado na econometria para testar a independência das alternativas irrelevantes em modelos de escolha discreta, como a regressão logística multinomial. Ele testa se as escolhas entre duas alternativas são afetadas por uma terceira alternativa.

O teste funciona da seguinte maneira. São elaborados dois testes para cada modelo, ambos tendo a ambição estática como categoria de referência da variável dependente. Em cada um dos testes foi incluído individualmente uma das demais categorias da variável dependente. Nesse teste, a hipótese nula significa que existe Independência de Alternativas Irrelevantes. Um p-valor maior do que 0,05 significa que a hipótese alternativa foi rejeitada. O que permite, de acordo com este teste, seguir com o modelo multinomial. O teste foi elaborado para dois modelos. O Modelo 3 contém as variáveis do modelo principal, e o Modelo 4 contém todas as variáveis, incluindo as variáveis de controle.

**Tabela 13 - Teste de Hausman-McFadden**

	Estática x Progressiva		Estática x Regressiva	
	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 3	Modelo 4
<b>Chisq</b>	-7,1035	-8,9551	-3,3626	3,4327
<b>Df</b>	7	12	7	12
<b>P-value</b>	1	1	1	0,9916

Fonte: Elaboração própria. Hipótese Alternativa: IIA foi rejeitada.

De acordo com os resultados, estatisticamente seria possível fazer uma regressão Logística sem maiores problemas.

### Medidas de Ajuste do Modelo

**Tabela 14 - Anova: Testes de razão de verossimilhança**

Modelo	Resid. df	Resid. Dev	Test	Df	LR stat.	Pr(Chi)
0	2572	2000,874				
1	2566	1968,929	0 vs 1	6	31,94542	0,00001671542
2	2562	1868,279	0 vs 2	10	132,5954	0
3	2560	1790,514	0 vs 3	12	210,3601	0
4	2550	1770,135	0 vs 4	22	230,7386	0
5	2558	1777,674	0 vs 5	14	223,1999	0

Fonte: Elaboração própria.

Quando o p-valor do modelo é menor do que 0,05 significa que o modelo está prevendo melhor os resultados do que o modelo nulo.

**Tabela 15 - Pseudo-R<sup>2</sup>**

Modelo	Nagelkerke
0	0
1	0,03108248
2	0,1241179
3	0,1911788
4	0,2080925
5	0,2018668

Fonte: Elaboração própria.

O pseudo-R<sup>2</sup> de Nagelkerke varia de 0 a 1, em que 0 indica que o modelo não explica nada da variabilidade e 1 indica um ajuste perfeito.

**Tabela 16 - Resultados da estimação de regressões logísticas multinomiais em valor estimado e erro padrão**

Variável dependente. Categoria de referência: Estática										
	Progressiva	Regressiva	Progressiva	Regressiva	Progressiva	Regressiva	Progressiva	Regressiva	Progressiva	Regressiva
	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
Senioridade	0,156** (0,067)	-0,121 (0,074)	0,238*** (0,072)	-0,072 (0,076)	0,233*** (0,072)	-0,045 (0,078)	0,173** (0,085)	0,013 (0,093)	0,181** (0,085)	0,0002 (0,092)
Cargo no Executivo: Sim	0,719*** (0,238)	0,868*** (0,211)	0,689*** (0,250)	0,839*** (0,212)	0,679*** (0,250)	0,878*** (0,227)	0,681*** (0,263)	1,088*** (0,240)	0,712*** (0,260)	1,064*** (0,238)
Cargos de Prestígio: Sim	0,096 (0,175)	-0,013 (0,173)	0,190 (0,184)	-0,016 (0,174)	0,188 (0,184)	-0,008 (0,181)	0,194 (0,186)	-0,059 (0,183)		
Percentual de Votos			0,425*** (0,048)	0,033 (0,055)	0,428*** (0,048)	0,046 (0,057)	0,433*** (0,049)	0,023 (0,058)	0,426*** (0,049)	0,029 (0,058)
Concentração de Votos			0,796* (0,415)	1,326*** (0,373)	0,793* (0,414)	0,976** (0,397)	0,899** (0,423)	1,093*** (0,414)	0,877** (0,421)	1,179*** (0,406)
Concentração de Emendas					0,173 (0,383)	-2,272*** (0,265)	0,138 (0,385)	-2,335*** (0,269)	0,141 (0,386)	-2,326*** (0,268)
Formação Acadêmica <sup>1</sup>							0,035 (0,221)	0,154 (0,206)		
Ocupação: Parlamentar							0,446** (0,191)	0,310* (0,187)	0,456** (0,191)	0,340* (0,186)
Idade							0,002 (0,009)	-0,022** (0,009)	0,001 (0,009)	-0,021** (0,009)
Gênero: Masculino							0,184 (0,296)	-0,422* (0,247)		
Migração Partidária <sup>2</sup>							0,052 (0,200)	0,279 (0,202)		
Constante	-2,031*** (0,146)	-1,636*** (0,133)	-3,254*** (0,227)	-2,018*** (0,192)	-3,397*** (0,401)	-0,280 (0,276)	-3,853*** (0,692)	0,783 (0,579)	-3,530*** (0,599)	0,561 (0,493)
AIC	1.984,929		1.892,279		1.818,514		1.818,135		1.809,674	

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*p<0.1; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.01. Os valores entre parênteses reportam o erro padrão, e o valor fora dos parênteses apresenta o valor estimado. Categoria de referência da variável: <sup>1</sup>Sem ensino superior; <sup>2</sup>Não Migrou.

## Efeitos globais - Teste de Wald

**Tabela 17 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 1**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	9,3932	2	0,009126**
Cargo no Executivo	20,5259	2	0,0000349***
Cargos de Prestígio	0,3272	2	0,849091

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 18 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 2**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	12,685	2	0,001760**
Cargo no Executivo	18,489	2	0,00009664***
Cargos de Prestígio	1,128	2	0,569040
Percentual de Votos	84,529	2	<0,00000000000000022***
Concentração de Votos	13,539	2	0,001148**

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 19 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 3**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	11,147	2	0,0037968**
Cargo no Executivo	18,079	2	0,0001187***
Cargos de Prestígio	1,072	2	0,5851305
Percentual de Votos	84,013	2	<0,00000000000000022***
Concentração de Votos	7,948	2	0,0187996*
Concentração de Emendas	77,765	2	<0,00000000000000022***

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 20 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 4**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	4,134	2	0,126541
Cargo no Executivo	22,753	2	0,00001146***
Cargos de Prestígio	1,319	2	0,517150
Percentual de Votos	84,272	2	<0,00000000000000022***
Concentração de Votos	9,443	2	0,008901**
Concentração de Emendas	79,874	2	<0,00000000000000022***
Formação acadêmica	0,551	2	0,759092
Ocupação	7,250	2	0,026652*
Idade	6,069	2	0,048099*
Gênero	3,668	2	0,159743
Migração Partidária	1,951	2	0,377034

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 21 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo 5**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	4,613	2	0,099587.
Cargo no Executivo	22,685	2	0,00001186***
Percentual de Votos	82,925	2	<0,00000000000000022***
Concentração de Votos	10,535	2	0,005156**
Concentração de Emendas	80,046	2	<0,00000000000000022***
Ocupação	7,985	2	0,018457*
Idade	5,587	2	0,061199.

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 22 - Testes de AIC e BIC**

Modelo	df	AIC	BIC
0	2	2004,874	2015,194
1	8	1984,929	2026,209
2	12	1892,279	1954,199
3	14	1818,514	1890,755
4	26	1818,135	1941,977
5	16	1809,674	1892,235

Fonte: Elaboração própria.

A diferença entre os modelos é relevante quando é maior do que 10.

### Razão de chances dos modelos.

**Tabela 23 - Razão de chances do Modelo 1**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,17	1,03 - 1,33	0,020
Cargo no Executivo: Sim	2,05	1,29 - 3,27	0,003
Cargos de Prestígio: Sim	1,10	0,78 - 1,55	0,6
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	0,89	0,77 - 1,03	0,10
Cargo no Executivo: Sim	2,38	1,57 - 3,60	<0,001
Cargos de Prestígio: Sim	0,99	0,70 - 1,39	>0,9

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

**Tabela 24 - Razão de chances do Modelo 2**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,27	1,10 - 1,46	<0,001
Cargo no Executivo: Sim	1,99	1,22 - 3,25	0,006
Cargos de Prestígio: Sim	1,21	0,84 - 1,73	0,3
Percentual de Votos	1,53	1,39 - 1,68	<0,001
Concentração de Votos	2,22	0,98 - 5,00	0,055
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	0,93	0,80 - 1,08	0,3
Cargo no Executivo: Sim	2,31	1,53 - 3,51	<0,001
Cargos de Prestígio: Sim	0,98	0,70 - 1,38	>0,9
Percentual de Votos	1,03	0,93 - 1,15	0,5
Concentração de Votos	3,77	1,82 - 7,82	<0,001

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

**Tabela 25 - Razão de chances do Modelo 3**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,26	1,10 - 1,45	0,001
Cargo no Executivo: Sim	1,97	1,21 - 3,22	0,007
Cargos de Prestígio: Sim	1,21	0,84 - 1,73	0,3
Percentual de Votos	1,53	1,39 - 1,69	<0,001
Concentração de Votos	2,21	0,98 - 4,98	0,055
Concentração de Emendas	1,19	0,56 - 2,52	0,7
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	0,96	0,82 - 1,11	0,6
Cargo no Executivo: Sim	2,41	1,54 - 3,75	<0,001
Cargos de Prestígio: Sim	0,99	0,70 - 1,41	>0,9
Percentual de Votos	1,05	0,94 - 1,17	0,4
Concentração de Votos	2,65	1,22 - 5,78	0,014
Concentração de Emendas	0,10	0,06 - 0,17	<0,001

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.



**Tabela 26 - Razão de chances do Modelo 4**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,19	1,01 - 1,41	0,042
Cargo no Executivo: Sim	1,98	1,18 - 3,31	0,010
Cargos de Prestígio: Sim	1,21	0,84 - 1,75	0,3
Percentual de Votos	1,54	1,40 - 1,70	<0,001
Concentração de Votos	2,46	1,07 - 5,63	0,033
Concentração de Emendas	1,15	0,54 - 2,44	0,7
Formação acadêmica: Sem Ensino Superior	1,04	0,67 - 1,60	0,9
Ocupação: Parlamentar	1,56	1,07 - 2,27	0,020
Idade	1,00	0,98 - 1,02	0,9
Gênero: Masculino	1,20	0,67 - 2,14	0,5
Migração Partidária: Não Migrou	1,05	0,71 - 1,56	0,8
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	1,01	0,84 - 1,22	0,9
Cargo no Executivo: Sim	2,97	1,85 - 4,75	<0,001
Cargos de Prestígio: Sim	0,94	0,66 - 1,35	0,7
Percentual de Votos	1,02	0,91 - 1,15	0,7
Concentração de Votos	2,98	1,33 - 6,71	0,008
Concentração de Emendas	0,10	0,06 - 0,16	<0,001
Formação acadêmica: Sem Ensino Superior	1,17	0,78 - 1,75	0,5
Ocupação: Parlamentar	1,36	0,95 - 1,97	0,10
Idade	0,98	0,96 - 1,00	0,017
Gênero: Masculino	0,66	0,40 - 1,06	0,088
Migração Partidária: Não Migrou	1,32	0,89 - 1,97	0,2

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

**Tabela 27 - Razão de chances do Modelo 5 - Stepwise**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,20	1,01 - 1,42	0,033
Cargo no Executivo: Sim	2,04	1,22 - 3,39	0,006
Percentual de Votos	1,53	1,39 - 1,69	<0,001
Concentração de Votos	2,40	1,05 - 5,48	0,037
Concentração de Emendas	1,15	0,54 - 2,46	0,7
Ocupação: Parlamentar	1,58	1,09 - 2,29	0,017
Idade	1,00	0,98 - 1,02	>0,9
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	1,00	0,84 - 1,20	>0,9
Cargo no Executivo: Sim	2,90	1,82 - 4,62	<0,001
Percentual de Votos	1,03	0,92 - 1,15	0,6
Concentração de Votos	3,25	1,47 - 7,20	0,004
Concentração de Emendas	0,10	0,06 - 0,16	<0,001
Ocupação: Parlamentar	1,40	0,98 - 2,02	0,068
Idade	0,98	0,96 - 1,00	0,021

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

## Tabela de classificação

Tabela 28 - Previsibilidade dos Modelos

Valores Previstos	Valores observados			Taxa de acerto
	Estática	Progressiva	Regressiva	
<i>Modelo Nulo</i>				
<b>Estática</b>	934	169	184	72,57
<b>Progressiva</b>	0	0	0	0
<b>Regressiva</b>	0	0	0	0
<b>Acerto médio</b>				24,19
<i>Modelo 1</i>				
<b>Estática</b>	934	169	184	72,57
<b>Progressiva</b>	0	0	0	0
<b>Regressiva</b>	0	0	0	0
<b>Acerto médio</b>				24,19
<i>Modelo 2</i>				
<b>Estática</b>	923	152	181	73,49
<b>Progressiva</b>	11	17	3	54,84
<b>Regressiva</b>	0	0	0	0,00
<b>Acerto médio</b>				42,78
<i>Modelo 3</i>				
<b>Estática</b>	919	152	153	75,08
<b>Progressiva</b>	10	15	2	55,56
<b>Regressiva</b>	5	2	29	80,56
<b>Acerto médio</b>				70,40
<i>Modelo 4</i>				
<b>Estática</b>	914	148	148	75,54
<b>Progressiva</b>	10	16	2	57,14
<b>Regressiva</b>	10	5	34	69,39
<b>Acerto médio</b>				67,36
<i>Modelo 5</i>				
<b>Estática</b>	916	150	146	75,58
<b>Progressiva</b>	9	17	2	60,71
<b>Regressiva</b>	9	2	36	76,60
<b>Acerto médio</b>				70,96

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 29 - Acurácia dos modelos de regressão logística multinominal**

<b>Modelo</b>	<b>Acurácia</b>
Nulo	72,57%
1	72,57%
2	73,04%
3	74,83%
4	74,90%
5	75,29%

Fonte: Elaboração própria.

**APÊNDICE B - REGRESSÕES COM CONTROLES PARA MAGNITUDE, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E LEGISLATURA**

**Tabela 30 - Regressões Logística Multinomial: teste de controles**

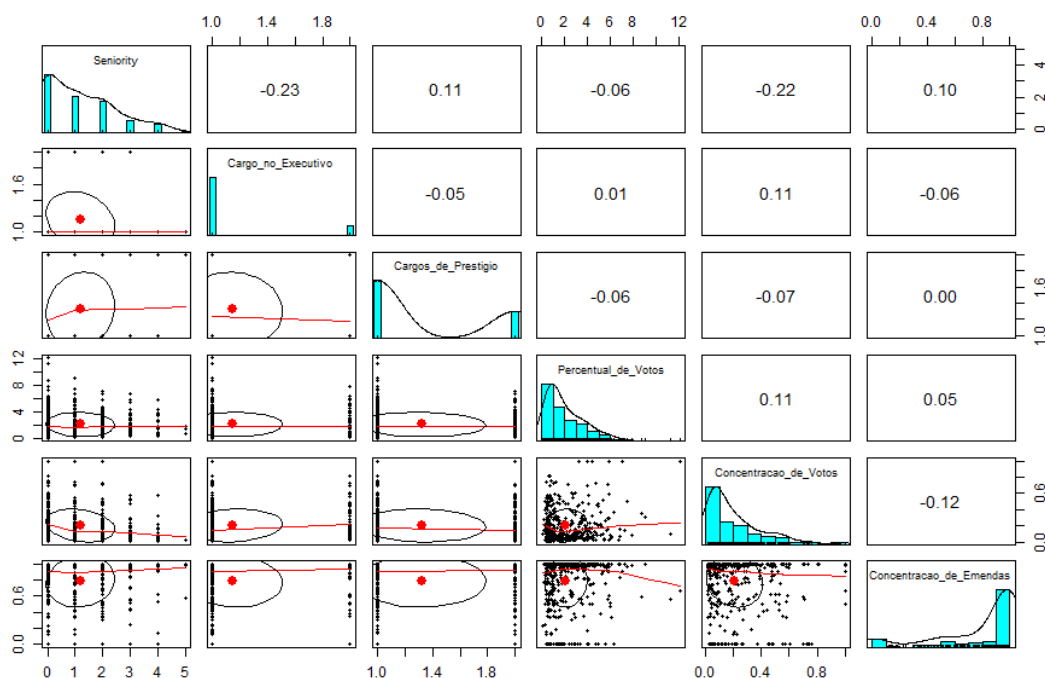
	Variável dependente. Categoria de referência: Estática							
	Progressiva <i>Sem controles adicionais.</i>	Regressiva	Progressiva <i>Controlando Magnitude</i>	Regressiva	Progressiva <i>Controlando Unidades Da Federação</i>	Regressiva	Progressiva <i>Controlando Legislatura</i>	Regressiva
	<b>Modelo A</b>		<b>Modelo B</b>		<b>Modelo C</b>		<b>Modelo D</b>	
Senioridade	0,173** (0,085)	0,013 (0,093)	0,181** (0,086)	0,016 (0,093)	0,201** (0,091)	0,037 (0,096)	0,188** (0,087)	0,005 (0,093)
Cargo no Executivo: Sim	0,681*** (0,263)	1,088*** (0,240)	0,683*** (0,263)	1,089*** (0,240)	0,719** (0,283)	0,868*** (0,252)	0,739*** (0,268)	1,054*** (0,242)
Cargos de Prestígio: Sim	0,194 (0,186)	-0,059 (0,183)	0,184 (0,186)	-0,061 (0,183)	0,074 (0,196)	-0,065 (0,190)	0,214 (0,187)	-0,071 (0,184)
Percentual de Votos	0,433*** (0,049)	0,023 (0,058)	0,376*** (0,068)	0,0001 (0,084)	0,521*** (0,092)	0,197* (0,114)	0,437*** (0,050)	0,021 (0,058)
Concentração de Votos	0,899** (0,423)	1,093*** (0,414)	0,948** (0,422)	1,114*** (0,417)	0,672 (0,702)	2,221*** (0,560)	0,889** (0,423)	1,086*** (0,415)
Concentração de Emendas	0,138 (0,385)	-2,335*** (0,269)	0,130 (0,385)	-2,336*** (0,269)	0,203 (0,402)	-2,279*** (0,278)	0,216 (0,395)	-2,383*** (0,274)
Formação acadêmica <sup>1</sup>	0,035 (0,221)	0,154 (0,206)	0,034 (0,221)	0,151 (0,207)	0,006 (0,228)	0,113 (0,214)	0,030 (0,222)	0,151 (0,207)
Ocupação: Parlamentar	0,446** (0,191)	0,310* (0,187)	0,450** (0,191)	0,312* (0,187)	0,458** (0,202)	0,213 (0,194)	0,453** (0,192)	0,300 (0,187)
Idade	0,002 (0,009)	-0,022** (0,009)	0,001 (0,009)	-0,022** (0,009)	0,002 (0,010)	-0,020** (0,009)	0,001 (0,009)	-0,021** (0,009)
Gênero: Masculino	0,184 (0,296)	-0,422* (0,247)	0,180 (0,294)	-0,423* (0,247)	-0,007 (0,311)	-0,507* (0,260)	0,175 (0,296)	-0,426* (0,247)
Migração Partidária <sup>2</sup>	0,052 (0,200)	0,279 (0,202)	0,069 (0,201)	0,281 (0,203)	0,007 (0,211)	0,252 (0,212)	0,029 (0,202)	0,302 (0,204)
Constante	-3,853*** (0,692)	0,783 (0,579)	-3,523*** (0,744)	0,896 (0,651)	-4,232*** (1,016)	-0,370 (1,003)	2,531 (6,044)	-4,795 (5,660)
AIC	1.818,135		1.820,702		1.853,752		1.819,642	

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*p<0.1; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.01. Os valores entre parênteses reportam o erro padrão, e o valor fora dos parênteses apresenta o valor estimado. O Modelo A corresponde ao Modelo 4 da Tabela 10. Categoria de referência da variável: <sup>1</sup>Sem ensino superior; <sup>2</sup>Não Migrou.

## APÊNDICE C - MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL COM UMA AMOSTRA DE TAMANHOS IGUAIS: PRESSUPOSTOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### Multicolinearidade da amostra

**Gráfico 17 - Análise de multicolinearidade - VIF**



Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 31 - Análise de correlação entre as variáveis do modelo - VIF**

Variável	VIF
Senioridade	1,560134
Cargo no Executivo	1,145898
Cargos de Prestígio	1,043776
Percentual de Votos	1,039643
Concentração de Votos	1,124042
Concentração de Emendas	1,040216
Formação acadêmica	1,033033
Ocupação	1,173412
Idade	1,348186
Gênero	1,061999
Migração Partidária	1,031633

Fonte: Elaboração própria.

## Independência de alternativas irrelevantes da amostra

**Tabela 32 - Teste de Hausman-McFadden**

	Estática x Progressiva		Estática x Regressiva	
	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 3	Modelo 4
<b>Chisq</b>	-7,0067	-6,5511	-2,6339	-2,537
<b>Df</b>	7	12	7	12
<b>P-value</b>	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria. Hipótese Alternativa: IIA foi rejeitada.

## Medidas de Ajuste do Modelo da amostra

**Tabela 33 - Anova: Testes de razão de verossimilhança**

Modelo	Resid. df	Resid. Dev	Test	Df	LR stat.	Pr(Chi)
A1	892	982,1594				
A2	886	958,1874	0 vs 1	6	23,972	0,0005284866
A3	882	885,1123	0 vs 2	10	97,04713	0,00000000000000002220446
A4	880	837,0635	0 vs 3	12	145,0959	0
A5	870	819,2011	0 vs 4	22	162,9583	0
A6	880	828,4246	0 vs 5	12	153,7348	0

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 34 - Pseudo-R<sup>2</sup>**

Modelo	Nagelkerke
A0	0
A1	0,058743
A2	0,2195513
A3	0,3118309
A4	0,3436849
A5	0,3273957

Fonte: Elaboração própria.

## Regressões com base na amostra

Tabela 35 - Regressões Logística Multinomial - amostra de tamanhos iguais

	Variável dependente. Categoria de referência: Estática									
	Progressiva Modelo A1		Regressiva Modelo A2		Progressiva Modelo A3		Regressiva Modelo A4		Progressiva Modelo A5	
Senioridade	0,123 (0,093)	-0,206** (0,103)	0,238** (0,102)	-0,107 (0,107)	0,232** (0,103)	-0,093 (0,111)	0,167 (0,121)	0,003 (0,135)		
Cargo no Executivo: Sim	1,046*** (0,391)	1,057*** (0,380)	1,062*** (0,409)	0,982** (0,387)	1,079*** (0,409)	0,990** (0,407)	1,160*** (0,425)	1,270*** (0,426)	1,012** (0,412)	1,268*** (0,414)
Cargos de Prestígio: Sim	0,212 (0,251)	0,122 (0,257)	0,346 (0,267)	0,178 (0,264)	0,341 (0,268)	0,140 (0,278)	0,313 (0,274)	0,068 (0,286)		
Percentual de Votos			0,470*** (0,082)	0,096 (0,086)	0,476*** (0,082)	0,107 (0,089)	0,476*** (0,085)	0,080 (0,092)	0,476*** (0,084)	0,085 (0,092)
Concentração de Votos			1,920** (0,768)	3,082*** (0,722)	1,916** (0,773)	2,905*** (0,751)	2,078*** (0,800)	3,034*** (0,780)	1,762** (0,763)	3,000*** (0,743)
Concentração de Emendas					-0,023 (0,513)	-2,311*** (0,435)	-0,069 (0,516)	-2,440*** (0,442)	-0,102 (0,517)	-2,418*** (0,442)
Formação Acadêmica <sup>1</sup>							-0,317 (0,314)	-0,060 (0,306)		
Ocupação: Parlamentar							0,624** (0,275)	0,418 (0,281)	0,761*** (0,260)	0,441* (0,265)
Idade							-0,001 (0,013)	-0,032** (0,014)	0,009 (0,011)	-0,030** (0,012)
Gênero: Masculino							0,027 (0,426)	-0,451 (0,401)		
Migração Partidária <sup>2</sup>							0,035 (0,283)	0,336 (0,301)		
Constante	-0,354* (0,196)	0,047 (0,186)	-1,894*** (0,323)	-0,836*** (0,294)	-1,877*** (0,549)	0,950** (0,458)	-2,048** (0,997)	2,539*** (0,941)	-2,214*** (0,844)	2,293*** (0,782)
AIC	974,187		909,112		865,064		867,201		856,425	

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*p<0.1; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.01. Os valores entre parênteses reportam o erro padrão, e o valor fora dos parênteses apresenta o valor estimado. Categoria de referência da variável: <sup>1</sup>Sem ensino superior; <sup>2</sup>Não Migrou.

### Efeitos globais - Teste de Wald da amostra

**Tabela 36 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A1**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	10,9228	2	0,004248**
Cargo no Executivo	10,4241	2	0,005450**
Cargos de Prestígio	0,7183	2	0,698255

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 37 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A2**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	11,401	2	0,003344**
Cargo no Executivo	9,041	2	0,010885*
Cargos de Prestígio	1,696	2	0,428291
Percentual de Votos	52,029	2	0,000000000005037***
Concentração de Votos	20,872	2	0,000029349137460***

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 38 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A3**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	9,634	2	0,0080926**
Cargo no Executivo	8,916	2	0,0115872*
Cargos de Prestígio	1,632	2	0,4421629
Percentual de Votos	50,920	2	0,000000000008769***
Concentração de Votos	16,722	2	0,0002338***
Concentração de Emendas	48,049	2	0,000000000036843***

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 39 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A4**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Senioridade	2,397	2	0,3016308
Cargo no Executivo	11,574	2	0,0030671**
Cargos de Prestígio	1,434	2	0,4881952
Percentual de Votos	51,066	2	0,000000000008148***
Concentração de Votos	17,080	2	0,0001955***
Concentração de Emendas	50,444	2	0,000000000011126***
Formação acadêmica	1,143	2	0,5646421
Ocupação	5,458	2	0,0652878.
Idade	7,134	2	0,0282468*
Gênero	1,945	2	0,3781049
Migração Partidária	1,450	2	0,4842672

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.



**Tabela 40 - Efeitos globais - Teste de Wald - Modelo A5**

	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)
Cargo no Executivo	11,162	2	0,0037690**
Percentual de Votos	51,170	2	0,000000000007736***
Concentração de Votos	18,294	2	0,0001065***
Concentração de Emendas	49,608	2	0,000000000016896***
Ocupação	8,881	2	0,0117872*
Idade	11,709	2	0,0028667**

Fonte: Elaboração própria. Significância: \*\*\*p<0; \*\*p<0.01; \*p<0.05; .p<0.1.

**Tabela 41 - Testes de AIC e BIC**

Modelo	df	AIC	BIC
A0	2	986,1594	994,3645
A1	10	974,1874	1007,0078
A2	14	909,1123	958,3430
A3	16	865,0635	922,4994
A4	28	867,2011	965,6625
A5	14	856,4246	913,8604

Fonte: Elaboração própria.

### Razão de chances dos modelos da amostra

**Tabela 42 - Razão de chances do Modelo A1**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,13	0,94 - 1,36	0,2
Cargo no Executivo: Sim	2,85	1,32 - 6,13	0,008
Cargos de Prestígio: Sim	1,24	0,76 - 2,02	0,4
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	0,81	0,67 - 1,00	0,045
Cargo no Executivo: Sim	2,88	1,37 - 6,06	0,005
Cargos de Prestígio: Sim	1,13	0,68 - 1,87	0,6

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

**Tabela 43 - Razão de chances do Modelo A2**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,27	1,04 - 1,55	0,020
Cargo no Executivo: Sim	2,89	1,30 - 6,45	0,009
Cargos de Prestígio: Sim	1,41	0,84 - 2,38	0,2
Percentual de Votos	1,60	1,36 - 1,88	<0,001
Concentração de Votos	6,82	1,51 - 30,8	0,012
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	0,90	0,73 - 1,11	0,3
Cargo no Executivo: Sim	2,67	1,25 - 5,70	0,011
Cargos de Prestígio: Sim	1,19	0,71 - 2,01	0,5
Percentual de Votos	1,10	0,93 - 1,30	0,3
Concentração de Votos	21,8	5,30 - 89,8	<0,001

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

**Tabela 44 - Razão de chances do Modelo A3**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,26	1,03 - 1,54	0,024
Cargo no Executivo: Sim	2,94	1,32 - 6,56	0,008
Cargos de Prestígio: Sim	1,41	0,83 - 2,38	0,2
Percentual de Votos	1,61	1,37 - 1,89	<0,001
Concentração de Votos	6,79	1,49 - 30,9	0,013
Concentração de Emendas	0,98	0,36 - 2,67	>0,9
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	0,91	0,73 - 1,13	0,4
Cargo no Executivo: Sim	2,69	1,21 - 5,98	0,015
Cargos de Prestígio: Sim	1,15	0,67 - 1,98	0,6
Percentual de Votos	1,11	0,93 - 1,33	0,2
Concentração de Votos	18,3	4,19 - 79,6	<0,001
Concentração de Emendas	0,10	0,04 - 0,23	<0,001

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

**Tabela 45 - Razão de chances do Modelo A4**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Senioridade	1,18	0,93 - 1,50	0,2
Cargo no Executivo: Sim	3,19	1,39 - 7,34	0,006
Cargos de Prestígio: Sim	1,37	0,80 - 2,34	0,3
Percentual de Votos	1,61	1,36 - 1,90	<0,001
Concentração de Votos	7,98	1,67 - 38,3	0,009
Concentração de Emendas	0,93	0,34 - 2,56	0,9
Formação acadêmica: Sem Ensino Superior	0,73	0,39 - 1,35	0,3
Ocupação: Parlamentar	1,87	1,09 - 3,20	0,023
Idade	1,00	0,97 - 1,02	>0,9
Gênero: Masculino	1,03	0,45 - 2,37	>0,9
Migração Partidária: Não Migrou	1,04	0,59 - 1,80	>0,9
<b>Regressiva</b>			
Senioridade	1,00	0,77 - 1,31	>0,9
Cargo no Executivo: Sim	3,56	1,54 - 8,20	0,003
Cargos de Prestígio: Sim	1,07	0,61 - 1,88	0,8
Percentual de Votos	1,08	0,90 - 1,30	0,4
Concentração de Votos	20,8	4,50 - 95,9	<0,001
Concentração de Emendas	0,09	0,04 - 0,21	<0,001
Formação acadêmica: Sem Ensino Superior	0,94	0,52 - 1,72	0,8
Ocupação: Parlamentar	1,52	0,88 - 2,64	0,14
Idade	0,97	0,94 - 1,0	0,018
Gênero: Masculino	0,64	0,29 - 1,40	0,3
Migração Partidária: Não Migrou	1,40	0,78 - 2,52	0,3

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

**Tabela 46 - Razão de chances do Modelo A5 - Stepwise**

Variável	OR <sup>1</sup>	95% IC <sup>2</sup>	p-valor
<b>Progressiva</b>			
Cargo no Executivo: Sim	2,75	1,23 - 6,16	0,014
Percentual de Votos	1,61	1,36 - 1,90	<0,001
Concentração de Votos	5,83	1,31 - 26,0	0,021
Concentração de Emendas	0,90	0,33 - 2,49	0,8
Ocupação: Parlamentar	2,14	1,29 - 3,56	0,003
Idade	1,01	0,99 - 1,03	0,5
<b>Regressiva</b>			
Cargo no Executivo: Sim	3,55	1,58 - 8,00	0,002
Percentual de Votos	1,09	0,91 - 1,30	0,4
Concentração de Votos	20,1	4,68 - 86,1	<0,001
Concentração de Emendas	0,09	0,04 - 0,21	<0,001
Ocupação: Parlamentar	1,55	0,92 - 2,61	0,10
Idade	0,97	0,95 - 0,99	0,011

Fonte: Elaboração própria. <sup>1</sup>OR = Odds Ratio, <sup>2</sup>IC = Intervalo de Confiança.

## Tabela de classificação da amostra

Tabela 47 - Previsibilidade dos Modelos

Valores Previstos	Valores observados			Taxa de acerto
	Estática	Progressiva	Regressiva	
<i>Modelo Nulo A</i>				
Estática	52	59	51	32,10
Progressiva	41	43	50	32,09
Regressiva	56	47	48	31,79
<b>Acerto médio</b>				31,99
<i>Modelo A1</i>				
Estática	58	45	47	38,67
Progressiva	36	53	28	45,30
Regressiva	55	51	74	41,11
<b>Acerto médio</b>				41,69
<i>Modelo 2</i>				
Estática	86	50	51	45,99
Progressiva	28	71	31	54,62
Regressiva	35	28	67	51,54
<b>Acerto médio</b>				50,71
<i>Modelo A3</i>				
Estática	84	50	40	48,28
Progressiva	37	76	29	53,52
Regressiva	28	23	80	61,07
<b>Acerto médio</b>				54,29
<i>Modelo A4</i>				
Estática	86	43	38	51,50
Progressiva	31	79	28	57,25
Regressiva	32	29	83	57,64
<b>Acerto médio</b>				55,46
<i>Modelo A5</i>				
Estática	87	50	36	50,29
Progressiva	28	73	30	55,73
Regressiva	34	26	83	58,04
<b>Acerto médio</b>				54,69

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 48 - Acurácia dos modelos

Modelo	Acurácia
Nulo	35%
A1	41%
A2	50%
A3	54%
A4	55%
A5	54%

Fonte: Elaboração própria.